



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

LEILA ROCHA MEDRADO SANTOS

**ELAS E EU – PEDACINHOS DE MIM: a importância da sororidade
como resgate do *gossip* para combate às violências**

Salvador
2021

LEILA ROCHA MEDRADO SANTOS

Elas e Eu – Pedacinhos de mim: a importância da sororidade como resgate do *gossip* para combate às violências

Projeto de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPGPSC / UCSal), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Professor Doutor Antonio Carlos da Silva

Salvador
2021

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

S237 Santos, Leila Rocha Medrado

Elas e Eu – Pedacinhos de mim: a importância da sororidade como resgate do *gossip* para combate às violências / Leila Rocha Medrado Santos. – Salvador, 2021.

160 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva.

1. Mulheres 2. Sororidade 3. Violência 4. Resistência 5. Rocha, Nilza – Professora I. Silva, Antonio Carlos da II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 342.7-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

LEILA ROCHA MEDRADO SANTOS

"ELAS E EU - PEDACINHOS DE MIM: A IMPORTÂNCIA DA SORORIDADE COMO
RESGATE DO GOSSIP PARA COMBATER ÀS VIOLÊNCIAS".


Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Políticas
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 02 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora:



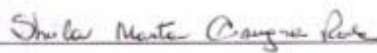
Prof.(a)s. Dr.(a)s. Antônio Carlos da Silva - UCSAL (orientador)



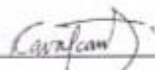
Prof.(a) Dr.(a) Florita Cuhanga Antônio Telo - ISPJPB



Prof.(a) Dr.(a) Márcia Barbosa de Menezes - UFBA



Prof.(a) Dr.(a) Sheila Marta Carregosa Rocha - UNEB



Prof.(a) Dr.(a) Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - UCSAL

A meus pais, *in memoriam*, meu filho, minha família, meus amigos e minha inspiradora ancestralidade feminina.

AGRADECIMENTOS

A materialização deste trabalho foi desafiadoramente uma alegria. Uma viagem exige preparativos, então tive que cuidar de tudo que precisaria para o transcurso. Uma expedição para revisitar o interior de sua própria ancestralidade demanda coragem e disposição, certo conhecimento prévio e o suporte de amigos, família e de um orientador comprometido, para enfrentar os fantasmas: os meus, os delas e os nossos. De modo que agradeço a cada um que colaborou direta ou indiretamente para que este projeto idealizado e gestado em prol do conhecimento e fortalecimento de mulheres pudesse se realizar.

Durante a caminhada tive encontros com mulheres fantásticas, a quem sou muito grata por mostrarem, tal qual faróis, os rochedos perigosos.

“As pessoas não morrem, ficam encantadas... a gente morre é para provar que viveu.”

João Guimarães Rosa (posse – Academia Brasileira de Letras, 1967).

"Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade".

Simone de Beauvoir (1949, p.16)

Le deuxième sexe

“Longe de funcionar como ‘balizas indicadoras que mostram o caminho certo’, ‘a experiência herdada’ funciona ‘mais como faróis que nos desviam de rochedos perigosos, de recifes’”.

Mary Wollstonecraft (1790)

(A Vindication of the Rights of Men)

SANTOS, Leila Rocha Medrado. **Elas e eu – pedacinhos de mim: a importância da sororidade como resgate do *gossip* para combate às violências.** 160 f. il. Tese (doutorado). Salvador: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Desigualdades Sociais. Universidade Católica do Salvador, 2021.

RESUMO

Esta tese é uma contribuição à crítica da sociedade brasileira patriarcal e proposição de uma solução de combate às violências contra mulheres possibilitando a cura de relações abusivas e encorajando o rompimento do ciclo de violência através da força aglutinadora das mulheres vivenciada na sororidade, resgatando e ressignificando o *gossip*. Construiu-se a pesquisa a partir da história de vida de uma mulher (in)comum e (in)diferenciada, uma matemática, a prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos, que superou inúmeras dificuldades e tornou-se referência, como pessoa e como profissional, para muitas outras mulheres, formando uma rede de ajuda entre elas, uma irmandade em um exercício real de sororidade. Esta tese foi desenvolvida analisando e interpretando a dinâmica da vida cotidiana desta divisão entre a esfera privada (a “mulher” dona de casa) e a esfera pública (a “mulher professora” do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia), para conhecer e compreender as “mulheres-cientistas” que habitam um mundo no qual os ditames são masculinos e a lógica da sobrevivência do mais apto prevalece. Dada à impossibilidade de entrevistá-la, pois não se encontra mais entre nós, contou-se sua história por meio de depoimentos e entrevistas com pessoas que a conheceram e assim se dispuseram a relatar o impacto que essa mulher teve na vida delas e de outras mulheres, além de registros documentais.

Apresenta-se a realidade de violência e precariedade vigente em uma sociedade brasileira marcada pelo poder, dominação e iniquidade com relação à diversidade de gênero, raça, etnia, classe social e territorialidade para em seguida irmos costurando esse tempo vivo de memórias, saberes e lições de mulheres que conseguiram romper com preconceitos da época e suprimir o ciclo de violência. A proposição é aprender, com seus exemplos, superar a violência através da sororidade assim projetando-se para além delas em um “novo modelo” a partir e através da visibilidade e não apagamento da memória histórica dessas mulheres que nos antecederam na resistência e luta “por direitos a ter direitos”.

Compreender a (im)possibilidade do “Ser” mulher, enquanto “sujeito de direito”, é a confirmação da falácia da igualdade democrática em um sistema que preza pelo insaciável processo de mercantilização de todos os aspectos da Vida. Portanto, amplia a condição de corpos femininos em contínua precariedade, alienação de políticas públicas e sujeição cotidiana à violência – pois exclui o feminino do espaço político ao estabelecer limites à reprodução. Neste contexto, o nosso objetivo foi compreender a cultura de violência contra as mulheres para pensar instrumentos que façam frente às múltiplas violências e à letalidade do machismo, uma vez que a produção legislativa e de políticas públicas somente não tem conseguido sanar.

Palavras-chave: Mulheres. Sororidade. Violência. Resistência. Prof.^a. Nilza Rocha.

SANTOS, Leila Rocha Medrado. **They and I – Little pieces of me: Sorority and its importance as a redemption of gossip in order to fight against violences.** 160 f. il. Thesis (PhD). Salvador: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Desigualdades Sociais. Universidade Católica do Salvador, 2021.

ABSTRACT

This thesis is a contribution to the critique of the Brazilian patriarchal society and a proposal to a solution of combating violence against women enabling the cure to abusive relationships, encouraging the breakup of a violence cycle through women's unifying force experienced in sorority, restoring and giving new meaning to the gossip. This research was built from the history of an (un)common and an (un)differentiated woman, a mathematician, the Professor Nilza Rocha Medrado Santos, who overcame countless difficulties and became a reference, as a person and as a professional to many other women, creating a network of support amongst them, a sisterhood in a real life sorority exercise. This thesis was developed analyzing and interpreting the dynamic of the daily life of this vision between the private sphere (the housewife) and the public sphere (the professor of the Math Institute at *Universidade Federal da Bahia*), in order to know and understand the Female Scientists who lived in a world where the dictates are male and the logic of survival of the fittest prevails. Since she cannot be interviewed, as she is no longer among us, her history was told through testimonials and interviews with people who knew her and were willing to report the impact that this woman had in their lives and in other women's lives, in addition to documentary records. It shows the reality of violence and the current precariousness in the Brazilian society marked by power, domination and iniquity related to the diversity of gender, race, etnia, social status and territoriality. Therefore, we can sew this lifetime of memories, wisdom and lessons from women that were able to break down the prejudices of the time and suppress the cycle of violence. The proposal is to learn throughout her examples, overcoming the violence through sorority, thereby projecting themselves beyond themselves in a new model throughout visibility and not erasing the historical memories of these women who came before us in resistance and fight for rights and for having rights. Understanding the (im)possibility of BEING a woman, as a subject of law is the confirmation of the fallacy of the democratic equality of a system which values the insatiable trading process of all the aspects of life. Therefore, it expands the condition of the female body in continued precariousness, divestment of public policies and daily subjection to violence - because it excludes the feminine of the political space when it establishes limits to reproduction. In this context, our goal was to comprehend the culture of violence against women in order to think about the instruments which can face up to multiple violences and to the lethality of machismo, since the legislative production and the public polices alone haven't been able to heal them.

Keywords: Women. Sorority. Violence. Resistance. Professor Nilza Rocha.

SANTOS, Leila Rocha Medrado. **Elles et moi - les petits bouts de moi: l'importance de la sororité comme le rachat du gossip pour combattre la violence.** 160 p. il. 2021. Thèse (doctorat). Salvador: Programme d'Études Supérieures Interdisciplinaires en Politiques Sociales et Citoyenneté. Ligne de recherche: État, Développement et Inégalités sociales. Universidade Católica do Salvador. 2021.

RÉSUMÉ

Cette thèse est une contribution à la critique de la société brésilienne patriarcale et la proposition d'une solution de lutte contre les violences contre les femmes en permettant la guérison de relations abusives et en encourageant la rupture du cycle de violence par la force agglutinante des femmes vérifiée dans la sororité en rachetant et en reprenant le gossip. On a construit la recherche à partir de l'histoire de la vie d'une femme (in)commune et (in)différenciée, une mathématicienne, la prof e Nilza Rocha Medrado Santos, qui a surmonté de nombreuses difficultés et est devenu référence, en tant que personne et en tant que professionnel, pour beaucoup d'autres femmes, en formant un réseau d'aide entre elles, une fraternité dans un véritable exercice de sororité. Cette thèse a été développée en analysant et en interprétant la dynamique de la vie quotidienne de cette division entre la sphère privée (la "femme" ménagère) et la sphère publique (la "femme enseignante" de l'Institut de mathématiques de l'Université Fédérale de Bahia), pour connaître et comprendre les "femmes-scientifiques" qui habitent un monde où les diktats sont masculins et où la logique de survie du plus apte prévaut. Étant donné l'impossibilité de l'interviewer, puisqu'elle n'est plus parmi nous, son histoire a été racontée à travers des témoignages et des interviews avec des personnes qui l'ont rencontrée et qui étaient ainsi disposées à rapporter l'impact que cette femme a eu sur leur vie et sur celle d'autres femmes, en plus des archives documentaires.

Il se présente la réalité de la violence et de la précarité en vigueur dans une société brésilienne marquée par le pouvoir, la domination et l'iniquité par rapport à la diversité de genre, race, ethnie, classe sociale et territorialité pour ensuite coudre ce temps vivant de souvenirs, les savoirs et les leçons de femmes qui ont réussi à rompre avec les préjugés de l'époque et à supprimer le cycle de la violence. La proposition est d'apprendre, avec vos exemples, à surmonter la violence par la sororité en se projetant ainsi au-delà dans un "nouveau modèle" à partir et à travers la visibilité et non l'effacement de la mémoire historique de ces femmes qui nous ont précédés dans la résistance et la lutte "par droits d'avoir des droits".

Comprendre la (im)possibilité du "Être" de la femme, en tant que "sujet de droit", est la confirmation de l'erreur de l'égalité démocratique dans un système qui chérit le processus insatiable de la marchandisation de tous les aspects de la Vie. Elle élargit donc la condition de corps féminins en constante précarité, aliénation de la politique publique et soumission quotidienne à la violence - car elle exclut le féminin de l'espace politique en fixant des limites à la reproduction.

Dans ce contexte, notre objectif a été de comprendre la culture de la violence à l'égard des femmes pour penser des instruments qui font face aux multiples violences et à la létalité du machisme, car la production de lois et de politiques publiques n'a pas réussi seulement de remédier.

Mots-clés: Femmes. Sororité. Violence. Résistance. Professeure Nilza.

SANTOS, Leila Rocha Medrado. **Ellas y yo – trozitos de mi: la importancia de la sororidad como rescate del gossip para combatir las violencias**. 160 f. il. Tesis (doctorado). Salvador: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Desigualdades Sociais. Universidade Católica do Salvador, 2021.

RESUMEN

Esta tesis contribuye a la crítica de la sociedad brasileña patriarcal. Además, se propone una solución para combatir las distintas formas de violencia contra las mujeres y la posible cura de relaciones abusivas. Se estimula la ruptura del ciclo de violencia desde la fuerza conjuntiva de la sororidad femenina con la práctica y resignificación del *gossip*. La investigación se ha realizado desde la historia de vida de una mujer (in)común e (in)diferenciada, una matemática: la profesora Nilza Rocha Medrado Santos – que fue una persona que superó muchísimas dificultades y se volvió una referente como persona, y como profesional, para muchas otras mujeres. En este sentido, la profesora Nilza formó una red de ayuda con sus compañeras de trabajo, llevando a cabo un ejercicio real de sororidad. El objetivo general de la investigación fue comprender la cultura de violencia en contra a las mujeres y pensar herramientas para afrontarla, especialmente la letalidad provocada por el machismo –problemas que la creación nuevas leyes y políticas públicas no han podido resolver. Se interpretó la vida cotidiana de la profesora Nilza en la relación de su vida privada (como “mujer ama de casa”) con su vida pública (como “mujer profesora” del *Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia*). Así se pudo conocer el cotidiano de las “mujeres-científicas” que viven en un mundo de normas masculinas y en el que la lógica de la supervivencia del más apto es la que más vale. Como es imposible entrevistarla, por no encontrarse ya con nosotros, se contó su historia a través de relatos, entrevistas a personas que la han conocido y la lectura de registros documentales. Las personas entrevistadas relataron el impacto que la profesora Nilza tuvo en sus vidas y en la vida de otras mujeres. Se presenta la realidad de violencia y precariedad femenina en la sociedad brasileña marcada por el poder y por la dominación masculinos, así como por la iniquidad respecto a la diversidad de género, raza, etnia, clase social y territorialidad. Se critica esa sociedad mirándola desde el tiempo vivido por la profesora Nilza, con sus recuerdos y sus saberes, y también desde de las lecciones de las que consiguieron romper con los prejuicios para superar otras formas de violencia. Se propone aprender a superar la violencia con esos ejemplos de sororidad y también, proyectar un “nuevo modelo” con la visibilidad de la memoria histórica de esas mujeres que fueron pioneras en la resistencia y en la lucha “por el derecho a tener derechos”. La comprensión de la (im)posibilidad de “Ser” mujer, como “persona de derecho”, conduce a confirmar la falacia de la igualdad democrática en un sistema que sostiene el insaciable proceso de mercantilización de todos los aspectos de la Vida. Se critica ese sistema por ampliar la condición de cuerpos femeninos en constante precariedad, alienación de políticas públicas y sujeción cotidiana a la violencia – por excluir el femenino del espacio político al establecer límites a la reproducción.

Palabras-clave: Mujeres. Sororidad. Violencia. Resistencia. Prof^a. Nilza Rocha.

LISTA DE IUSTRAÇÕES

Figura 1	Alunas (em maioria) e Professores (uma minoria) – FF (1950).....	61
Figura 2	Grupo Fundador do Instituto de Matemática – (1960).....	64
Figura 3	Nilza e Augusto – (1950).....	87
Figura 4	Membros do Grupo de Pesquisa do Instituto de Matemática.....	89
Figura 5	Entrega do Título de Professora Emérita (UNIFACS) – (2013).....	90
Figura 6	Confraternização – Título de Professora Emérita (UNIFACS) – (2013).....	93
Figura 7	Auta Rosa (1955).....	108
Figura 8	Dona Auta e família.....	109
Figura 9	Corpo Docentes do Instituto de Matemática (2014).....	119
Figura 10	Grupo do Instituto de Matemática (1961).....	120
Figura 11	Minha ancestralidade Feminina e Eu.....	141
Figura 12	Elas e Eu.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil
FF	Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
IMF	Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia
IM – UFBA	Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ONU	Organização das Nações Unidas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBa	Universidade da Bahia (1946-1965)
UFBA	Universidade Federal da Bahia (pós 1965)
UNIFACS	Universidade Salvador

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	CAPÍTULO 1 – FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA RECORRENTE CONTRA A MULHER: NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL.....	34
2.1	SUBALTERNIDADE, DOMINAÇÃO E OPRESSÃO COMO MARCAS DESSE TEMPO – DITADURA DA MULHER VIRTUOSA.....	43
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E LEIS PROTETIVAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	53
3.	CAPÍTULO 2: PARA ALÉM DA ACADEMIA: POR QUEM A MATEMÁTICA DOBRA.....	60
3.1	GOSSIP – UMA EXPERIÊNCIA DE SORORIDADE ENTRE AS MULHERES DA MATEMÁTICA.....	69
3.2	APRENDENDO COM A ANCESTRALIDADE FEMININA A SER MULHER QUE CORRE COM OS LOBOS.....	79
4.	CAPÍTULO 3 – RANÇOS E AVANÇOS DE UMA PAZ FORJADA NO PROCESSO DE DOMINAÇÃO.....	93
4.1	SORORIDADE OU (MAIS) BARBÁRIE: A EMANCIPAÇÃO É RELATIVA..	100
4.2	AS DAMAS DA TÁVOLA REDONDA – AS AMIGAS ONTEM E HOJE.....	116
4.3	NÓS SOMOS FEITAS DE RETALHOS.....	132
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICE A – Roteiro para as entrevistas.....	156
	APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	157
	APÊNDICE C – Informações recebidas previamente pelas entrevistadas sobre danos, riscos e benefícios da pesquisa.....	159
	APÊNDICE D – Declaração de compromisso de antiplágio.....	160

1. INTRODUÇÃO

Prefiero una libertad peligrosa que una servidumbre tranquila.

María Zambrano. Horizonte Del Liberalismo. 1996

Formular uma tese doutoral é ir em busca das incertezas mais profundas para então, a partir desse desconhecido mundo cognitivo de ideias, ir flertando com a realidade mais incômoda dos fatos que nos dizem respeito. Deste modo, sigo na minha escrita a partir do encerramento e defesa da dissertação do mestrado, na qual tratei da violência perpetrada pelo Estado de Exceção nos Anos de Chumbo¹ contra mulheres militantes que lutavam pela liberdade e igualdade, pelo direito a uma vida digna e a aporia do perdão em razão da cultura da impunidade possibilitada pelas anistias.

Com o presente estudo, proponho dar continuidade às inquietações do mestrado, abordando a temática das mulheres militantes que, em tempo de “democracia”², lutam pelo “empoderamento”³ de outras mulheres, de todas as mulheres, por direito à vida, por direito à autonomia da vontade, por direito a ser o que quiser ser. Porque se na vida pública existe a aparência de avanços, já que conquistamos o direito ao voto e a ser votada⁴, entre outros, na vida privada, mais fortemente, ainda persiste uma visão de reificação da mulher que a sociedade machista e patriarcal traz arraigada.

Nesse sentido, o caminho lógico é seguir desvelando as brumas que pairam sobre o espaço próprio das mulheres na sociedade e possibilitar romper a invisibilidade dos aspectos da vida nua que o imediatismo do vazio na civilização do

¹ Para maior entendimento, consultar a Dissertação de Mestrado: “A aporia do perdão: memória, avanços e retrocesso na realidade brasileira”. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1_648cb47ae4f7bf5480d6dc16d3884b76.

² Considero, tal como Rancière, a igualdade como um ponto de partida. Se não há igualdade não há que se falar em democracia. Para melhor entendimento ler RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

³ Empoderamento como afrontamento dialético às estruturas de poder vigente, e não no sentido de inserção no processo de produção e consumo. Ser mulher em consonância e além do Plano Nacional de Política para Mulheres, de 2015. Atualmente (in)Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/PlanoNacionaldePoliticaparaasMulheres20132015.pdf>.

⁴ Direito ao voto e a ser votada como uma aceitação da “falsa” representação da democracia. Essa ideia é criticada por Rancière no seu livro **O Ódio à Democracia**, no qual o autor contrapõe a ideia de democracia e a descreve como uma sociedade organizada “pelo jogo de oligarquias” (2014, p. 68).

espetáculo, específico do nosso tempo, insiste em parecer superar sem enxergar. Se de fato a história se repete, em conformidade com a dualidade narrativa marxiana, estamos revisitando constantemente uma farsa e vivendo um flagrante retrocesso de opressão social no que diz respeito aos direitos das mulheres nesta tragédia, em busca de emancipação.

Portanto, quando acima trago como cenário dos nossos dias o vazio, a indiferença e o imediatismo que corrompe e dilacera as estruturas de humanidade em nossa sociedade, faço alusão à civilização do espetáculo de Debord⁵, associado ao estado de exceção como regra de política de Estado. É uma combinação perigosa, porque estabelece e cria uma aceitação tácita de possibilidade de mitigação de direitos fundamentais em nome de uma suposta segurança e uma aparente inclusão de cidadania (jurídica e política), que inexistente como realidade para a maioria dos indivíduos na forma social.

O Estado avança sobre direitos fundamentais, mitigando-os, e legitima tais ações nos pressupostos de soberania do Estado e no Sistema de necropolítica⁶. Ou seja, tutelando seletivamente o direito à vida e o direito a uma morte digna como concessões e não um direito universal.

A esta altura vocês devem estar se perguntando qual o meu interesse, como autora, em escrever sobre os tempos sombrios de totalitarismo⁷ na sociedade brasileira, associando-os à dita primavera feminista⁸. Devo esclarecer que não fujo do meu tema e nele estou me aprofundando para compreender as suas causas e, quiçá, buscar soluções.

O totalitarismo tem sido usado para descrever regimes autoritários em todo o mundo como um fenômeno da modernidade. Uso deste termo com objetivo de

⁵ DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁶ Expressão cunhada por Achille Mbembe para definir o exercício da Soberania em um sistema de políticas públicas que albergam direito à vida e a morrer a certos indivíduos “titulares de direito”, distinguindo-os dos demais, conforme critério estabelecido por esse mesmo sistema. Para melhor compreensão do tema ler: MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, dezembro, pp. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>.

⁷ Expressão usada para descrever um cenário político, no qual o povo, apesar de ser ele titular do poder, é subjugado e submetido a ter que servir ao Estado e às regras ditadas por quem o titulariza, seja ele um indivíduo ou grupo. É aviltamento da autonomia do indivíduo, uma total inversão de valores.

⁸ Expressão usada para marcação de tempo/espço do florescer da quarta onda feminista, associado a visibilidade da luta das mulheres através das redes sociais e do uso amplo de tecnologia da informação. Para melhor compreensão do tema ler: DUTRAR, Zeila Aparecida Pereira. A PRIMAVERA DAS MULHERES: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, n. 2, pp. 123-151, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384>.

denominar a imposição de um padrão limitante dito de normalidade às mulheres. Efetivo o recorte do meu campo de estudo elegendo uma mulher que seja capaz de desconstruir, entre os pilares de sua sustentabilidade de raça, etnia, classe, gênero, sexualidade e “padrão de normalidade” na cidade de Salvador – Bahia, esse padrão, que vai da conduta que nos tem sido exigida como modelo para aceitação e titularização de direitos e, mais ainda, para a garantia de integridade física e emocional nas relações privadas, passando pelo padrão estético e indo até o padrão comportamental de gênero e sexualidade, com vista a esse engessamento da mulher imposto pela dominação machista e patriarcal⁹.

Nessa caminhada, ao longo dos anos de doutorado, muito me questioneei sobre meus interesses, objetos de estudo e sobre meu tema. Como abordá-los, como extrair de algo tão “agenda do dia” o diferente e revelar o seu estado da arte, desvelando para minha leitora/meu leitor aspectos novos, ou ao menos um olhar distinto do convencional? Foi em meio a esse dilema que voltei à origem de tudo, a minha origem, a minha ancestralidade feminina, buscando que possa ser ela minha bússola. Assim compreendendo este passado, espero ser capaz de definir que destino tomar, traçar meu futuro.

Quero demonstrar que a violência contra as mulheres – seja ela institucional, moral, psicológica, patrimonial ou física – não está sendo tratada de forma eficaz pelo Estado. Tenho como desiderato apresentar um quadro reverso desse cenário de violência contra as mulheres. Buscarei ao longo deste trabalho explicar minha **hipótese** de que a força aglutinadora da mulher vivenciada na cooperação, amizade e sororidade possibilitam a cura de relações abusivas e encorajam o rompimento do ciclo de violência. E é através do exemplo que isso acontece.

Aprendemos a amar e a nos relacionar através do modelo vivenciado pela nossa ancestralidade. O futuro dificilmente acontecerá com completude sem a compreensão deste passado. Acredito que a primeira vivência de sororidade

⁹ Ressalto aqui a importância de trabalhar utilizando as duas categorias com respeito às suas respectivas formas de poder. Machismo, na esfera privada; e patriarcado, na esfera pública. Em alusão aos contributos da feminista francesa Christine Delphy, correspondendo à forma de produção capitalista e a forma de produção patriarcal. Muito embora deva considerar que a teoria do valor e dissociação não estabelece tal conotação em alteridade sobre a forma de produção: capitalista e patriarcal. Sob tal ótica, e a qual me filio, a **relação tripartite de domínio do visível** é apenas composta por um **mundo masculino, branco e ocidental**, de modo que **tudo mais está no domínio do invisível**. Portanto, as mulheres nessa lógica não são reconhecidas nem para o capital nem tão pouco para o patriarcado, ambos em unicidade as expurgam.

experimentada por uma mulher acontece na relação entre avó, mãe e filha. O impacto da presença ou ausência dessa experiência é marcante e descreve as primeiras páginas da história de vida de cada uma de nós.

Assim, **sororidade** é a expressão usada para definir, entre as mulheres, a tríade: cooperação, aliança e amizade. Consoante o Dicionário de Estudos de Gêneros e Feminismos, trata-se de:

[...] uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma **experiência subjetiva entre mulheres** e conduz a busca por relações positivas e a uma **aliança existencial** e política corpo a corpo, subjetividade a subjetividade com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o direito difuso de todas e o empoderamento vital de cada mulher. (GAMBA, 2009, p. 305) (grifo nosso) (tradução nossa)¹⁰

Conceito simples de uma irmandade, tais quais as existentes em tempos imemoriais das sacerdotisas e druidesas da sociedade Celta, a palavra tem origem do latim *soror*, que significa irmã, ou seja, a sororidade é uma expressão que deve significar o movimento aglutinador implementado por mulheres, na ação de se apoiarem mutuamente. É um movimento de união – em oposição à cultura de naturalização, da rivalidade que dissemina cisão entre os membros da comunidade do gênero feminino – resgatando empatia, solidariedade, companheirismo e respeito entre nós mulheres. Curiosamente, tal expressão no atual “campo”¹¹ histórico denota desconfiança entre muitas de nossos pares quando deveria representar um resgate do sentimento da irmandade peculiar entre mulheres de forma a equivaler àquele da fraternidade própria dos homens.

A mídia tem exaustivamente trazido ao público essa denominação, mas em muita medida acredito que talvez por essa razão ela sofra o preconceito, como se

¹⁰ [...] una dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia subjetiva de las mujeres que conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad, con otras mujeres, para contribuir a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y el empoderamiento de cada mujer (GAMBA, 2009, p. 305).

¹¹ “Esse campo, considerado em sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a economização abstrata do mundo”. (KURZ, 1997, p. 93)

fosse mais uma invenção ou moda. Algo engendrado artificialmente e por isso ilegítimo, de modo que visto ainda por muitos, na sociedade, com descrédito¹².

Assim, os textos que discutem limites da sororidade questionam uma irmandade feminina que funcione como um dispositivo de silenciamento de vozes dissonantes dentro desse coletivo, especialmente das identidades distintas da imagem do **sujeito pós-feminista ideal – a mulher branca, magra, heterossexual, de classe média e, constantemente, jovem**. A quem se confere autorização discursiva para falar em nome da sororidade? (LEAL, 2019, p. 215) (grifo nosso)

Desse modo, a mídia paradoxalmente enaltece a força gerada pela união entre mulheres e a enfraquece por não suplantar a ilusão de uma união baseada apenas no gênero. O que reforça a desconfiança na “criação” dessa irmandade feminina, sororidade, como um instrumento universalizante para todas, exclusivamente pelo fato de se ser mulher, no singular.

A sororidade é um sentimento moral capaz de construir uma ética feminista contemporânea, mas para que ela possa realizar transformações sociais que construam um mundo mais justo para as mulheres, é preciso abandonar as ilusões totalizantes e as aspirações de uma irmandade sem falhas, disputas e contradições. (LEAL, 2019, p. 227)

Será preciso vivenciar a sororidade a partir do reconhecimento das diferenças, enfrentamento da verdade das múltiplas dimensões existentes de opressão e desenvolvendo empatia pela dor da outra, como se a outra eu mesma fosse.

A discussão sobre os limites da sororidade ressalta como dominações e silenciamento podem partir não somente do patriarcado, mas também das próprias mulheres. Intersecções como raça, classe, ideologia política, orientação sexual e geração colocam em desconfiança visões universalizantes desse sentimento. Alguns discursos pregam a rejeição ao conceito, em articulação a um debate histórico que reforça o quão nociva a ideia de irmandade feminina foi para diversas mulheres na história do feminismo. (Ibidem, 2019, p. 236)

¹² Nesse mesmo sentido, apontando limites que precisam ser transpostos pela sororidade ao reconhecer as diferenças entre as mulheres, no coletivo, resalto a tese de Tatiane Leal: **A invenção da Sororidade** – Sentimentos morais, feminismo e mídia. 2019.

A sororidade é uma complexa trama que vem sendo tecida por muitas mulheres há séculos para finalmente ganhar sua máxima dimensão, aquela que abarque todas as formas de dores a que as mulheres são submetidas, para se tornar uma força transformadora de uma *solidariedade política*.

Nós entendíamos que solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e inclusive da afinidade em casos de sofrimento comum. A sororidade feminista está enraizada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. **Solidariedade política entre mulheres sempre debilita a força moral do sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado.** É importante destacar que a sororidade jamais teria sido possível para além das fronteiras de raça e classe se **mulheres individualmente não estivessem dispostas a abrir mão de seu poder** de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres. **Enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, será impossível alcançar plenamente esta sororidade.** (HOOKS, 2017, p. 37-38) (grifo nosso) (tradução nossa)¹³

A sororidade na perspectiva de sua dimensão emocional é uma experiência que vai muito além do que se poderia traduzir em palavras. É um unguento poderoso principalmente para feridas resultantes de violências psicológicas ou morais que são invisíveis e indelévels.

A sororidade vivida a partir do compartilhamento da sabedoria ancestral feminina é potente e cura! Colocarmo-nos a serviço da nossa linhagem feminina é nos abrimos para o novo e para o velho em uma composição que vai além do aqui e agora. Tal qual a MatriosKa (Sérvia) ou Babuska (Rússia)¹⁴ nós somos o acumulo

¹³ [...] Nosotras entendíamos que la solidaridad política entre mujeres expresada en la sororidade va más allá del reconocimiento positivo de las experiencias de las mujeres e incluso de la afinidad por los sufrimientos comunes. La sororidade feminista está enraizada en el compromiso compartido de luchar contra la injusticia patriarcal, sin importar la forma que tome esa injusticia. La solidaridad política entre mujeres siempre socava el sexismo y prepara el escenario para la destrucción del patriarcado. De manera significativa, la sororidade nunca habría sido posible a través de las fronteras de raza y clase si las mujeres individualmente no hubieran estado dispuestas a desprenderse de su poder para dominar y explotar a grupos subordinados de mujeres. Si las mujeres utilizan su poder de clase o de raza para dominar otras mujeres, es imposible alcanzar plenamente esta sororidade. (HOOKS, 2017, p. 37-38)

¹⁴ Babuska é o diminutivo russo da palavra Baba, que significa "avó". O conjunto de bonecas é tomado aqui como a representação da ancestralidade feminina nas suas inúmeras gerações. Foi na Exposição Mundial de Artes de 1900, em Paris, que a matrioska ganhou popularidade e reconhecimento como "boneca russa" 4 em 1: as matrioskas tradicionais eram compostas por 3 bonecas ocas, femininas, umas dentro das outras, representando "avó, mãe e filha" e uma última, um bebê compacto, uma boneca masculina ou uma miniatura das anteriores. Para maiores

das lições das gerações passadas transmitidas pela nossa ancestralidade, a vida que se faz em mim no presente e as inúmeras possibilidades que se abrem, acessando a força feminina essência de mim. É gestar e parir a mim mesma continuamente.

Recebo e uso toda sabedoria que vem das mulheres que vieram antes de mim. Honro essa sabedoria ancestral transmitida geração a geração quando dou prosseguimento como “tecelã da memória” e escrevo aqui compondo e exibindo orgulhosamente minha “colcha de retalhos”, com a riqueza da dor e delícia de se ser o que se é.

Desse modo, o cotidiano de todas as mulheres é repleto de episódios de violências, sejam elas sutis ou silenciosas no altercar dos humores – que podem resultar em uma situação prescindível de poder: o feminicídio. Aqui a sororidade torna-se indispensável, pois a melhor maneira de lidar com tais desprendimentos de caráter é a união, reconhecimento e ajuda mútua e transitar entre a esfera pública e privada sem nos vilipendiar ou abrir mão dos sonhos ou de nossa identidade. É buscar no conjunto o estabelecimento e a manutenção de nossa dignidade e inteireza contando com o valioso suporte da sororidade.

Para fundamentar tal pensamento faço uso das proposições-chave de Silvia Federici, Judith Butler e Roswitha Scholz sobre as relações entre políticas de gênero e poder no atual “campo” histórico da modernidade. As referidas autoras/filósofas trazem proposições imbricadas, cujas temáticas são recorrentes em nosso cotidiano. São elas a violência, a condição precária, a precariedade, a dissociação do valor e os corpos (em *performance*) para auxiliar no processo de compreensão do fenômeno totalitário que coaduna com a barbárie contemporânea. Serão elas a base teórica para sustentar o debate na construção desta tese, tratando respectivamente sobre a “impunidade que mata” e “os corpos em aliança”, que estabelece possibilidade de visualizar-se a liberdade para exercício da ação política em contraposição ao patriarcalismo. O cenário sociopolítico do período em apreço configura-se na continuidade do sistema capitalista e na introdução de um velho elemento com roupagem nova – o neoconservadorismo flertando com autoritarismo e populismo. Portanto, buscaremos a compreensão das temáticas fazendo uma abordagem teórica e histórica, sempre buscando a reflexão dialética.

Tomei uma mulher como referência, não uma juíza, deputada ou a presidente do Brasil. Não uma mulher dentre tantas que ocupam cargos em um dos três poderes e que, para exercê-los, em várias situações, abrem mão de características e atributos femininos¹⁵, experimentando inconscientemente ou não uma autoviolência para minimamente serem aceitas nesse universo masculino do poder. Mas a prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos, uma matemática que, embora representante de uma “ciência dura”, permaneceu sendo ela, sem subterfúgios ou artifícios de mimetismo para ter admiração e respeito de seus pares, independente do gênero, classe social, raça e etnia.

(Re)ver a história em termos de relações de gênero, ou, mais precisamente, do ponto de vista feminista, requer, em algum momento, **tirar do esquecimento mulheres** que, de alguma maneira, contribuíram para a construção de conhecimento. Esse esquecimento ocorre porque **suas contribuições ficaram fora da escrita da História da Ciência e da Tecnologia ‘oficial’**, cujos personagens, narrativas, autoria grafadas pertencem predominantemente ao masculino. Ausentes como personagens, tornaram-se invisíveis. Em termos feministas, o desejo dessa construção historiográfica é justamente o sentido oposto: **conferir às mulheres visibilidade**. Trata-se de uma reconstrução também da nossa memória em termos sociais e da própria história da educação [...]. (CABRAL, 2020, p. 186) (grifo nosso)

Portanto, o objetivo é contar a história de vida da prof.^a Nilza Rocha nas dimensões mulher-cientista e mulher-simplesmente-mulher, através de outras mulheres. Dar voz à narrativa de mulheres que com ela (com)partilharam um tempo/espço é algo precioso e grandioso. É possibilitar deslocar essas mulheres do espaço da plateia para o palco e acender as luzes da ribalta. É (re)visitar memórias que de outra forma provavelmente se perderiam, mas que poderão vir a compor a minha e a sua história, fazendo a diferença na visibilidade de mulheres das próximas gerações, como “enxergar” essa mulher me fez apreender o papel atemporal da sororidade como referencial ontológico.

¹⁵ Um exemplo histórico é a orientação do jornalista soviético Yuri Gavrílov, autor da alcunha “Dama de Ferro” para a *premier* britânica Margareth Thatcher. Segundo Gavrílov, a comparação desvela a pretensão inglesa de domínio global, a partir da década de 1970, que pode ser comparada a estratégia de Bismarck para uma Alemanha coadunada com o poder mundial no final do século XIX. A personalidade rígida é o adjetivo que sustenta essa comparação. O curioso é que tal alcunha serviu de base para campanha eleitoral de Thatcher e não para estabelecer um contributo à crítica da linguagem sexista nas estruturas institucionais do Poder. Para ampliar o debate ver “THATCHER, Margareth. **Margareth Thatcher**: the autobiography. London: Harper, 2013”.

Portanto, evitar o apagamento ao qual foi destinada a presença feminina na memória, já é razão suficiente para justificar a escrita desta tese. Mas se não bastasse isso, entendo ser a narrativa do passado das mulheres, através da memória de outras mulheres, fonte de saber e solução para uma violência primeira e fundante, à qual somos cotidianamente e sistematicamente submetidas a do “oceano de silêncio”. (PERROT, 2005, p. 9)

De modo que possibilitar que o passado ganhe voz e que fale conosco foi como aceitar um convite irrecusável para ir mais fundo na gênese do cenário brutal de violência que culmina nos inúmeros feminicídios, cuja autorização tácita que estimula seus autores parece-me vir da cultura do Estado de impunidade, leniência e tolerância e ratificada pela sociedade. Assim, “[...] O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento”. (PERROT, 2005, p. 9)

Portanto, é preciso romper com esse oceano de silêncio e construir uma epistemologia feminista a partir da qual possamos compreender a nossa realidade com mecanismos, como leis e políticas públicas, sendo utilizados para sanar as múltiplas violências das quais somos alvo cotidianamente, e que em absoluto conseguem minorar ou sanar tal problema e tutelar e garantir direitos fundamentais. Diante desse cenário, gostaria que esta tese pudesse servir para refletir sobre a experiência de prof.^a Nilza Rocha e suas amigas como um caminho, ao trazer a proposta da resignificação do *gossip* na sororidade como instrumento de suporte para mulheres frente às violências e auxiliando na libertação de relações abusivas.

Defini como marco temporal desta pesquisa o período que vai de 2006 a 2015, em razão da vigência respectivamente da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.014/2015) e para fazer um paralelo entre a vida dessa mulher icônica que viveu entre nós até 30 de maio de 2015, data de seu falecimento.

A metodologia proposta está pautada na “Metodologia das Histórias de Vida”. Há um encontro, nesse tempo/espço de recolher a história de vida de um indivíduo através da escuta, seguida de transcrição e discussão do material colhido nas conversas e depoimentos do sujeito participante com o pesquisador. Essa narrativa é um compartilhamento de afetos, para além de realidade factual. Portanto,

demanda uma análise de conteúdo em sua perspectiva Adorniana¹⁶. Para um melhor entendimento da complexidade e visão de mundo do informante, é imprescindível empatia, é preciso viver o contexto como a pessoa em análise a viveu, uma vez que a realidade está longe de ser um esquema lógico e cartesiano.

Em termos gerais, o método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta. Nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo. Ao fim da escuta, todo o material é transcrito e discutido entre o sujeito participante e o pesquisador, que, a partir de então, fará um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que o ajudarão a tentar responder suas questões de pesquisa. (NOGUEIRA et al., 2017, p. 1)

Esse método se funda na ideia de apreender com as/os informantes, interpretando e compreendendo o mundo como ela(e) o vê. É preciso atenção e sensibilidade para ter a percepção do ponto de vista do outro e entender sua relação com a vida sob as contradições e limitações do atual “campo” histórico, para realizar um “devir ser”, pois “a memória não está no passado, mas ao contrário, no presente, ela é geradora do futuro”. (BOSI, 2003, p. 66)

O uso da “Metodologia das Histórias de Vida” e de registros escritos de sujeitos históricos, através das entrevistas com doze mulheres “amigas da prof.^a Nilza Rocha” e três homens que conviveram com ela no meio acadêmico e, desse modo, puderam narrar suas experiências, possibilitando um mergulho analítico que traga as respostas às hipóteses levantadas nessa pesquisa. “É retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão” (CHAUÍ, 1987, p. 21). A “escuta” das narrativas acerca da vida da prof.^a Nilza Rocha é uma forma dela se (re)apropriar, (re)significar, (re)fazendo os caminhos percorridos, “o que é mais do que revivê-los” (BOSI, 1987, p. 55). Esse revisitar histórico pode ser o caminho para descobrir um novo modo de ser no mundo, para além da violência cotidiana que circunda entre a esfera pública e a esfera privada, a partir da

¹⁶ Para Adorno (2009, p. 88), a *content analysis* (análise de conteúdo) é o método mais plausível efetivamente, pois engendra a análise dos próprios fenômenos e, por conseguinte, pode inferir mais ou menos o significado das consequências dos fenômenos para as pessoas – mesmo que, vale a ênfase, este efeito não possa ser registrado.

sororidade vivida por ela e sua rede de “amigas”. Por isso é tão importante contar histórias, “porque finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas”. (RICOEUR, 1983, p. 19)

As entrevistas de recolhimento de “histórias de vida” produzem uma relação em que vínculos recíprocos de confiança e afinidades vão aflorando, não sendo simplesmente uma busca de informação sobre o outro. É inevitável o envolvimento dos sujeitos, é um convite aceito reciprocamente para darem-se as mãos e caminharem juntas.

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes. (BOSI, 2003, p. 61)

Assim sendo, a experiência da pesquisa utilizando a metodologia de história de vida transforma todos os envolvidos.

A escrita feita de memórias e afetos nos revela a importância do outro na produção da experiência subjetiva e, ao contrário do que poderia parecer o triunfo do individualismo, as histórias de vida recolocam o ser humano, em sua dimensão concreta - aquela da experiência -, no centro da cena, o que significa colocá-lo diante de seu próprio desdobramento especular, que é relato de todos. O campo da subjetividade com seu caráter individual, singular, de unicidade, construído concretamente nas experiências do coletivo, que, por sua vez, se manifesta por meio do relato e nele se reconstrói - alteridade. Encontramos assim os três laços que dialogam no contar da vida: as condições objetivas, as experiências vividas, a maneira como são narradas. (NOGUEIRA et al., 2017, p. 1)

Essa metodologia é potente e apropriada ao objetivo proposto e empreendido nesta pesquisa doutoral. Escrever a história sob uma perspectiva feminista, em uma escrita feminista sobre mulheres – prof.^a Nilza Rocha e suas amigas e suas histórias de vida.

Farei uso, também, da “Metodologia das Histórias de Família”, uma vez que a investigação buscou com este método tornar visível transformações ocorridas entre as gerações, uma incursão etnográfica que busca desvelar a verdade e, deste modo, possibilitar a compilação das experiências, reflexões e vivências de prof.^a

Nilza Rocha na voz das/dos informantes que não são reconhecidos nas dimensões jurídicas da composição familiar.

A coleta foi realizada entre os meses de setembro de 2019 a dezembro de 2020¹⁷, em ambientes doméstico e universitário. Todos os sujeitos investigados foram informados do projeto, dos objetivos e do roteiro, dando autorização através do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)¹⁸. O método empregado para identificar os depoimentos obtidos foi a utilização de uma sigla alfanumérica composta. Assim: MC¹... MC¹² para as mulheres e MH¹... MH³ para os homens.

Igualmente, com busca por outras fontes que pudessem concomitantemente elucidar, complementar e reforçar as próprias falas dos sujeitos de memória e de história, os métodos foram alargados para alcançar a estrutura qualitativa, intensificando o processo pela compreensão dos sujeitos que narram, interpretam, e (re)significam a própria história, aproximam fronteiras geracionais e transformam caminhos, através da memória. Este é o caso das histórias de vida, contribuindo para a “estruturação do conhecimento (juntando as aquisições e as hipóteses da teoria ao relacionamento com os processos e os agentes) quer seja por um aprofundamento das noções basilares que norteiam a análise, quer seja não limitando as práticas à expressão redutora de relações”. (REIS, 2014, p. 213)

Pretendo desenrolar essa colcha de retalhos – feita de pedaços de memórias, experiências e vivências – para apresentar o mundo dessas mulheres, quiçá desvendar os seus segredos e transpor as barreiras entre o público e o privado no universo feminino (a priori) da matemática.

Com o objetivo de trazer profundidade e leveza a essa tese doutoral, adotei como forma o ensaio – tendo por farol excertos dos escritos de Virginia Woolf, que me auxiliam a denunciar as dificuldades atemporais enfrentadas pelas mulheres, em especial no atual campo histórico da modernidade.

Outrossim, devemos considerar que a nossa realidade foi construída historicamente. Muitas mulheres ainda lutam para serem ouvidas para além de uma legislação que não se mostra instrumento hábil para combater as múltiplas violências que cada uma de nós precisa enfrentar para “ser” e “estar” mulher.

¹⁷ As entrevistas realizadas a partir de março de 2020 tiveram que ser encaminhadas por e-mail e outros meios eletrônicos em razão do isolamento social imposto pela pandemia do corona vírus. De modo que, para enfrentar as dificuldades, contamos com a valiosa disponibilidade de todas e todos que aceitaram participar, buscando meios de viabilizar a coleta de dados nessa investigação.

¹⁸ Essas entrevistas serão utilizadas no capítulo 3 do trabalho como análise de conteúdo e não de discurso e o modelo apresentado a cada uma das entrevistadas encontra-se no Apêndice B.

A luta que se opera vai muito além do âmbito doméstico e tem seu sedimento nos períodos ditatoriais, campeada pela atuação arbitrária dos agentes do Estado e pela certeza da impunidade, que impregnam o *modus operandi* de se fazer política – no Brasil ou em qualquer rincão global que a falácia democrática seja evidente – suprimir direitos para garantir a legitimidade, a qualquer tempo, em nome da família, segurança pública e paz social.

Mulheres, no Brasil, continuam sendo mortas¹⁹ diariamente, porque homens entendem que devem punir suas condutas tidas como subversivas ou desviantes, atitude de malcriação, ou teimosia, por fugirem do desiderato de ideal masculino. O “macho”, desse modo, entende que o melhor desagravo é simplesmente eliminá-las.

Destarte, a impunidade é uma realidade entre nós. Porque as violências são legitimadas quando a sociedade romantiza ou relativiza abusos e, com isso, ensina aos homens que eles têm poder sobre as mulheres, que podem dispor dos seus corpos e ditar seus destinos. A letalidade machista cresce e naturaliza-se a violência contra as mulheres²⁰ como uma reação/punição legítima, pois: “[...] só podem continuar a torturar, matar enquanto acreditam que têm permissão para fazer isso”. (FEDERICI, 2019a, p. 136)

Conforme aludido, o meu objeto de pesquisa continua o mesmo desenvolvido no mestrado: o totalitarismo. Entretanto, irei ampliar a abordagem, pois sob o manto democrático, aqui entendido não como uma forma de governo, mas a legitimação ideológica de um sistema que expõe as minorias constantemente à violência e à alienação de políticas protetivas (BUTLER, 2018), a violência contra as mulheres adquire uma dimensão política universal. Explico-me, o Estado, o administrador das coisas deste “campo” histórico, quando a necessidade aporta, concede o perdão por intermédio de políticas compensatórias contra a violência, mas sem refutar as injustiças deflagradas pelo próprio sistema de dominação vigente.

Vale ressaltar que o Estado não pode assumir o papel da vítima, tampouco contrapor o seu papel de mediador de conflitos em busca da reparação – no qual o

¹⁹ O Brasil é o 5º país com maior índice de feminicídio global. Dados estatísticos denunciam esse cenário, como registrado, por exemplo, no **Atlas da Violência 2019** – nas páginas 35 a 39. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 14 mar. 2020.

²⁰ Os índices de violência contra mulheres são alarmantes e, por mais que sejam divulgados, ainda são (in)visibilizados pela masculinidade tóxica que corrói nossa sociedade e mata muitas mulheres. Os dados estatísticos atestam essa realidade. **Atlas da Violência 2019** – nas páginas 35 a 39. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 14 mar. 2020.

cerne é sempre monetário – sem superar as idiossincrasias deste mesmo “campo” histórico em sua forma e conteúdo. Sem olvidar que as titulares deste “perdão” são as vítimas. Só a elas pertence essa prerrogativa. A negação desta ação política impõe uma perversa continuidade de silêncio e impunidade por não permitir ou criar condições para que a justiça de transição se perfaça. Como assevera Scholz (2017), a precariedade é acirrada em um Estado que coaduna com valores patriarcais em sua forma social.

À luz da História, em circunstâncias de conflitos armados e de violência, lesão, perdas e dores, tem sido atribuído às mulheres o papel de se conformar, aceitando silenciosamente o destino. Elas choram, culpam-se e rezam²¹.

O estímulo à docilidade e passividade das mulheres é mais do que perceptível em uma sociedade na qual a forma social é a mercadoria totalizada. (KURZ, 2015)

[...] Elas não têm gosto ou vontade.
 Nem defeito nem qualidade
 Têm medo apenas [...]
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
 As jovens viúvas marcadas
 E as gestantes abandonadas
 Não fazem cenas
 Vestem-se de negro, se encolhem.
 Se conformam e se recolhem
 Às suas novenas [...] (Chico Buarque, 1976).

Contudo, aqui a inspiração está em Virginia Woolf (2019), as mulheres podem romper com os grilhões históricos da modernidade, superar esse nicho ao compreenderem que existe uma estreita conexão entre o patriarcado e os regimes totalitários e que ambos trabalham em prol desse *status* de subjugação da mulher à vontade do homem, seja em busca de conquistas territoriais, bélicas, geopolíticas ou narcisistas, em nome da sua satisfação e poder.

²¹ Poderíamos nos questionar por qual razão elas rezam: Por salvação? Respondo. A palavra salvação tem sua origem no grego *soteria*, transmitindo a ideia de cura, **redenção**, remédio e resgate. De modo que, no meu entender, rezam por redenção, no sentido de libertação de relações abusivas e dos grilhões do patriarcado.

A velha ideia, continuamente reeditada desde os ditames bíblicos, de que as mulheres nasceram para servir aos homens tem restringido a possibilidade de atuação da mulher ao papel acessório na trama da vida, colocando-a no papel de vítima. Mas muitas mulheres não se subjugam e é através delas que devemos dar voz e visibilidade a todas. Será a história de vida da prof.^a Nilza Rocha e suas amigas a alegoria necessária para demonstrarmos o quão eficaz pode ser a sororidade para romper com o ciclo de violências. E se houver lágrimas a serem compartilhadas que sejam insubmissas, parafraseando Conceição Evaristo²², e que nossas histórias e nossas vozes não sejam silenciadas.

É a história de tais mulheres que desejo revisitar, pois elas nos convocam a fazer diferente, sermos protagonistas de nossas próprias vidas. Deste modo, questionar o papel do Estado e a aplicação de políticas protetivas às mulheres, assim como refletir sobre as batalhas por elas empreendidas cotidianamente, será uma abordagem recorrente nesta tese.

A realidade de violência em nosso país, preocupante e endêmica, sustenta a importância deste estudo. Ela assola a maior capital, São Paulo, e atinge os rincões mais longínquos. Índícios dessa afirmação são denunciados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, quando alerta que os casos de crimes contra a dignidade sexual em 2019 aumentaram 13%, o que significa uma média de um registro a cada 26 minutos.

A realidade regional é equivalente e a preocupação segue sendo necessária. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA, 2019), o número de feminicídios cresceu 32,9% em 2019 e foram registrados 101 casos de feminicídios em todo o estado contra 76 crimes do mesmo tipo em 2018.

O Brasil, reitero, é o 5º (Atlas da Violência, 2019) país no mundo com maior incidência em assassinatos de mulheres. Segundo dados da ONU, a violência de gênero atinge uma em cada cinco mulheres. Tal realidade vem de longa data e não dá sinais de que vá se alterar tão cedo. Muito pelo contrário, parece que cada vez que uma mulher se levanta para ser ouvida causa uma reação de oposição. De modo que teremos muitas lutas e muitos enfrentamentos até chegarmos ao ideal de isonomia homem/mulher propugnado na Constituição.

²² Referência ao livro: Insubmissas lágrimas de mulheres (2011), de Conceição Evaristo.

De acordo com o Global Gender Gap Report 2020 (2019), teremos que esperar 257 anos para alcançar a paridade e colocar a mulher em altos cargos de poder. A questão principal talvez não seja a quantitativa, mas a qualitativa e subjetiva, pois compreender a (im)possibilidade do “Ser” mulher, enquanto “sujeito de direito”, é a confirmação da falácia da igualdade democrática em um sistema que preza pelo insaciável processo de mercantilização de todos os aspectos da Vida. Portanto, amplia a condição de corpos femininos em contínua precariedade, a alienação de políticas públicas e a sujeição cotidiana à violência – pois exclui o feminino do espaço político ao estabelecer limites à reprodução²³.

Destarte, como sair dessas perversas estatísticas? Quando mulheres poderão “ser” e “estar” mulheres? Como nós mulheres poderemos ser aceitas como merecedoras de autonomia e equidade neste mundo majoritariamente androcêntrico?

A representação de mulheres por mulheres em nada mudaria a atual esfera política – seja no plano parlamentar, executivo ou judiciário –, visto que a troca de representantes nas estruturas do poder vigente é uma confirmação da falácia democrática, da idealização da igualdade como um princípio a ser alcançado.

Em outras palavras, sem superar o atual “campo” histórico da modernidade, qualquer referência à emancipação é frágil e vazia com respeito ao duo teoria/história e de pouco adiantaria o ampliar da participação feminina no espaço público determinado pelo processo de economização abstrata do mundo (KURZ, 1997), além de tornar infrutífero qualquer mobilização (leia-se, corpos em aliança) sem repensar criticamente o próprio papel da política.

Para tanto, o **objetivo geral** dessa pesquisa doutoral é compreender através de um espelho invertido²⁴, ou seja, analisar a categoria violência generalizada contra as mulheres e sua conseqüente impunidade que permanece nas mais diversas formas. Deste modo, resgatar a prática da sororidade e resinificar o **gossip** em uma experiência real, de cooperação e união entre mulheres neste processo de compreensão, superação e realização de outro devir histórico.

²³ Sílvia Federici acentua tais disparidades no livro “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, publicado em português pela editora Elefante (2019b).

²⁴ Espelho invertido, porque quero usar a realidade de violência representada no espelho não como um cenário (leia-se, lógica própria), mas seu reflexo invertido porque superado. Como as estatísticas denunciam o cenário da violência e são amplamente divulgadas, acredito que precisamos demonstrar a possibilidade de vencê-la. E é esse **meu objetivo: contar a história de quem supera a violência. Porque aquelas mulheres que se curam, curam todas as outras mulheres.**

A nossa proposta de ressignificar advém do fato de que o significado da palavra foi desvirtuado na modernidade. Irei me apropriar dessa expressão para me remeter a um tempo/espço no qual usufruíamos do poder de comunhão das mulheres e da força de superação na vivência do *gossip*^{25,26}.

No séc. XVI a Igreja, o Estado e o sistema patriarcal, visando questões econômicas vinculadas ao interesse de subjugar as mulheres como força produtiva e reprodutiva, buscaram uma forma de combater esse movimento aglutinador que gerava poder e independência para as mulheres. “Assim, na Inglaterra, em 1547”, entrou em vigor um decreto que proibia as mulheres de se reunirem para tagarelar. Aos maridos cabia o controle de suas mulheres para cumprimento do decreto. “A obediência – como a literatura da época enfatizava constantemente – era a primeira obrigação da esposa, imposta pela Igreja, pelo direito, pela opinião pública e em última análise, pelas punições cruéis que foram introduzidas contra as rabugentas (...)” (FEDERICI, 2019a, p. 81). De modo que, foi criado, para auxiliá-los, um instrumento horrendo ao qual se denominou *branks*, *scold's bridle* ou *gossip bridle*,

umas máscaras de metal e couro com um freio de ferro para a língua, que impediam as mulheres de falar. E assim a origem do significado do termo *gossip* se perdeu, deixou de representar a união afetuosa entre mulheres e foi paulatinamente substituído pelo significado de fofoca, “um termo de difamação e ridicularização”. (FEDERICI, 2019a, p. 83)

A pretensão é recuperar o potencial do *gossip*, elucidar historicamente a apropriação do termo para atender a estratégia de dissociação do valor, a orientação privada das mulheres para o processo de reprodução, e por meio da dialética negativa questionar a conotação do *gossip* como “fofoca”, tagarelagem, conversa

²⁵ “[...] ‘*gossip*’ significava, originalmente, ‘god parent’ [padrinho ou madrinha], pessoa que mantém uma relação espiritual com a criança a ser batizada. Com o tempo, entretanto, o termo passou a ser usado em sentido mais amplo. Na Inglaterra do início da era moderna, ‘*gossip*’, se referia às companhias no momento do parto, não se limitando à parteira. Também se tornou um termo para amigas mulheres, sem conotação necessariamente depreciativa. Em todo caso, a palavra tinha fortes conotações emocionais. Reconhecemos isso quando observamos a palavra em ação, denotando os laços a unir as mulheres na sociedade inglesa pré-moderna” (FEDERICI, 2019a, p. 76).

²⁶ Clarissa Estés (2017) define a expressão “comadre” com o mesmo sentido aqui aplicado da força aglutinadora entre mulheres empregado por Silvia Federici para a ressignificação da palavra *gossip* em ação, “sempre que duas almas ou mais se reúnem com apreço mútuo, sempre que duas mulheres ou mais falam de assuntos que importam de verdade” (p. 10-11). Assim, “esse termo significa algo semelhante a ‘eu sou sua mãe e ao mesmo tempo você é minha mãe’. É uma palavra usada para descrever a relação íntima entre mulheres que cuidam uma da outra, que dão ouvidos e ensinam uma à outra, de uma forma na qual a alma está sempre incluída; às vezes ela é o assunto da conversa, e às vezes é com ela diretamente que se fala” (ibidem, p. 121).

natural de mulheres, portanto de pouca importância e desqualificando o papel político das mulheres em prol de sua emancipação.

Assim sendo, a **principal questão** que orienta esta investigação é: (Re)ver a trajetória da prof.^a Nilza Rocha em termos da experiência constitutiva de sororidade e no que isso pode ser representativo de uma primeira geração de matemáticas, e matemáticas-cientistas, suplantando a experiência de mulheres-esposa (leia-se dialética esfera pública X esfera privada).

Partindo desse cenário, analisar como a força aglutinadora das mulheres pode fazer frente a políticas institucionais cada vez mais misóginas, que confinam as mulheres em posição social de subordinação em relação aos homens e punem com violência a subversão dessa ordem social. Isto ao manifestar à luz da história recente, que nem leis ou políticas públicas são capazes sozinhas de mudar um cenário cotidiano de dominação masculina e de violência contra as mulheres. Sem olvidar que persistem mecanismos de exclusão mais profundos²⁷ que precisam ser identificados e enfrentados para engendrar a almejada força aglutinadora das mulheres.

A história de vida da prof.^a Nilza Rocha, uma mulher nordestina que desafiou os prognósticos e tornou-se uma matemática respeitada e referendada em um ambiente científico predominantemente masculino, foi minha alegoria para tal empreitada. Para tanto, absorvo o conceito do patriarcado como estruturante das relações no âmbito público e no privado, associado a representações que vão além da esfera doméstico-familiar, pois o nexo patriarcado-capitalismo norteia todas as demais relações sociais sobre as quais se instituem os limitados modelos atribuídos à mulher na sociedade e que legitimam a violência contra elas, além de naturalizarem e reproduzirem assimetrias e relações abusivas.

Objetivos específicos:

²⁷ Esses mecanismos de exclusão são profundos, sutis e imperceptíveis, o que dificulta o seu reconhecimento e consequente combate. Tal realidade está apontada neste excerto: Trabalhadores, mulheres e integrantes de minorias étnicas, entre outros grupos, são suscetíveis aos mecanismos de exclusão, tanto pela desvalorização de suas formas expressivas quanto pelo fato de que demandas pela transformação social são as mais comprometidas pela exigência de barganha e produção de consensos. (MIGUEL, 2014, p. 10)

- Analisar tal realidade a partir das necessárias formulações de políticas públicas e de uma nova consciência do valor da pessoa humana, não necessariamente de uma ampliação de escopo legislativo.

- Atentar dialeticamente à **hipótese** de que construção de um novo cenário não perpassa pela manutenção das estruturas vigentes, mas ao contrário, passa pelo constructo de um “novo modelo”, a partir e através da memória histórica de mulheres que nos antecederam na resistência e luta pelos nossos direitos individuais – a formulação de uma realidade diversa da que temos vivido e que foi a razão de ser da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e posteriormente da Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015).

Isto porque, após 14 anos da entrada em vigor da Lei da Violência Doméstica, muito pouco mudou na transição necessária da percepção da importância, valor e autonomia das mulheres e na sua participação efetiva no mundo corporativo, acadêmico e na política do país. Para tanto, compreender a experiência do grupo das “Amigas de prof.^a Nilza Rocha” como movimento de sororidade vivido no meio acadêmico e, particularmente, no Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia foi a nossa alegoria para o “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2013, p. 13) do caminho emancipatório.

Deste modo, a orientação teórica desta tese enfatiza uma recorrente negação do atual “campo” histórico ao confrontar a “naturalização” da violência em seus distintos matizes. Por intermédio da história de vida, uma “autobiografia”²⁸ da Prof.^a Nilza Rocha, nós estaremos a abarcar um contributo à crítica das Políticas Públicas e, por conseguinte, do reconhecimento da cidadania em uma perspectiva de gênero. Portanto, da precarização da Vida engendrada na separação histórica entre a esfera pública e a esfera privada que determina as estruturas de poder nesta sociedade de mercadorias.

O significado benjaminiano de “escovar a História a contrapelo” é o nosso estímulo para resgatar o que foi perdido, restabelecer o compromisso com o sentimento à poesia e à experiência que a forma social (re)adquire quando consegue se apropriar da força e relevância da categoria *gossip* – o que entendemos como a dissensão proto-histórica para perpetuar e proteger as camadas do fetichismo da violência.

²⁸ Autobiografia como método para apreender as trajetórias de vida na perspectiva sociológica, em conformidade com Bueno (2002), Guérios (2011) e Ribeiro (1995).

Apesar das circunstâncias desfavoráveis, aqui entendidas como desprezo pela força criativa e a conquista da liberdade, as armas da crítica são teóricas. As histórias de Vida, tal como a abordagem dedicada para prof.^a Nilza Rocha, uma forma de auxiliar neste processo fundamental de compreensão da universalidade abstrata na forma mercadoria, não da concepção de uma lógica própria e dissociada do valor. Para tanto, esta “autobiografia” é apresentada como a estrutura a seguir sugere:

No **primeiro capítulo** busco elucidar o fenômeno do feminicídio que, consoante os dados oficiais, é maior do que os indicadores de morte natural, doenças graves ou acidentes automobilísticos; e apresentar um contributo à crítica do valor-cisão como contexto social básico. Trato ainda do esforço legislativo do Estado e das políticas públicas implementadas pela sociedade neoconservadora e sua (in)eficácia.

No **segundo capítulo** empreendo a aventura de contar a história da prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos, fazendo um paralelo com o cenário político no Brasil, interpretando-o através da retrospectiva histórica acerca da cultura da violência contra a mulher, das estratégias dos movimentos feministas na academia e da necessidade de desafiar uma ordem imposta para as mulheres poderem exercer as suas escolhas.

No **terceiro e último capítulo** apresento a cruenta situação do domínio masculino e a contínua e obstinada luta por viver a liberdade feminina, tendo como baliza a lenda da Vasalisa e Baba Yaga.

Desse modo, a abordagem do tema que proponho fundamenta-se na escuta das narrativas e experiências cotidianas de mulheres que conviveram e testemunharam a superação da violência sutil no espaço do poder no meio acadêmico e as práticas de empoderamento feminino através da cooperação e do exemplo do verdadeiro significado do *gossip*, dimensão da sororidade.

2. CAPÍTULO 1 – FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA RECORRENTE CONTRA A MULHER: NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL

O direito divino dos maridos, tal como o direito divino dos reis, pode, espera-se, nesta era esclarecida, ser contestado sem perigo.

Mary Wollstonecraft. Reivindicação dos direitos das mulheres, 1792.

A sociedade brasileira, seguindo uma tendência mundial, foi seduzida pelo discurso neoconservador²⁹, esperando que as grandes questões sociais sejam resolvidas no campo das Leis. O problema, entretanto, é que o discurso neoconservador se manifesta dialeticamente por meio de produtos midiáticos, nos quais a violência e os abusos são tolerados em nome do “bem”, significando estabilidade do *status quo*.

Bem para quem? A quem serve? A ideia é que aceitemos a política de “lei e ordem” como uma benesse do Estado operada por seus agentes, que usam para isso o direito a serviço do poder – o Estado de Direito oligárquico, segundo Rancière (2014). Esse estratagema encontra resistência naqueles que, tendo já vivenciado outras experiências similares, sabem que o único objetivo é docilizar corpos para melhor servir ao poder. Assim, o Estado segue assistindo às mortes de minorias, tolerando-as como efeito colateral desses mecanismos alimentados pelo ideário de masculinidade tóxica³⁰ em nome da paz em casa e da intolerância contra qualquer

²⁹ O Neoconservadorismo (ou neocon) é uma corrente da filosofia política que surgiu nos Estados Unidos a partir da rejeição do liberalismo social, pacifismo, relativismo moral, social-democracia e da contracultura da Nova Esquerda dos anos 1960. O neoconservadorismo influenciou os governos de Ronald Reagan e George W. Bush e se espalhou pelo mundo ocidental, aportando no Brasil com o atual governo, se configurando em uma flagrante ponte para o passado e o protagonismo da extrema direita, com aspectos intervencionistas, moralistas, punitivistas e do militarismo. Para melhor compreensão no tema no cenário brasileiro vale consultar: Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>.

³⁰ Masculinidade tóxica é um conceito estabelecido para um padrão de masculinidade ensinado e que tem sido reproduzido na nossa sociedade. É um estereótipo adoecido que representa aqueles homens que entendem precisar provar que são homens com “H” maiúsculo. É um modelo a se seguir que é encorajado pela sociedade, a igreja, o Estado e o sistema patriarcal. Todos os machos precisam ser fortes, capazes de prover suas fêmeas, viris para enfrentar a vida e os desafios e, assim, embruteçam-se, fragilizam-se e desesperam-se nessa encruzilhada que os machuca e machuca as suas companheiras e os que com eles compartilham a vida. Então é preciso ir nas causas da violência contra mulher para se poder gerar curas reais e duradouras. Nesse sentido, fala a diretora do Instituto Pró-Mundo, Tatiana Moura: “Mas sem grandes esforços de reeducação e

um que pense diferente do desiderato de quem detém o poder, usando de forma tida como legítima o império da força.

Sendo as mulheres guardiãs das tradições, da memória, da sabedoria popular e do conhecimento mítico que lastreiam a vida em comunidade, são elas combatidas quando exercem a resistência a um sistema que as expurga e legitima tal ação na defesa da família e honra, ambos sob a lente do patriarcado e a serviço do capitalismo. Desse modo, para superar tal realidade, as mulheres precisam resgatar a sua verdade e serem vistas e reconhecidas por esse ângulo de importância e primazia, “[...] tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão”. (FEDERICI, 2019a, p. 84)

A partir da compreensão da importância do resgate e manutenção da memória como tempo vivo, resolvi apresentar o meu contributo à crítica da violência através da história de uma mulher, que pudesse ser referência para outras mulheres, apesar de sua unicidade. Escolhi uma guerreira, mãe, filha, irmã, amiga, matemática, professora, uma mulher, paradoxalmente, (in)comum e, ao mesmo tempo, (in)diferenciada.

A busca é por desvendar a (in)compreensão de quem somos nesta relação orgânica com o Estado (aqui entendido como instância soberana para organização, regularização e tomada de decisão política): indivíduos, cidadãos e/ou mercadoria – consoante a lógica de reprodução social do capital como fim em si mesmo (KURZ, 2015). A ideia é desconstruir, no sentido empregado por Derrida, é desmontar as peças, desacreditar das verdades postas, possibilitando fazer novas interpretações, trilhar um caminho diferente dos normalmente escolhidos para compreensão dessa temática. De acordo com o pensamento, é preciso ir além do visível, das estruturas para pôr em xeque a realidade:

Onde e como se produz esse descentramento como pensamento da estruturalidade da estrutura? Para designar esta produção, seria algum tanto ingênuo referir-nos a um acontecimento, a uma doutrina ou ao nome de um autor. Esta produção pertence certamente à totalidade de uma época, que é a nossa, mas ela já

formação com os homens, não seremos capazes de construir pontes e atacar as estruturas profundas do problema”. (MOURA, 2016)

começou há muito a anunciar-se e a trabalhar. (DERRIDA, 2002, p. 232)

Observo que temos no Brasil um déficit de compressão do momento político presente, isto em decorrência da impossibilidade em validar os fatos do passado, tópico-chave para projetar o futuro³¹. O resultado é um povo sem memória, submetido de forma acrítica à autorrepressão frente às muitas faces da verdade. É a própria imagem da sociedade tragada pela tempestade de um futuro que se avizinha com a força do progresso e não nos deixa tempo para olhar para os destroços, para os mortos, tal qual o anjo da história (LOWY, 2005). E foi essa alegoria que, além de me alertar para a necessidade de olhar pra trás e conhecer o passado, me fez perceber as armadilhas que o presente contínuo apresenta.

O panorama que tivemos em termos de violência de gênero no Brasil e no mundo, no período em apreço, refletiu-se em uma produção normativa que não consegue reduzir as estatísticas que a representam, o que por si só já justificaria a análise do quadro atual e sua moldura política. O cenário, porém, dá sinais de uma problemática muito mais complexa e profunda – toda sorte de exclusão de uma “relação paradoxal: reconhecimento por meio do não-reconhecimento, ou, inversamente, não reconhecimento justamente por meio do reconhecimento” (KURZ, 2003, p. 2), próprio da problemática defesa paradoxal dos direitos humanos que se opera para todos. Mas a realidade para as mulheres tem sido particular e perversamente sufocante. A mordaza do patriarcado e da masculinidade tóxica tem crescido e por mais que o Estado crie leis buscando sanar tal “progresso”³², os números das estatísticas da violência negam a eficácia da adequação social da norma à realidade vigente.

Os percentuais estatísticos escancaram a invisibilidade da vitimização de mulheres no Brasil, quando, por exemplo, denunciam que a proporção de mulheres vitimadas nas pesquisas de 2017 e 2019 se manteve estável, 28,6% e 27,4%, respectivamente (CERIONI, 2019). Tal fenômeno revela, ainda, que 16 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência ao longo

³¹ Proposta de justiça de transição para superar o passado conforme tratada em minha dissertação de mestrado.

³² Utilizamos a categoria em conformidade com a empregada por Walter Benjamin, ou seja, apreender o progresso sob a perspectiva da técnica, da ciência e da economia em detrimento do desenvolvimento social. Ver em “Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232”.

de 2018 (ibidem, 2019). A pesquisa, realizada pelo “Fórum Brasileiro de Segurança” e “Datafolha Instituto de Pesquisas”, indica ainda que 76,4% das vítimas conhecem seus agressores e a maioria dos casos (42%) ocorre em casa³³.

Tensões e acirramentos constituem o cotidiano do atual “campo” histórico desta realidade sociopolítica que não visa garantir o bem-estar da cidadã/dão, tampouco abarca seriamente o compromisso com as próprias políticas de gênero. Vive-se hoje o mesmo passado revisitado com ares de modernidade tardia. Assim sendo, concretizo aqui o compromisso assumido, na conclusão do mestrado, de dar continuidade às minhas investigações sobre essa realidade de violência constantemente revivida ou revisitada pelas mulheres brasileiras e em quase nada superada, apesar dos esforços, que resultam em avanços legislativos, mas corroborando com Butler (2018, p. 84): “[...] reivindicar o público de uma maneira que ainda não foi codificada em lei e que nunca poderá ser completamente codificado em lei”.

Ao dito passado e ao momento atual vivido chamarei a partir de agora, respectivamente, outono feminista e primavera feminista para nomear o percurso e as viradas históricas na trajetória da mulher brasileira de reivindicação de uma cidadania possível, mesmo que não a almejada plena e concreta.

A pretensão é analisar criticamente a realidade brasileira visando contribuir para a compreensão do atual campo histórico da modernidade e as relações fetichistas que o regem, cuja tônica é a superação através da força aglutinadora, a qual nos acostumamos a chamar de sororidade, desse estado de violência contra a mulher, abordando especificamente a violência institucional.

Os dados estatísticos³⁴ comprovam o que estou dizendo. Serão eles o aporte para sustentar as minhas afirmações. Portanto, ledor engano, ilusão propiciada por uma estrutura fundada em senso comum, pensar que algumas mulheres por pertencerem à classe social ou biótipo privilegiado por padrões conservadores não estariam susceptíveis à violência. Todas as mulheres estão vulneráveis à violência

³³ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v5.pdf>.

³⁴ Inúmeros são os grupos que fazem levantamento e estudos do fenômeno da violência e particularmente da violência que atinge as meninas e mulheres. A maioria deles, ligados às universidades ou instituições como defensoria Pública ou Ministério Público ou ainda instituições governamentais de enfrentamento da violência contra mulher. Atlas da violência é uma das fontes consultadas para fundamentar tal assertiva. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

cotidiana e, por essa razão, há uma indignação crescente em cada uma de nós, que é refletida na Outra: o desejo premente de mudança dessa realidade de sofrimento e dor, que vilipendia projetos de futuro. Meu lugar de fala é legítimo, cada uma na coletividade deve ter sua subjetividade e singularidade preservada, respeitada para além do nós, uma individualidade única e possível se e a partir da visibilidade do “tu”³⁵.

Respeito a tua singularidade para que seja possível a minha. Nossas semelhanças nos identificam tanto quanto nossas diferenças. Somos cada uma nesse ponto de interseção da individualidade. Assim, “A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter ao mesmo tempo, resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: ‘Quem és?’”. (ARENDDT, 2014, p. 223)

Respondo. Como tantas outras mulheres da minha classe e perfil socioeconômico, vivi como Alice no país das maravilhas. Mas um dia até Alice decide ir mais fundo na toca do coelho. E como sabem, fazer o caminho de volta, às vezes, torna-se impossível (a caverna platônica revisitada). E foi nesse momento que senti o repuxo da inadequação, rompendo a ingenuidade própria da mulher branca de classe média.

Fui criada cercada de cuidado e zelo. Meus pais se pautaram na minha educação em transmitir valores éticos recebidos de seus genitores, de modo a que eu prezasse sempre nas minhas relações agir com nobreza de caráter. Entretanto, no atual “campo” histórico, em que as relações sociais são determinadas por uma representação externa na forma mercadoria, toda sorte de distorções de valores paira nas relações de convivência de maneira obscura, velada e silenciada (SCHOLZ, 2017). Quem consegue fazer esse jogo com mais ardil e expertise acredita estar levando vantagem sobre o outro que se porta com lealdade, sinceridade e afeto. Ninguém está seguro em uma relação com tais regras. Assim são as relações abusivas e elas estão por toda parte, mas normalmente são imperceptíveis no âmbito público, uma vez que costumam ser manifestadas na

³⁵ “Quem és?” diálogo inspirador promovido por Butler (2017, p. 38-49) em **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética entre Arendt e Cavarero. Desvela a (im)possibilidade necessária do “tu” para se reconhecer a identidade do eu e por conseguinte realizar o nós, preservando a singularidade do eu. Assim, a sociabilidade perpassa por aprender a compreender e buscar a melhor maneira de lidar com a singularidade e vulnerabilidade do outro, constantemente exposta, honrando-o para não perder a mim mesma. “sem o ‘tu’, minha própria narrativa torna-se impossível”. (p. 45)

reservada esfera privada. As violências moral e psicológica são instrumentos de manutenção dessa espécie de relação.

A cobrança de que fomos feitas para certos papéis e atribuições que devemos honrar como, por exemplo, procriar, cuidar da família, dos filhos e, obviamente, do bem estar do marido, cumulando na atualidade com a necessária obtenção de sucesso na carreira e administração da casa, ainda nos assombra em pleno século XXI. Vencer as duplas, triplas jornadas de trabalho, liderar família monoparental, lidar com a competição desleal, ter que provar sua competência e tantas outras batalhas é tarefa hercúlea, que nos adoce pela culpa que nos é atribuída pela sociedade e, por conseguinte, por nós mesmas se falhamos com essa miríade de responsabilidades. Em um clássico exemplo da realidade do fenômeno atual da culpa da vítima, realidade essa reeditada de violência cotidiana³⁶.

A viagem para dentro de nós mesmas, isso eu posso atestar, é curativa. O desconhecer-se mulher a partir dos padrões vigentes para se reconhecer mulher na sua inteireza é o se permitir se perder para se achar. Esse é um caminho que demanda coragem, porque se manter no desconhecido e causa desconforto. Atirar-se no vazio gera angústia, mas é a trajetória que nos faz conhecer e ter a necessidade premente de ir mais longe. Abrir mão da segurança para nos mantermos íntegros e coerentes conosco é o ato mais corajoso que precisamos enfrentar em tempos em que o poder, posição social e dinheiro ditam as regras.

Se, na realidade cotidiana da esfera pública, a violência se perfaz de forma sutil, quando muitas mulheres aparentam conquistar autonomia ao serem reconhecidas como partícipes do processo de produção e consumo, deixando de “ser” para ostentar o “ter”, consoante à lógica da forma mercadoria, na seara doméstica essa realidade de dominação e violência persiste de forma explícita e socialmente aceita.

Essa estrutura básica da relação de valor tem correspondência com a formação de uma esfera privada e outra pública. A esfera privada, conseqüentemente, é ocupada **pelo tipo ideal ‘feminino’** (família, sexualidade, etc.), ao passo que a esfera pública (‘trabalho’ abstrato, Estado, política, ciência, arte, etc.) é ‘masculina’. De forma ideal, a **mulher seria assim o ‘recosto’ social para o homem**, que age na esfera pública. Dessa relação (nossa velha conhecida no plano da

³⁶ Ver Sílvia Federici: *Mulheres e caça às bruxas* (2019a), *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva* (2004) e *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019b).

aparência) entre esfera pública e privada pode-se deduzir uma diferenciação histórica do patriarcado, uma vez que tal relação deixou de ser parte evidente de todas as sociedades surgidas até hoje. (SCHOLZ, 2017, p. 18). (grifo nosso).

As soluções para esse impasse têm sido via produção normativa. O mundo tem sido judicializado, as relações tornam-se perfeitas via acordos contratuais, não sociais. Muito embora abusos não sejam permitidos pela legislação, as partes por vezes são submetidas às tentativas de burlar ou fraudar tais limites.

Por isso meu engajamento nessa cruzada. Quero a garantia de direitos para todas, a garantia de sermos cidadãs de primeira classe, de superarmos a subalternidade feminina que é engendrada, por exemplo, na política de cotas no cenário político brasileiro, na titularidade na academia ou na burocracia que nos limita ou mitiga nossos direitos³⁷.

Então é preciso avançar, reconhecer o passado e falar sobre o futuro no presente. Talvez assim possamos chegar o mais próximo possível a construir uma sociedade mais justa e solidária, como propugna a Constituição Brasileira de 1988, mas até então não efetivada concretamente. No entanto, os índices registrados das violências sofridas pelas mulheres demonstram quantitativamente o quão séria é a luta a ser enfrentada por toda a sociedade e, particularmente, pelas próprias mulheres.

Entretanto, elas precisarão enfrentar, para sua sobrevivência, a lógica do fenômeno da violência crescente. A mídia denuncia cotidianamente através dos “casos de violência” e as sobreviventes dão o testemunho de que nem leis, nem políticas públicas são capazes sozinhas de mudar um cenário de dominação

³⁷ Dados da Agência Brasil compilados pela Quero Bolsa mostram que, apesar da maioria das carreiras pagarem salários menores às mulheres, elas são 57% do total de estudantes no ensino superior. São as mulheres também maioria na iniciação científica, representando 59,71% do total dos pesquisadores. Na pós-graduação, 54% do total de estudantes são mulheres. Mas persiste a realidade historicamente existente de serem os homens a ganharem salários maiores que as mulheres. Esse cenário vinha sendo modificado. Mas após sete anos de quedas consecutivas, em 2019, houve um aumento da diferença dos salários de mulheres e homens de 9,2% em relação a 2018. Ou seja, temos que ser muito melhores, mais competentes para termos o reconhecimento merecido pelos homens em igualdade de condições. A diferença salarial entre os gêneros, infelizmente, ainda é uma realidade no Brasil. O último estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre o tema aponta que mulheres ganham, em média, 20% a menos que homens que desempenham a mesma função. Disponíveis em: <https://www.euqueroinvestir.com/mulheres-estudam-mais-e-ganham-menos-que-homens/>; https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Oslo/pt-br/file/09_Cultural/09-10-Mundo_Afora_07.pdf; <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acesso em: 22 abr. 2019.

masculina e de violência contra as mulheres. Em meio a esse caos persistem mecanismos de exclusão mais profundos que precisam ser identificados e enfrentados. Como alerta Roswitha Scholz (2017, p. 15), “[...] a correlação entre capitalismo e patriarcado ainda é um problema irresoluto”.

Podemos tratar essa violência pelo viés da “biopolítica” de Foucault (1979) ou da “Necropolítica/Necropoder” de Mbembe (2016), visto que as duas perspectivas nos auxiliam a compreender que no atual “campo” histórico o cenário é a abrangência do poder: um amálgama de coerção policial, gestão política com matizes empresariais e mecanismos de controle sofisticados da sociedade.

Se o Estado legitima a violência por intermédio do etos coletivo circunstancialmente mitiga direitos fundamentais quando deveria protegê-los. De forma a elucidar esse cenário, Judith Butler (2017) desenvolve uma crítica à violência ética, no cenário atual do discurso do ódio, através da teoria da ação, dialogando com vários autores. A violência ética para a autora é uma espécie de concessão justificada pela própria ética para matar, em nome da sobrevivência de alguns ou de uma ideia de proteção da maioria. Relatar a si mesma é uma ação constante e necessária de resistência nesse cenário hostil que orbita entre a ética da responsabilidade e a ética da violência. Desse modo, ela nos alerta para a necessidade de se olhar para os corpos como algo permeado de sentido e que a punição ou eliminação imposta são uma violência autorizada pela sociedade para aqueles que não são reconhecidos como merecedores da tutela da responsabilidade ética do Estado.

Somos constantemente interpelados a dizer quem somos. E sistematicamente somos “etiquetados” como sujeitos éticos ou não. A realidade de distopia dessa violência banalizada e naturalizada no Brasil e mundo afora é uma realidade historicamente construída, na qual as “verdades” estão constantemente em disputa, onde a identidade de “ser” individualmente se opõe dramaticamente a do outro, o que se acirra na coletividade precarizada e expõe os limites do próprio reconhecimento. Desse modo, sustentar verdades cristalizadas sobre nós mesmos é uma violência, porque estamos e somos em certo espaço e tempo e em conformidade com as circunstâncias, e não para sempre os mesmos.

Assim, é preciso refletir sobre esse tempo atual e sob circunstâncias tão particulares – que nós, mulheres, vivemos – questionar o papel do Estado e suas instituições. Afinal, se a fragilidade legal em apreender as alteridades do atual

“campo” histórico inviabiliza a cidadania social, a ação política exige outro dever ser, um resgate da força aglutinadora das mulheres por meio do duo *gossip/sororidade*. Em outras palavras, o exercício proposto é escovar a história a contrapelo e compreender o outono feminista vivido no pretérito-mais-que-presente da realidade brasileira.

Verifica-se que para avançarmos rumo ao futuro, para rompermos o silêncio e sairmos da invisibilidade imposta por anos de patriarcado enraizado na nossa sociedade é preciso uma mudança radical, solidária e conjunta. É preciso exercitar a sororidade, trocar experiências e aprender umas com as outras. Porque se a realidade da cultura da impunidade, aliada a uma dinâmica perversa da cultura machista, nega à mulher ser sujeito de direito, ter reconhecida sua dignidade, exercer a cidadania na sua totalidade e não só ter o reconhecimento como sujeito na forma contratual, é preciso resistir “juntas”, pois em tempos de precarização somos mais facilmente vilipendiadas.

A crise tem repercussões diferentes nas mulheres e nos homens. Falo neste contexto de um ‘asselvajamento do patriarcado’. Isto não significa que a relação de gênero se dissolva num sentido emancipatório. Nem tampouco que a estrutura fundamental da sociedade sexualmente hierárquica se torne obsoleta. Haverá mais um abrandamento dos papéis tradicionais de gênero em condições de empobrecimento. Tais desenvolvimentos podem ser observados, por exemplo, nas favelas do chamado Terceiro Mundo. **As mulheres são aqui responsáveis pela sobrevivência da família.** Os homens arrastam-se de emprego em emprego e de mulher em mulher e, na verdade, já não se sentem responsáveis pelas relações nem pelos próprios filhos. Estamos aqui mais perante processos de degradação. **Em situações de crise social aguda a maior carga recai sobre os ombros das mulheres.** (SHOLZ, 2017, p. 2) (grifo nosso).

Ter a percepção de que nós, mulheres, apesar de juridicamente termos avançado e conquistado uma autonomia que nos elevou a categoria de “sujeitos de direito”³⁸ apenas nos faz, na moderna democracia, ser reconhecidas como sujeito nas relações contratuais. Somos formalmente em termos de direito “quase” igual aos homens. Mas material e faticamente distamos muito.

³⁸ Ser sujeito de direito, na acepção questionada por Judith Butler (2018), nas atuais democracias é algo que ganha dimensão de constante dialética. Porque, quando se define quem é sujeito de direito, automaticamente se exclui muitos outros ou todos os demais. Ou seja, ressaltar o conceito de sujeito de direito como aquele que é livre para fazer escolhas, que é portador de direitos fundamentais e o pode exercer e de ter garantia para tal é surreal.

Na história há registros sistemáticos e contínuos de violência na qual as mulheres são o alvo³⁹. Todas as vezes que as mulheres não correspondem aos papéis a ela atribuídos na forma social tornam-se descartáveis para a sociedade. E nessa situação correm sérios riscos de terem sua sumária eliminação legitimada porque se tornam objeto de desvalor e sem utilidade para um sistema que as vê como mais um item de consumo. São toleradas se se comportarem como mães, esposas, filhas ou irmãs, ou seja, existindo como acessórios de uma relação primacialmente hetero-binária⁴⁰.

Por essa razão irracional, mas condizente com o sistema de acumulação vincado nas relações patriarcais, morremos todos os dias.

2.1 SUBALTERNIDADE, DOMINAÇÃO E OPRESSÃO COMO MARCAS DESSE TEMPO – DITADURA DA MULHER VIRTUOSA

Aquela moça continua sendo assassinada todos os dias e de diferentes maneiras.
Carlos Drummond de Andrade. 1979.

A sociedade brasileira, de cariz machista, introjetou um desvalor com relação à mulher, seu papel e suas atribuições, que lhe tem possibilitado crescente violência

³⁹ Na Santa Inquisição mulheres foram torturadas, perseguidas e mortas acusadas de bruxaria, pactos com o diabo e heresias, levando-se à fogueira mais de cem mil delas na Europa. O alvo eram as mulheres, a bruxaria era algo exclusivamente feminino. O mais importante manual que orientou séculos de perseguição às mulheres, já publicado na história, foi o Martelo das Feiticeiras, publicado pela Editora Record no ano de 2017, escrito por Heinrich Kraemer e James Sprenger (1487). Essa realidade de perseguição não ficou no passado. Ela é repetida no cotidiano e representa causa real de violência contra as mulheres. Sobre esse assunto, Sílvia Federici (2019a), em uma entrevista, afirma: Em muitos países há mulheres sendo acusadas de serem bruxas. Na África, na Índia, na Ásia, assim como na América Latina. Principalmente pelo aumento de seitas religiosas que usam essa linguagem do demônio, do pecado, da bruxaria.

⁴⁰ Butler (2019), no seu livro “Questões de Gênero”, defende a necessidade de promover a “desidentificação” como um movimento que busca permitir ou possibilitar que mulheres não precisem ter que se enquadrar em um modelo hetero-binário, quando assim não se perceberem, para além das feministas da Segunda Onda, que defendiam a liberdade e independência como bandeiras, causa em torno da qual deveriam as mulheres se unir coletivamente. Essa autora está mais preocupada como nós nos reconhecemos e como nos “relatamos” a nós mesmos e como garantir a integridade e o direito de “ser” quem se é. Já Sílvia Federici concentra sua atenção nas incertezas e constantes retaliações sofridas pelas mulheres na sistemática exploração de seus corpos em um cenário capitalista.

e sistemáticos abusos à devida tutela de seus direitos. Tal cenário tem sido banalizado pela sociedade e alardiado pela mídia⁴¹.

A Lei nº 11.340/2006⁴², também conhecida como “Lei Maria da Penha”, foi promulgada pelo então presidente Luiz Inácio Lula Da Silva, no dia 7 de agosto de 2006, e tem como finalidade sanar essa realidade de violência e impunidade com medidas de prevenção e proteção à mulher. A Lei de Violência Doméstica qualifica a vítima para ter tutela diferenciada por parte do Estado. A grande questão é que nenhuma lei tem o condão de alterar a realidade ou mudar a mentalidade de uma sociedade, de modo que, muitas vezes, essa pseudo proteção torna-se um aprisionamento paternalista do Estado, acabando por representar uma armadilha, estigmatizando a vítima e não oferecendo solução efetiva.

Desde o nascimento, as crianças são educadas diferenciando os papéis, distinguindo os gêneros. Para as meninas, cabe ser aprendiz de princesa com todo perfil de frivolidades, fragilidade, doçura e subalternidade. Para os meninos, têm-se o estímulo à coragem, destemor para enfrentar desafios, incutindo-lhes a crença de superioridade diante do outro sexo, o feminino, o qual deve subjugar sendo viril, bruto e forte (leia-se, o macho). Tal comportamento acaba por estabelecer uma concepção equivocada do que significa ser homem e ser mulher. Destarte, erigiu-se uma cultura que desacredita a mulher por ser o sexo frágil, e brutaliza o homem cobrando-lhe postura e um agir de força, em perfil de masculinidade tóxica.

Como teórica feminista não quero enredar-me nas armadilhas da produção teórica androcêntrica (que estabelece o masculino como norma e padrão), a qual procede sempre de maneira universalista e na lógica da identidade. Tenho de ver que há outras disparidades: o antissemitismo, o racismo, o anticiganismo – todas estas formas são essenciais para a constituição do sujeito burguês e do contexto social. Esta formação social, na sua lógica processual, não pode ser simplesmente derivada de uma forma. A elaboração teórica feminista tem de ultrapassar simultaneamente o olhar androcêntrico que constatou relações causais frequentemente simples e generalizantes. (SCHOLZ, 2017, p. 1)

⁴¹ Quase todos os meios de comunicação diariamente noticiam os muitos casos de violência contra mulher. Como por exemplo: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml> Também estudos realizados por órgãos oficiais do governo ou ongs como as análises e projeções dos índices de violência: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>.

⁴² BRASIL. Lei da Violência Doméstica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

Neste mesmo sentido nos alerta Sandra Harding (1993), quando diz que feministas que buscam uma universalização reproduzindo teorias patriarcais, que procuram estender e reinterpretar, não alcançam a experiência das pessoas em geral, mas tão-somente a experiência de “homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais”. Portanto, correm sério risco de prestarem um deserviço quando generalizam e reduzem as mulheres.

As feministas teóricas também procedem dessas mesmas camadas sociais- não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico que faz com que apenas indivíduos a elas pertencentes disponham de tempo e recursos para fazer teoria e que unicamente mulheres dessa origem social possam se fazer ouvir. Na busca de teorias que formulem a única e verdadeira versão feminista da história da experiência humana, o feminismo se arrisca a reproduzir, na teoria e na prática política, a tendência das explicações patriarcais para policiar o pensamento, presumindo que somente os problemas de algumas mulheres são problemas humanos, e que apenas são racionais as soluções desses problemas. O feminismo tem tido um importante papel na demonstração de que não há e nunca houve "homens" genéricos - existem apenas homens e mulheres classificados em gêneros. Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também desaparece a ideia de sua companheira oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura. (HARDING, 1993, p. 3)

É importante ter em mente a pluralidade de mulheres para se pensar nas múltiplas frentes de enfrentamento das violências contra as mulheres. Leis e políticas públicas que encerram todas em um modelo totalizante não poderão fazer jus à real necessidade. Então cada vez mais perguntas são formuladas e cada vez melhores do que aquelas pelas quais iniciamos:

Como poderemos, então, construir uma teoria feminista adequada, ou mesmo diversas teorias, pós-modernas ou não? Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido, que não somente reproduzam, como uma imagem de espelho, as categorias e projetos que mistificam e distorcem os discursos dominantes? (HARDING, 1993, p. 4)

Formular teorias feministas e falar sobre direito das mulheres no Brasil pode parecer o tema “da moda”⁴³, pois tal assunto tem ocupado a pauta das principais mídias do país. Mas uma e outra são tarefas hercúleas, a exemplo da tutela desse direito que está expressa na Constituição de 1988, a dignidade da pessoa humana, portanto, que por estar assegurada como direito fundamental devia ter sua efetividade imediata, não chega a ser uma realidade tangível. As dificuldades e desafios são uma constante quando se trata de desbravar o terreno da epistemologia feminista.

A vida social que é nosso objeto de estudo, dentro da qual se formam e se testam nossas categorias analíticas, está em fervilhante transformação. [...] O problema é que não sabemos e não deveríamos saber exatamente o que queremos dizer a respeito de uma série de opções conceituais que nos são oferecidas: exceto que as próprias opções criam dilemas insolúveis para o feminismo. No campo em que venho trabalhando – os desafios feministas à ciência e à epistemologia – essa situação torna o momento atual estimulante para viver e pensar, mas difícil de definir. (HARDING, 1993, p. 5)

Propor soluções a partir de uma epistemologia feminista que reflita para além da realidade, cruenta dos números estampados nas pesquisas estatísticas e alardeados pela mídia, poderá revelar uma ética feminista alternativa que promova através da ressignificação do *gossip* ações coletivas, sem esquecer a necessária multiplicidade de mulheres que a compõem ou apagam-las nas suas individualidades. Mas para pensarmos para além é preciso primeiramente enfrentar objetivamente a violência em números para reconhecer a legitimidade dessa causa feminista em

⁴³ A mídia a qual me refiro vai desde àquela do formato tradicional: no cinema, na música, na televisão, no jornalismo, na publicidade e no mercado editorial até a mídia digital: em sites, blogs e revistas on-line, nelas aparece como objeto as bandeiras feministas, as lutas das mulheres por voz e espaço, para manter conquistas e avançar. Tomo como exemplo:

TINOCO, Dandara. Sororidade, substantivo feminino. **O Globo Mundo**, 26 de Março de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/sororidade-substantivo-feminino-18959230>. Acesso em: 23 mai. 2020.

DISITZER, Marcia. **A sororidade virou uma prática comum no mercado de trabalho**. 01 maio de 2018. Disponível em: <https://vogue.globo.com/lifestyle/noticia/2018/05/sororidade-virou-uma-pratica-comum-no-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: 02 mai. 2020.

SOF. Série de programas de rádio feminista traz reflexões sobre violência contra as mulheres. **SEMPREVIVA Organização Feminista**, 25 de Junho de 2018. Disponível em: <https://www.sof.org.br/serie-de-programas-de-radio-feminista-traz-reflexoes-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 24 mai. 2020.

SACCHITIELLO, Bárbara. **A evolução do feminismo na pauta do GNT**. 06 de março de 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/03/06/a-evolucao-do-feminismo-na-pauta-do-gnt.html>. Acesso em: 24 mai. 2020.

discursos e atos e não somente em lágrimas. É preciso denunciar para que a sociedade acorde desse torpor que tantas mulheres têm matado.

Vejam-se dados recentes publicados no Atlas da Violência⁴⁴, tendo como referência o ano de 2017, e também, do mesmo ano, os do Mapa da Violência de Gênero⁴⁵, em que constam, por exemplo, por dia, 73 estupros registrados, 209.580 registros de violência física e 13 mulheres mortas no Brasil. Os números são alarmantes, mas fora os casos de feminicídio que são a extrema violência perpetrada contra as mulheres, todos os outros tipos (psicológica, moral, física, sexual e patrimonial) são ainda pouco visíveis, pois não há estatísticas precisas. A perspectiva de gênero sobre os dados publicados nesses mapas da violência mostram que mulheres e homens são afetados de maneiras diferentes pela violência no país.

Viver no Brasil, em especial sendo mulher, é uma situação de perigo extremo. E o desafio maior é tornar essa realidade de violência (silenciada e invisível) discutível para a sociedade. Deste modo, a demanda pela concretude de garantias é premente e são inaceitáveis a violação e a mitigação de direitos das mulheres como têm se dado sistematicamente. Justificamos tal assertiva à luz da promulgação, em 09 de março de 2015, da Lei nº. 13.104, que insere o feminicídio como crime hediondo.

A sociedade brasileira avançou no estabelecimento de novos direitos durante os últimos anos, e constata-se essa evolução nas sucessivas constituições. Assim sendo, tem-se uma busca constante nas últimas décadas visando transformação de uma realidade na qual a mulher era quase invisível, sua voz era calada e sua participação na política inexistia, seja através do seu voto ou da representação, para uma igualdade de gênero, reconhecimento de direitos e uma necessária visibilidade.

Contudo, os avanços são ainda insuficientes. No Brasil, vale a ênfase no reiterar, uma mulher é agredida a cada quatro minutos (SINAM/Ministério da Saúde, 2019). Os índices de feminicídio também vêm em uma crescente nos últimos anos, mas o tema não ganha prioridade na iniciativa dos legisladores.

⁴⁴ BRASIL. **Atlas da violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

⁴⁵ BRASIL. **Mapa da violência de gênero 2019**. Gênero e Número. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 19 jul. 20.

É atributo do Estado, papel ou função, de prover e garantir direitos declarados no ordenamento pátrio, mas as autoridades têm dado pouca importância para essa tarefa. As verbas e programas que cuidam destes direitos são relegados ao segundo plano de maneira progressiva, a exemplo do cancelamento de recursos para 2018 do Programa de Políticas de Promoção de Igualdade e Enfrentamento à Violência Contra Mulher e do Programa de Saúde da Mulher⁴⁶ e da posterior redução dos valores reservados, no Orçamento de 2019, para o programa de promoção da autonomia e enfrentamento da violência contra a mulher, os menores da série histórica iniciada em 2012. De modo que se tem uma redução de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões entre 2015 e 2019, conforme registro no último orçamento da Secretaria da Mulher, órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁴⁷.

Da Constituição de 1988 para cá, viram-se positivados, no ordenamento brasileiro, valores plasmados pela sociedade, e construiu-se uma percepção diferente das obrigações atribuídas ao Estado, a exemplo do direito à vida digna, visando sedimentar a necessária tutela jurídica desse direito fundamental conquistado às custas de muitas vidas. Como é possível então a convivência constante de avanços do neoconservadorismo e retrocesso de direitos conquistados?

Nesse contexto, constituem-se relevantes marcos teóricos: a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, e a Lei nº 13.104/2015, Lei do Feminicídio⁴⁸. Isto porque ambas representam uma virada histórica na proteção legislativa das mulheres, cabendo ao Estado prover garantias para sua efetividade.

No Brasil, por mais de cinco séculos, desde as Ordenações Filipinas até o Código Penal de 1940, os únicos tipos penais destinados à proteção da mulher eram

⁴⁶ Foi noticiada, nos principais veículos de comunicação, a determinação do governo federal que estabeleceu cancelamento de dotação orçamentária em diversas áreas através de Medida Provisória publicada no Diário Oficial de 31/05/2018, em edição extra. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/veja-medidas-do-governo-federal-para-viabilizar-diesel-mais-barato>. Acesso em: 07 jun. 2018.

⁴⁷ Para melhor entendimento, consultar Ações e Programas. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>. Acesso em: 19 jul. 2019. Assim como: Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/governo-zera-repasses-ao-programa-da-casa-da-mulher-brasileira-em-2019/?utm_term=Governo+OzeraO+repasses+ao+programa+da+Casa+da+Mulher+Brasileira+em+2019&utm_campaign=Contatos+Geral&utm_source=e-goi&utm_medium=email. Acesso em: 21 fev. 2020.

⁴⁸ BRASIL. **Lei do Feminicídio**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

os crimes sexuais, mas não voltados exatamente à sua proteção, e sim à sua honra e de sua família. Assim à mulher só cabia ser objeto da tutela protetiva do Estado quando fazia jus à categoria de mulher “virgem”, “honesta”, “virtuosa”, “de família” na condição de sujeito passivo dos crimes sexuais. As demais mulheres eram consideradas como “indignas”, “prostitutas” ou “vadias”, portanto não gozavam do privilégio das garantias, porque pesava sobre elas o desvalor da sociedade, eram as “desonestas”, compondo uma subclasse de mulheres⁴⁹.

Em pleno decorrer do ano de 2019, a parte neoconservadora da sociedade brasileira demonstrou um retrocesso assustador. Fomos todas testemunhas de uma posição retrógrada inaceitável e, até aquele momento, inesperada publicamente de “homens públicos”⁵⁰, o que reflete os preconceitos masculinos arraigados na sociedade brasileira.

Como se estivéssemos em uma viagem no tempo, temos vivido, mais do que nunca, o estereótipo da “mulher honesta, recatada e do lar” como sendo a única merecedora da tutela do Estado, que ainda hoje costumaz, teve sua origem no Código Penal de 1940, fruto da herança das Ordenações Filipinas. Não sem razão, o nosso Código albergava garantias a essas “mulheres honestas” buscando proteger os pilares da sociedade civilista e conservadora à época: à honra, à família e, por conseguinte, à propriedade, já que a mulher assim era vista com relação ao seu pai ou marido.

Essa legislação é o espelho da mentalidade do “povo” e reflexo dos valores da sociedade, o que resulta na cisão do grupo feminino em duas classes: “mulheres honestas”, conforme descrito no código penal da década de quarenta, e as “outras”, de acordo com o seu recato sexual, educação e postura. Por exemplo, em alguns crimes como a posse sexual mediante fraude e atentado violento ao pudor, a honestidade da mulher era elementar, do tipo penal. No entanto, ao homem não se reserva o mesmo tratamento em razão de seu comportamento sexual, muito pelo contrário.

⁴⁹ Devo chamar atenção para outra classe excluída de mulheres: a de mulheres negras. Vide o relato no livro “E eu não sou uma mulher?”, de bell hooks (2019).

⁵⁰ Referência ao episódio envolvendo o Presidente do Brasil e o seu Ministro da economia acerca da esposa do presidente da França. O resultado foi uma ampla manifestação em resposta intitulada: #DesculpaBrigitte. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/guedes-repete-ofensa-machista-de-bolsonaro-a-brigitte-macron-e-feia-mesmo/>. Acesso em: 26 set. 2019.

Essa visão da mulher de forma objetificada vem de longa data – desde o Código do Império de 1830, no qual o estupro era um crime contra a segurança da honra. Tal questão foi novamente considerada como um crime contra a segurança da honra e honestidade da família no Código de 1890. Já em 1940 foi tratado como crime contra os costumes. Ou seja, em todos esses tipos, o desvalor que pesa contra a conduta do agente se configura na lesão à propriedade e honra do homem e não contra à dignidade, autonomia ou liberdade da mulher. É sempre a mulher colocada na posição de objeto e nunca de sujeito de direito na forma social – e não sob os auspícios das relações fetichistas da mercadoria.

Paradoxalmente ao tempo em que cuidavam em propugnar proteção da sexualidade da mulher, autorizava-se o homicídio da mulher surpreendida em adultério. No Código Filipino, o marido poderia lícitamente matar a mulher e o adúltero, salvo se este fosse de melhor qualidade, como uma autoridade, por exemplo. O que ratifica a posição da mulher, na estrutura social, como de objeto da propriedade do homem, estando sua existência ao seu serviço. E mais, legítima uma hipocrisia – privilégios e impunidade são culturalmente naturalizados em razão de poder social.

Todas essas regras levaram à absolvição de muitos homens pelo reconhecimento nos júris da tese de defesa da honra. Crimes passionais, na década de 1970, eram condutas aceitas. O entendimento de que o autor havia matado por amor era algo comum, tese que prevaleceu no famoso caso Doca Street e Ângela Diniz. O julgamento desse caso se deu em 1979 e contou com a maestria da defesa do advogado criminalista Evandro Lins e Silva, cuja habilidade na condução desse julgamento, usando como instrumento os próprios preconceitos da sociedade, resultou no êxito para seu cliente, mesmo tendo este cometido um homicídio covarde e violento. Ao utilizar a aludida tese defensiva, esmiuçou a vida da vítima, mostrando-a como pessoa promíscua, transformando Doca na verdadeira vítima e Ângela em culpada e merecedora de sua morte. Nessa época, tinha-se um preconceito gritante e uma naturalização da opressão das mulheres, o que resultou nessa defesa ser um sucesso. Enquanto Doca era aplaudido pela sociedade por sua defesa da honra, Ângela era execrada por sua conduta tida como libertina e inadequada para os valores conservadores da elite tradicional. Os jurados atribuíram a ele uma condenação leve, que refletia a tolerância da sociedade para esse tipo de conduta masculina que beirava a impunidade – a pena de reclusão de dois anos,

com direito a suspensão condicional da pena (não precisaria se recolher ao cárcere). Um homicídio doloso com essa pena irrisória foi praticamente uma absolvição.

Inconformada, a acusação recorreu da decisão. Os movimentos feministas da época ganhavam voz, todas as mulheres se sentiam injustiçadas. Era preciso que a mulher tivesse direito a suas próprias escolhas e que, como ser humano, fizesse jus ao direito à vida. Foi quando surgiu o *slogan* “quem ama não mata”. Toda a movimentação em torno dessa injustiça fez ser designado novo julgamento, que ocorreu em novembro de 1981, figurando como advogado de defesa do réu, o Dr. Humberto Telles, advogado experiente, para fazer jus ao enfrentamento exigido pela mudança de cenário. Dessa vez, o júri não acolheu a tese de legítima defesa da honra, mas de que houve homicídio doloso qualificado, razão pela qual foi condenado a 15 anos de reclusão. Desde então, a tese de legítima defesa da honra não é aceita e não deve mais ser utilizada como justificativa para o assassinato de mulheres⁵¹, sendo atualmente considerada inconstitucional⁵², por afrontar disposições expressamente previstas na Constituição Federal de 1988. No entanto, tal mudança de paradigma jurídico não reduziu o sistemático assassinato de mulheres, pela mesma razão.

Também a questão do adultério foi, até meados do século XX, tratado diferentemente para o homem e a mulher, enquanto era considerado crime para a mulher, o homem adúltero era visto como tendo um deslize de comportamento.

A grande preocupação do direito era limitar a mulher na sua capacidade cível, no seu poder patrimonial, na sua educação e, de forma geral, no seu poder de decisão no seio social e familiar. E essa limitação cabia ao Direito Civil, com vistas a

⁵¹ ELUF. Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. 4ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

⁵² Devo fazer uma ressalva aqui, em razão de um precedente aberto no recente julgado da 1ª turma do STF, de 29 de setembro de 2020, que acatou a decisão de absolvição do tribunal de júri por “legítima defesa da honra”. Os ministros por 3 à 2 entenderam ser vencedora a tese de que uma decisão do tribunal do júri é soberana e não passível de modificação, contrariando posição defendida pelo TJMG e STJ em grau de recurso. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=452595>.

Em resposta, foi ajuizada a ADPF 779, na qual o PDT pede que o Supremo interprete a Constituição de forma a impedir que Tribunais do Júri utilizem a tese de “legítima defesa da honra” em casos de feminicídio. O advogado Paulo Lotti, que protocolou o pedido, defende que o argumento é absurdo e objetifica mulheres. A relatoria é do Ministro Dias Toffoli. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690>.

Até esta data (11/03/2021), com 6 votos a zero, consolidou-se a maioria do plenário do Supremo Tribunal pela inconstitucionalidade na tese de “Legítima defesa da honra”, impedindo seu uso nos casos de feminicídio. Votos favoráveis: Min. Dias Toffoli (relator), Min. Gilmar Mendes, Min. Edson Fachin, Min. Marco Aurélio e a Min. Rosa Weber.

garantir os dois pilares da sociedade, família e propriedade, ambos subjugados ao poder do patriarcado.

O dispositivo do Código Civil de 1916, art. 219 IV, que previa como erro essencial quanto à pessoa, passível de anulação do casamento, o defloramento da mulher ignorado pelo marido, demonstra o quão reduzido era o valor da mulher ao seu corpo, e com hímen intacto. Mas não parava por aí. No âmbito da legislação civil, os reflexos da visão da sociedade sobre as diferenças de gênero, pois o antigo Código de Processo Penal, que é de 1941, previa que a mulher não poderia exercer o direito de queixa sem a permissão do marido, salvo quando estivesse separada ou a queixa fosse contra ele. A divisão dos papéis entre o masculino e o feminino está tão arraigada na sociedade que até aparenta normalidade.

A igualdade entre homem e mulher foi contemplada tardiamente, surgindo em 1945 na Carta da ONU e, posteriormente, na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto de Direitos Civis e Políticos. A Constituição de 1988 foi um divisor de águas, para normatização da igualdade internamente. Será? Vejamos. Em 2004, a Lei nº 10.886 acrescentou os §§ 9º e 10 ao art. 129 ao Código Penal, criando-se o tipo de violência doméstica no § 9º e uma causa especial de aumento de pena previsto no § 10. A lei nº 11.106/2005 conferiu nova redação aos arts. 148, 215, 216, 226, 227 e 231 do Código Penal, retirando expressões que remetiam à honestidade da mulher e elevando a pena em razão do vínculo familiar ou afetivo com o agente. Retirou a possibilidade de extinção da punibilidade por força do casamento da vítima com o réu. Mas a lei que mudou o sistema de proteção à mulher foi a de nº 11.340/2006, Lei da Violência Doméstica ou Lei Maria da Penha.

Feita essa digressão, que possibilitou voltarmos ao caminho para chegarmos até aqui, nos cabe agora formular as seguintes perguntas: por que persiste a culpabilização da vítima do estupro, creditando-se a ela a responsabilidade pela agressão? Por que persiste a estigmatização da vítima de violência doméstica na figura da “mulher que gosta de apanhar”? Por que é a mulher o alvo de tanto desvalor para a sociedade patriarcal? A resposta é retórica. Trata-se de um sistema erigido sob o não reconhecimento e valorização das alteridades.

Deu ao Estado controle sobre sua capacidade reprodutiva, garantindo a criação de novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, as caças às bruxas estruturam uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje,

embora tenha se ajustado constantemente resposta à resistência das mulheres e às necessidades sempre em transformação do mercado de trabalho. (FEDERICI, 2019a, p. 91-92)

São questões que suscitam outras questões sobre uma cultura que persiste em uma violência silente, multifacetada e continuada. Em uma espécie de ditadura que sempre existiu e que impõe certos padrões de comportamento à mulher, os quais não estão de acordo com a realidade do nosso tempo, não foram firmados em consonância com a necessidade da boa convivência, mas de acordo com valores de uma sociedade machista, patriarcal e, muitas vezes, misógina. Desse modo, para que seja respeitada, tenha direito a ter direitos, deve seguir essas regras. Mas como as mulheres têm questionado tais padrões e regras, tal comportamento tem causado muito desconforto aos mais conservadores. E as bravas contestadoras têm sofrido as consequências pela rebeldia: carregar o fardo de ser uma desviante.

Há um fio condutor que nos une desde a década de 1970, uma lógica perversa que rege de forma silente a conduta dos membros da nossa sociedade e que impõe recato às mulheres. É preciso constatar sua existência para refletir acerca de tal realidade e então resistir e contestar.

Essa idealização da mulher “honesta” no código penal ou a “virtuosa” na visão neoconservadora não pode ser mais aceitável. Não pode, em uma sociedade em que a mulher responde por seus atos com plena autonomia, em que, muitas vezes, ela é a provedora da família, em que a igualdade de gênero está positivada na Constituição. Em suma, jurídica e faticamente tais requisitos, “honestidade” e “subalternidade” são claramente anacrônicos.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEIS PROTETIVAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, e sim, sobre elas mesmas.

Mary Wollstonecraft. Uma Vindicação dos Direitos da Mulher. 1792.

Diante do quanto explanado anteriormente é possível afirmar que a mesma lógica perversa e machista persiste e ainda estaria operando de forma repetida. Estaríamos diante da exigência de padrões morais retrógrados da “mulher virtuosa” para que esta faça jus à tutela protetiva do Estado quando, por exemplo, um agente público desconsidera a demanda protetiva garantida pelo Estado, em um hospital público, a uma mulher vítima de estupro ou um juiz questiona, em uma ação de estupro, o tipo de vestimenta dessa mesma vítima para aceitar a denúncia.

O cenário é claro e dá conta da violência atemporal e interseccional⁵³ sofrida pela mulher, pelo simples fato de ser mulher. A base usada para defesa a princípio não seria a mesma, desconstruir a imagem de mulher digna e culpabilizar a vítima? Será que o preconceito da “mulher honesta” saiu do código penal, mas não deixou o inconsciente coletivo (JUNG, 2011)? Quando valores morais ultrapassados em nossa sociedade irão se descolar do pretérito mais que presente? “Podemos provavelmente dizer que as questões morais sempre surgem quando as normas morais de comportamento deixam de ser autoevidentes e indiscutíveis na vida de uma comunidade”. (ADORNO, 2001 apud BUTLER, 2017, p. 13)

A cristalização de verdades de forma imperceptível, estabelecendo e impondo padrões morais dissonantes em uma pretensão de dogma que ferem valores individuais, tem sido a tônica desse tempo. Butler (2017), em conformidade com Adorno (1997), elucida que os crimes cometidos contra a mulher são parte de uma violência muito maior e que consiste em uma indiferença quanto às escolhas e a própria liberdade de ser do indivíduo, que compromete a sua singularidade. É uma violência ética, porque implica aceite dessas condições numa pretensão de universalidade que ignora os “direitos” dos indivíduos, criando uma ilusão de inclusão, porque é determinante para escolha de quem cabe a participação no Estado democrático de direito, como “povo”, e porque determina quem é merecedor ou não da tutela protetiva do Estado, como “cidadão” e cidadã. Ou seja, o sistema

⁵³ Interseccional é o fenômeno vivido pelas mulheres quando experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. A abordagem categorial é destacada por investigadoras feministas desde a década de 1980, na qual destacamos os contributos de duas referências norte-americanas: Kimberlé Williams Crenshaw e Patrícia Hill Collins, para elucidar a real dimensão das múltiplas violências sofridas pelas mulheres. Consoante às autoras, padrões culturais de opressão não só estão interligados como também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Exemplos disso incluem: raça, gênero, classe, capacidades físico-mentais e etnia. Para ampliar o debate vale consultar: CRENSHAW, Kimberlé W. **On Intersectionality: essential writings**. New York: The New Press, 2017; e COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

perfaz uma dinâmica que, ao mesmo tempo em que inclui, exclui. Além disso, impõe uma relação de dissociação sexual, através da consciência dominante que se concretiza em um “feminismo democraticamente domesticado”, parafraseando Robert Kurz (2010).

A ideologia da defesa social, combinada com o neoconservadorismo e adubada pela mídia, estimula preconceitos, julgamentos e condenações antecipadas. Aos veículos de comunicação coube – nessa estrutura que desacredita a mulher – usar e abusar das versões para gerar notícia, sem se preocupar com os estragos que fazem na vida das pessoas, tomando-os como meros danos colaterais indesejados, mas necessários diante da premente estratégia falaciosa da supremacia da informação⁵⁴.

E assim a sociedade, ávida por “informação”, cativa de um realinhamento com o movimento de lei e da ordem e da vontade geral da paz social, acaba tolerando abusos em prol de um bem maior: sanar às grandes questões sociais. Mas nem os agentes do Estado nem as leis sozinhas resolvem os conflitos no âmbito das relações privadas, as cisões se aprofundam ante a crise.

Normas não geram mudança de conduta porque educam ou conscientizam seus agentes infratores. De modo que, a legislação ao se tornar mais dura, obviamente gera recrudescimento do sistema punitivo, mas não é capaz de sanar sozinha tais problemas, muito pelo contrário, gera resistência e uma ilusão de contenção da violência. Mas o Estado se vale do “ilusório modelo ideológico de legitimação” para criar a demanda da segurança, enquanto a mídia publiciza o crescimento da violência, gerando a necessidade do Estado de forma tautológica.

Ao criar o consenso desse discurso conservador que faz eco na sociedade, visando legitimar uma legislação autoritária, a mídia auxilia uma política beligerante e criadora de preconceitos. Assim, através do combate às condutas desviantes, eliminam pessoas e alienam outras de políticas protetivas. É o recrudescer de uma prática cada vez mais presente na modernidade, definindo quem terá direito de viver e quem será deixado à margem do sistema para morrer: a “necropolítica” (MBEMBE, 2016).

⁵⁴ Butler (2011), no seu texto “Vidas Precárias”, nos convida a olhar as mídias como produtoras de enquadramento, definidoras de verdades. Esses dispositivos de visibilidade de uma versão que foi escolhida para ser enquadrada como a “verdade” visam justificar o reconhecimento de uns indivíduos em detrimento de muitos outros. De modo que, a violência sofrida pelas mulheres tornar-se banalizada é um fenômeno cotidiano, efeito de “vidas precarizadas”.

O resultado de todo esse caos é mais violência. Ao naturalizar as diferenças entre masculino e feminino, refletindo valores da sociedade, a mídia legitima o homem a exercer a dominação, a subjugação e o controle da mulher. Nesse sentido, para evitar mal-entendidos que possam surgir do conceito de patriarcado, Roswitha Scholz (2017) esclarece:

[...] ao falar de dominação masculina, não queremos dizer obviamente que o homem se poste ao lado da mulher constantemente de chicote em punho, para fazer valer a sua vontade. No sentido aventado aqui, o domínio baseia-se essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade. [...] Domínio masculino também não significa que as mulheres se encontrem absolutamente despojadas de seu poder de influência. Este, contudo, restringe-se em boa parte à esfera que lhes é atribuída. (p. 17)

É preciso mudar, promover sujeitos autoconscientes pela educação, de maneira que seja alterada a moldura e o contido nela, criando espaço às necessárias oportunidades, aos que estão em posição mais vulnerável. No entanto, a sociedade de mercado totalizada persiste em retroceder e avançar em dilemas acessórios sem de fato sanar a questão central: a superação do moderno sistema produtor de mercadorias e, deste modo, a valorização abstrata do mundo na qual a violência endêmica não é confrontada.

Estatísticas são parciais. Historicamente temos subnotificações dos casos de violência de gênero e o atendimento das sobreviventes é, em geral, inadequado – o que gera uma revitimização – de modo que existe um desestímulo para a busca dos poderes do Estado e seus agentes pela descrença de que estes sejam capazes de resolver, nas dimensões fulcrais, o problema. Diversas são as referências possíveis para fundamentar a assertiva, como esta que se segue:

As estatísticas sobre estupro são um exemplo do subdimensionamento da magnitude da violência contra a mulher. Segundo o **Anuário de Segurança Pública**, em 2014 foram registrados 47.646 estupro no País, com subnotificação estimada em 35%.⁹ [...] Supondo que os casos notificados correspondam a 10% das ocorrências, o número estimado de estupro por ano no Brasil seria de aproximadamente 500 por dia, ou mais de 20 a cada hora. De fato, o número de ocorrências de estupro no Brasil não é conhecido, e muito embora subestimada, sua magnitude impressiona. (GARCIA, 2016, p. 1)

Não obstante, muitos foram os avanços: a mulher conquistou o direito de votar, alcançou juridicamente a capacidade civil plena – ainda que casada – de se divorciar, de trabalhar no espaço público, de administrar o seu próprio dinheiro, de sentir prazer no sexo, de usar métodos contraceptivos, de não ser obrigada a colocar (ou retirar) o sobrenome do marido, de dizer “sim” para o sexo consensual, e de dizer “não” para aquele indesejado e de ter sua escolha respeitada.

Tais conquistas merecem a cláusula da vedação do retrocesso. E em cenários como o atual, pós-democrático ou líquido (BAUMAN, 2001), são os direitos da mulher e da natureza imediatamente alvos centrais de subjugação. Conforme assevera Fernanda Menna Pinto Peres (2019):

Não nos parece coincidência que, nesse cenário de retrocessos com o patriarcado se debatendo, o poder do povo, então representado ineditamente por uma mulher no país, tenha lhe sido arrancado e entregue a um homem branco, rico e hetero, casado com uma esposa bela, recatada e do lar, sendo este homem sido recentemente substituído por outra figura masculina, branca e hetero, ainda mais misógina, homofóbica, e movida pela apologia ao ódio e à violência, sendo esta a bandeira de seu projeto autoritário; figura esta lançada no protagonismo da cena política pelo apoio fascista do norte da América, pelos robôs cibernéticos e pela Igreja Evangélica – a despeito da invidiosa laicidade do Estado Brasileiro, segundo a Constituição Federal. (p. 1)

Diante de um cenário devastador – redução de investimento em políticas públicas por 20 anos, a Emenda Constitucional 95 – que afeta diretamente ações destinadas à equidade jurídica e política das mulheres, faz-se mister compreender que mecanismos estabelecem em sociedade a invisibilidade e a violência contra mulher e seus efeitos. As estatísticas dão indícios, entretanto não podem estar unicamente a serviço dos órgãos legislativos, mas servirem de armas à crítica e busca de reconhecimento para além do campo histórico “Estado/Mercado”.

Se eu não perceber que existem estruturas sociais profundas, que de facto modificam historicamente a sua face, mas permanecem em última análise como estruturas coercivas, então tenho tendência a confundir já com a libertação as situações em que há ganhos emancipatórios reais. Em muitos países, as conquistas das lutas emancipatórias estão a ser simplesmente anuladas. (SCHOLZ, 2017, p. 2)

Movimentos por políticas públicas de gênero e pelo direito de viver das mulheres em um Estado neoconservador são uma necessidade e não um luxo ou espetáculo para a mídia pautar. Deste modo, acreditamos que a “sororidade” é um contributo à crítica da necropolítica em que o Estado determina que vidas são passíveis de morte e, por conseguinte, de luto (MBEMBE, 2016; BUTLER, 2018, 2017)

Podemos encarar essas manifestações de massa como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente. Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis. (BUTLER, 2018, p. 31)

Para vencermos os discursos autoritários e o modelo que silencia, adocece e mata mulheres Brasil afora, será preciso romper com a visão de mundo do patriarcado, perceber que precisamos nos unir para entender que todas merecem ser respeitadas e é preciso criar mecanismos garantidores desse valor. Devemos ser protegidas pela lei para não nos tornarmos objetos da violência dela decorrente.

Essa relação estrutural de dissociação sexual da reprodução passou por modificações históricas, nas quais só teve efeito um impulso de ‘igualdade’ das mulheres na medida em que a fome do capital por ‘trabalho abstrato’ e acumulação financeira se viu obrigada a mobilizar e integrar também a força de trabalho feminina, num longo processo histórico. [...] justamente por isso, essa desvalorização estrutural do feminino prosseguiu no processo histórico de integração das mulheres na reprodução da ‘riqueza abstrata’, podendo-se comprovar empiricamente a todos os níveis; desde as remunerações eternamente piores, passando pela canalização para as menosprezadas ‘profissões femininas’, até à ininterrupta predominância masculina nos cargos de chefia e mesmo nos grandes patrimônios monetários da propriedade burguesa. (KURZ, 2010, p. 01)

Sendo assim, essa tarefa histórica não cabe ao Estado nacional, tampouco a perspectivas messiânicas de/para salvação. A tarefa é própria e nos cabe. Aqui o exercício da sororidade estabelece pontes entre nós para que tenhamos a tela desse tecido social feita de conexões que engendrem auxílio e apoio real a cada uma e qualquer mulher (o entendimento da categoria QUEER, ou seja, a união

proposta por Butler (2018), ou ainda a união da solidariedade política que não distingue por raça ou classe, em um feminismo com visão de futuro proposta por hooks⁵⁵ (2017).

Por essa razão a proposição-chave desta tese é apresentar um contributo à crítica da sociedade brasileira patriarcal, a partir da história de uma mulher: a prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos. Ela conseguiu – sutilmente e reservadamente – construir uma grande rede de suporte e sororidade que se estende para além dela mesma. Conhecer essa história deverá ser instrumento para elucidar como é urgente e possível fazer a sua própria história.

Mas, além disso, é urgente a luta feminista de ambos os sexos contra as formas de existência sociais, objetivadas e reificadas das cisões patriarcais produzidas pelo valor. A superação do patriarcado é ao mesmo tempo a superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta é o fundamento da cisão patriarcal. O objetivo revolucionário seria, portanto, um grau mais elevado de civilização, no qual homens e mulheres sejam capazes de fazer pelas próprias mãos sua história, para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais. (SCHOLZ, 2017, p. 36)

⁵⁵ A escritora defende a pluralidade dos feminismos e considera de suma importância a criação e produção de conhecimento por entender que é lugar fundamentalmente político e de resistência. Por isso hooks fez opção de grafar seu nome em minúsculo. Seria pra ela a obra mais importante que a própria autora.

3. CAPÍTULO 2: PARA ALÉM DA ACADEMIA: POR QUEM A MATEMÁTICA DOBRA

Somos assim: sonhamos o voo, mas tememos a altura. Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. Porque é só no vazio que o voo acontece. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Mas é isso o que tememos: o não ter certezas. Por isso trocamos o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram.

Fiódor Dostoiévski. Os Irmãos Karamazov. 1879.

Nunca se vence uma guerra lutando sozinho
 Coragem, coragem
 Se o que você quer é aquilo que pensa que faz
 Coragem, coragem
 Eu sei que você pode mais

Raul Seixas. Por quem os sinos dobram. 1979

A história das mulheres da matemática na Bahia precisa ser contada a partir da fundação da Faculdade de Filosofia (FF) da Universidade da Bahia (FF) que foi crucial para o seu deslinde. A implantação da FF resultou do empenho de seu idealizador principal líder e fundador, Isaías Alves de Almeida (1888-1968), tendo especificidades que a fizeram diferir de outras por opções atribuídas, sobretudo à influência das concepções políticas e educacionais deste educador.

Ele construiu, desde estudante, uma trajetória na qual priorizou o desenvolvimento da educação. Sua carreira foi marcada por inúmeras nomeações para importantes cargos públicos, tanto na esfera estadual como federal, a exemplo de ter sido secretário de educação e saúde do Estado entre 1938 e 1942, enquanto seu irmão, Landulpho Alves de Almeida, era o interventor federal. De modo que usou de seu conhecimento para concretizar seu desiderato.

Isaías Alves soube aproveitar essa situação duplamente favorável, na esfera de governo estadual e federal, o poder inerente ao seu cargo, o reconhecimento profissional adquirido pela sua militância na educação e o seu prestígio social pessoal para concretizar o projeto acalentado ao longo de todos aqueles anos. Liderou um grupo de correligionários na retomada das atividades da Liga de Educação Cívica (LEC)⁵⁶, cuja assembleia geral extraordinária de 16 de maio

⁵⁶ A Liga de Educação Cívica surgiu na Bahia em 1903, como uma sociedade civil destinada a animar e a propagar o ensino e a Educação Cívica. Suas atividades foram intensas até 1907, quando acontecimentos políticos a levaram ao esquecimento. Suas atividades foram retomadas no início dos

de 1941 deliberou fundar a FF. Em 29 de maio, reuniu-se o grupo que organizou o patrimônio financeiro da FF, subscrevendo seu fundo de financiamento. Em 13 de junho, um grupo de proeminentes empresários baianos reuniu-se na Associação Comercial da Bahia, aprovou o seu estatuto, constituiu a sua junta mantenedora e aclamou Isaías Alves como seu diretor. (DIAS, 2002)

Desse modo, foi o processo de implantação consolidado lastreado no prestígio e conhecimento de seu fundador. Definiram-se os objetivos e conseqüentemente os cursos para a instituição que refletia a ideologia da época.

Foi criada como Faculdade de Filosofia da Bahia, abrangendo as áreas de Filosofia, Letras, Pedagogia, Ciências e Didática. A área de Letras congregava os cursos de Letras Clássicas, Neolatinas, e Anglo-Germânicas, e a área de Ciências, compunha-se dos cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais, composição que só começou a se modificar no final da década de 60, como parte do processo reformista. (PASSO, 1999, p. 32)

Figura 1 – Alunas (em maioria) e Professores (uma minoria) – FF (1950)



⁵⁷ Fonte: Acervo pessoal Prof.^a Violeta Augusta Rogério de S. F. de Carvalho.

anos 40 por Isaías Alves e seus correligionários para dar suporte à fundação da FF. (PASSOS, 1999, p. 27).

⁵⁷ Professores e Alunas/os Curso de Matemática, na faculdade de Filosofia. Dentre as alunas, **Nilza Rocha Medrado Santos** (na terceira fileira da frente para o fundo, quinta da direita à esquerda) (Turma de 1950).

O cenário desta foto é revelador: o número reduzido de homens representa o corpo docente da FF em toda a sua “majestosa hierarquia”.

A composição do corpo docente da faculdade no período em foco nos remete a outras inferências. Além dos Catedráticos existiam as figuras do Professor Catedrático Interino, dos Contratados, dos Assistentes e dos Assistentes Voluntários. A faculdade possuía 6 professores na condição de Catedráticos Interinos, todos do sexo masculino; 6 professores contratados, também todos homens. Com os Assistentes, categoria de menor valor na hierarquia docente, existia o equilíbrio entre os dois sexos: eram 15 ao todo; dos quais, 7 mulheres. Mais significativa era a distribuição dos docentes por sexo, na categoria de voluntários gratuitos; dos 7 que a faculdade possuía, apenas 2 eram do sexo masculino. (PASSOS, 1999, p. 49)

Nas décadas de 1940 e 1950 os papéis destinados para as mulheres eram muito claros e não deixavam margem para qualquer desvio. Mas a possibilidade de educação formal superior trouxe brechas e permitiram sonhos para algumas mulheres e erigiu pontes para um mundo inalcançável até então: Mulheres na matemática. Neste tempo e espaço, tudo começou a mudar.

[...] tudo nos leva a crer que as Faculdades de Filosofia seriam destinadas ao sexo masculino, sempre identificado como responsável pelo trabalho produtivo e com as questões políticas. Do mesmo modo, o fato de a filosofia ser vista como um conhecimento superior que exige capacidade intelectual e de abstração, colocava-se como mais um indicador do suposto destino dessas instituições de ensino. Entretanto, alguns elementos explicitados nos objetivos oficiais apontam para recortes nas atividades e ocupações que as pessoas teriam dentro da faculdade, a partir do seu sexo. (PASSOS, 1999, p. 33)

Um longo e tortuoso caminho foi trilhado por essas mulheres. Exigiu-se delas, além de coragem e abnegação, um suposto exercício de sororidade para enfrentar as idiosincrasias de um mundo masculino e regido por leis patriarcais.

Elas projetaram um futuro diverso do presente quando transmutaram uma realidade da sociedade descrita, como se segue: "A masculinidade, não se fazia na Faculdade de Filosofia (...) somente como o contrário de feminilidade, e sim como superior". (PASSOS, 1999, p. 215)

A FF reproduzia a ideologia dominante da sociedade baiana à época – a concepção de que mulher é para ser mãe e esposa, e a ida à Universidade não era em regra visando uma carreira, e sim para aguardar pelo noivo que provavelmente estaria cursando engenharia, medicina ou direito. Isto é, adquirir “um saber necessário para melhor se colocarem como companheiras de homens de sucesso” ou era para “dar nível superior ao lar”. (Ibidem, 1999, p. 38).

Devo esclarecer que para as mulheres da minha geração não era esperado que estudassem e/ou trabalhassem. Minha Mãe e minhas tias me **doutrinavam** desde cedo: ‘Você vai casar, vai ter filhos e ser uma dona de casa’. Eu ouvia sem reclamar, mas sei **que minha alma não concordava com isso**. Sonhava com algo diferente, mas não sabia exatamente o quê. Tentava furar o cerco familiar, mas não encontrava porteiras. A chegada do Príncipe Encantado conseguiu desfazer esses **sonhos ‘sem sentido’** e colocar-me de volta no **caminho da ‘sensatez’**. (MC2, 77 anos, em entrevista realizada em 1/02/2020) (grifo nosso)

A trajetória de luta vem de longa data, mas a inserção da mulher baiana na Universidade teve como marco histórico, definitivamente, a fundação da FF. Enquanto o mundo vivia as transformações da Segunda Guerra Mundial, as mulheres se apropriavam de espaços nas brechas criadas pelas demandas próprias desse período. A indústria, principalmente a bélica, não fazia nenhuma distinção, todos eram necessários como força produtiva, como mão de obra alocada para suprir as necessidades do emergente modelo de acumulação fordista.

As mulheres põem as mãos na roda do leme do mundo. E foi nesse tempo e espaço do pós-guerra que algumas dessas mulheres quebraram padrões, sonharam com uma carreira e vislumbraram a saída do modelo de dependência exclusiva do pai e posteriormente do marido para a autonomia de ser dona de seu próprio destino. Ao romper com paradigmas, elas investiram em uma área tida preferencialmente masculina: a matemática.

Casamento nunca esteve encabeçando meus sonhos. Queria mesmo era ganhar o mundo. E assim o fiz. Logo que me formei agarrei a oportunidade de uma especialização na Bélgica. Sempre estudei com afinco, porque compreendia que esse seria meu passaporte para a vida que desejava ter. (MC3, 88 anos, em entrevista realizada em 15/04/2020)

Importante esclarecer que, para muitas, alçar tais voos não implicava abdicar de outro sonho comumente acalentado pelo sexo feminino, o casamento. Buscaram conciliar o desenvolvimento da carreira com a conquista do casamento, mesmo que, por vezes, fosse o matrimônio adiado para o momento mais oportuno. O fato é que elas quebraram um padrão e dominaram a ciência matemática, mesmo que à época não tenha sido intencional nem tão pouco consciente. Assim, “[...] o curso de matemática da FF foi majoritariamente feminino de 1943 até 1968, não apenas no seu corpo discente, mas também no seu corpo de professoras assistentes”. (DIAS, 2002, p. 137)

Desde o início, quando se diplomou a primeira turma (1945) do curso de Matemática da FF, as mulheres dominaram o corpo discente. Analisando dados do livro de registro de diplomas, verificamos que se licenciaram ou bacharelaram-se 118 matemáticos, sendo que 70% eram mulheres e 30% homens, no período de 1945 a 1968 (DIAS, 2001).

Figura 2 – Grupo Fundador do Instituto de Matemática – (1960).



⁵⁸ Fonte: Acervo pessoal Prof.^a. Arlete Cerqueira Lima.

⁵⁸ Ex-Alunas/os e professoras/es do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia (UFBA): Arlete Cerqueira Lima, Albrecht Hoppman, Eliana Costa Nogueira, Violeta Rogério Freire de Carvalho, Maria Augusta de Araújo Moreno, Eunice da Conceição Guimarães, Norma Coelho de Araújo, **Nilza Rocha Medrado Santos** (quinta da direita à esquerda), Martha Dantas, Neide Clotilde de Pinho e Souza, Renata Becker Denovaro e Rubens Gouveia Lintz (1960).

Tais dados são surpreendentes, uma vez que, mesmo com alguns avanços, somos obrigados a constatar ainda a predileção das mulheres à época por profissões tidas como mais femininas e mais compatíveis e conciliáveis com os papéis de mãe e esposa. Uma confirmação histórica da separação entre as categorias produção e reprodução da vida e espécie para alimentar o sistema social vigente.

As jovens de hoje têm melhor formação que suas mães, embora muitas vezes escolham disciplinas 'mal remuneradas' nas áreas linguística e pedagógica ou se dediquem a profissões extra acadêmicas fortemente ameaçadas pela racionalização (por exemplo, secretária). Em geral, vale a regra de que as mulheres são encontradas principalmente nos patamares inferiores das áreas dominantes da sociedade (política, economia, ciência, mídia). Não é nada raro os homens reagirem às atividades femininas altamente qualificadas lançando mão de razões biológicas para resguardar a velha hierarquia. [...] é justamente a forte equiparação entre homens e mulheres no processo de individualização que traz nitidamente à consciência todas as assimetrias ainda existentes na relação entre os sexos. Quem educa o filho, quem sustenta a família, quem segue o parceiro quando seja necessário mudar de cidade por exigências profissionais (SCHOLZ, 2017, p. 27).

O fato é que a Matemática e a Engenharia são áreas do rol das ciências duras, áreas da ciência, na visão da sociedade, para as quais mulheres são pouco afeitas⁵⁹.

Portanto, o fato de as mulheres serem maioria no curso de matemática na FF, não chegava a estabelecer nenhum tipo de sossego ou conforto, porém, sem dúvida, era uma quebra de paradigma. Afinal, o universo das faculdades era masculino. De modo que, foi preciso enfrentar toda sorte de preconceitos para provarem ser capazes em pé de igualdade aos seus colegas homens.

⁵⁹ Ribeiro (2020) no seu artigo "Participação feminina no mercado de trabalho" alerta sobre o panorama histórico da realidade brasileira no qual ainda é tão presente desigualdade: "As profissões historicamente femininas estão entre as que possuem menor remuneração e *status* social. Na educação, por exemplo, há uma divisão clara. Os professores que atuam em escolas particulares, no Ensino Médio, onde está centrada a melhor remuneração, são em sua maioria homens. Nas escolas públicas, nos estágios da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, onde estão as menores remunerações, temos quase que unicamente mulheres exercendo a docência. [...] Outro aspecto importante e que não envolve apenas o mercado de trabalho é que as mulheres, mesmo exercendo profissões remuneradas, ainda continuam sendo as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas e educação dos filhos. Conciliar a vida profissional e as atividades da vida pessoal ainda é um desafio muitas vezes impossível para as mulheres trabalhadoras. Esse provavelmente é um dos principais fatores que favorecem a perpetuação desse panorama desigual". (p. 01)

O fato de ser uma faculdade feminina num momento em que os cursos superiores eram destinados aos homens, criava muitas dificuldades para quem dela participava. Iniciando pela falta de confiança nos seus cursos até a forma preconceituosa como os estudantes dos cursos tradicionais recebiam os alunos e alunas da Faculdade de Filosofia. Com as alunas a reação era seguramente sexista, principalmente a dos alunos do Curso de Engenharia, tidos pelas ex-alunas entrevistadas como os mais ortodoxos. (PASSOS, 1999, p. 38-39)

Para as mulheres no primeiro quinquênio do século XX cabia pouca escolha, certamente havia como desiderato que o casamento e a maternidade eram a “vocação natural” (SCHOLZ, 2017, p. 26). Era ser do lar ou no máximo o magistério primário. Mas o mundo estava mudando. A década de 1960 trouxe consigo uma grande inflexão. As pessoas passaram a questionar desde os tradicionais papéis ocupados por homens e mulheres na sociedade até questões envolvendo costumes e o valor da própria humanidade a ser preservada contra interesses geopolíticos e econômicos.

O movimento feminista nos anos 1960 levantava-se com estandartes claros:

Exigiam-se, sobretudo uma melhor formação cultural das estudantes e o direito à atividade remunerada, embora as mulheres devessem ocupar-se de tarefas correspondentes à sua ‘destinação natural’ (comércio e ensino, e mais tarde também a assistência social). Uma razão importante para exigir o direito à atividade remunerada residia no fato de que uma quantidade cada vez maior de mulheres burguesas permanecia solteira. (SCHOLZ, 2017, p. 25)

As mulheres queriam independência depois de terem experimentado a inserção no mercado de trabalho na Segunda Guerra Mundial. Muitas lutas acumuladas ao longo dos anos de opressão se insurgiram e elas foram às ruas reivindicar por direitos a liberdade e igualdade, o que resultou, no Brasil, como um preâmbulo para composição de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

Os anos 1960 foram testemunhas de muita agitação e imposição de limites à liberdade. Do ponto de vista sociopolítico tivemos a experiência do período ditatorial que teve início com o golpe civil militar de 1964. Na educação superior, as faculdades representaram um espaço de vanguarda, onde transitavam sonhos e

ideais. Na Bahia, como também em outros estados do país, foi esse o palco da resistência para os limites à liberdade impostos por um regime autoritário que permaneceu por 21 longos anos.

De meados de 60 até meados da década de 70, a atividade política na faculdade era intensa. Afinal, no país como um todo havia um clima tenso e de indefinições. Os ex-alunos e alunas definem esse período como rico e sofrido. Rico, por tudo de novo que estava sendo possível experienciar; sofrido, pela repressão política a que estiveram submetidos (PASSOS, 1999, p. 42-43).

Entre os anos 1960 e 1970 a repressão forçou mudanças de comportamento nos membros da academia. Ofuscou a vida e a vibração próprias tanto daqueles que buscam conhecimento como dos que investem na transmissão de saberes.

[...] o medo, a insegurança, o sentimento de que estavam sendo vigiados o tempo todo, fez com que o clima de questionamento e de movimentação política na faculdade também se modificasse. Os professores empobreceram suas aulas, com medo de falar o que "não devia" [...] (ibidem, 1999, p. 44)

A educação foi (quicá será) o meio possível para essas transformações acontecerem, pois continua a ser um investimento social imprescindível para gerar indivíduos com consciência e igualdade de oportunidade para todos. Mas a FF era uma instituição conservadora, que reproduzia as relações de gênero em conformidade com os ditames da sociedade baiana. Portanto, serem as mulheres maioria no curso de matemática não alterava o cenário de desvalor e subalternidade que pesava sobre o gênero feminino. Foi preciso inteligência e muito tato para que juntas conquistassem acesso a uma formação adequada, que possibilitasse o progresso da carreira. Ser cientista implicaria superar o papel que a sociedade tradicional lhe havia reservado dentro das divisões tradicionais entre público e privado, universidade e lar, doméstico e profissional. Os obstáculos ao ingresso de mulheres nas profissões em geral e nas ciências em particular sempre foram grandes.

Competir com os homens que compunham a cúpula não seria a melhor estratégia. Então negociar uma composição foi o melhor caminho. De modo que as "moças", que outrora compuseram as primeiras turmas no curso de matemática da

FF, reivindicaram espaço na composição da hierarquia da cátedra de prestígio majoritariamente masculino. Reuniram-se e buscaram melhorias para sua formação. O primeiro passo foi dado com a organização de um encontro idealizado pela professora Martha Dantas, com o apoio do então reitor Edgard Santos, da UBa, e de professores de outros estados:

[...] o I Congresso Nacional de Ensino da Matemática, em Salvador, em 1955, um importante marco, pois, em consequência desse evento, algumas delas realizaram uma série de estágios de formação científica na FFCL e no IMPA, que contribuíram decisivamente para reorientar as expectativas e perspectivas profissionais dessas professoras, que passaram a questionar as concepções de matemática institucionalizadas na UBa e assumiram a vanguarda de um projeto para renovação dessas concepções. (DIAS, 2002, p. 137)

O congresso não teve grande repercussão entre os catedráticos, mas foi um sucesso entre as estudantes e assistentes do curso de matemática, que o prestigiaram em peso. O evento foi um divisor de águas para ampliar horizontes e fomentar a modernização do curso de matemática, início de um longo caminho que resultaria posteriormente na criação do Instituto de Matemática, autônomo como o conhecemos na atualidade. Foi também a oportunidade para que o professor Omar Catunda, à época catedrático de análise matemática da FFCL, com muito mais experiência propiciasse uma visão das mudanças necessárias a serem implementadas por essas mulheres-cientistas.

Omar Catunda impressionara-se com a situação do curso de matemática da FF, chamara-lhe a atenção 'o enorme hiato existente entre os quatro professores catedráticos já idosos [da FF] e os jovens estudantes'. De fato, em 1955, a FF tinha nominalmente duas assistentes de matemática remuneradas, Martha Dantas e **Nilza Rocha (Medrado) Santos**, e quatro assistentes voluntários, Ramakrishna B. dos Santos, Araci C. Esteve, Maria Viète de S. Pereira e Raimundo Peixoto Costa. (Ibidem, 2002, p. 143) (grifo nosso)

Sacrifícios e superação de desafios foram uma constante na vida das mulheres que compuseram o núcleo das mudanças na FF que culminou com a criação do Instituto de Matemática da UFBA. Era preciso conciliar respeito a um

código de honra masculino para não sofrerem as críticas e sanções ao negligenciá-lo.

Enfrentar viajar para se desenvolver e aprimorar a formação ou aliar as demandas de mãe e esposa aos compromissos profissionais foram alguns dos desafios que essas mulheres tiveram que transpor. Assim, dentre muitas, elas venceram a barreira da invisibilidade. Segundo a professora Hildete Pereira de Melo, uma das coordenadoras do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF):

É a maior conquista das mulheres brasileiras terem conseguido se educar no século XX. Embora a gente não tenha construído a igualdade, a gente conseguiu realmente uma vitória. Não houve política pública que facilitasse isso. Foram decisões pessoais das mulheres, afirmou, acrescentando que no Censo 1900 as mulheres eram analfabetas e terminaram o século XX mais escolarizadas do que os homens. (AGÊNCIA BRASIL, 2019)

Neste período, podemos destacar uma referência para as mulheres matemáticas que compunham o corpo docente do curso de matemática supracitado: a reforma universitária, na qual o curso desmembrou-se da FF e culminou com a fundação do Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal da Bahia, processo encabeçado por mulheres. prof.^a Nilza Rocha era uma delas.

Mas essas mulheres fizeram mais do que ser pilares para erigir essa nova instituição. Elas formaram uma rede, uma teia de amizade e sustentação para além da academia. Quiçá estivessem, ainda que de forma tímida, a apreender que a liberdade (ARENDR, 2018) é a razão de ser da política (ARENDR, 2014) e sua primazia é a experiência, a ação, a sororidade.

3.1 GOSSIP – UMA EXPERIÊNCIA DE SORORIDADE ENTRE AS MULHERES DA MATEMÁTICA

Menina que sabe muito é Mulher atrapalhada.
Para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada.
Dito popular

No Brasil colônia a educação permitida para as mulheres era a educação religiosa. Para uma mulher da elite a título de concessão, poderia ser-lhe ensinado a ler e escrever. Herdamos o costume dessa limitação, de só poder aprender a orar e a fazer cálculos aritméticos de memória, da corte portuguesa em sua passagem pelo Brasil.

Os portugueses mantiveram aqui no Brasil a concepção educacional trazida de Portugal quanto à educação feminina, ou seja, em Portugal havia um 'completo desprezo à educação das mulheres, conduzindo a um analfabetismo generalizado' (MENEZES, 2019, p. 29-30)

A história recontada é arrancada do esquecimento. Narrar histórias de vida de mulheres, em especial daquelas que puderam emergir dentre tantas na sua singularidade, pode salvar todas da destruição sob a forma da rentabilidade abstrata. A difícil missão de vencer os obstáculos e ter acesso à educação é uma façanha que continuamente ainda precisamos empreender.

As mulheres que ingressaram na FF não eram apenas aquelas oriundas de famílias 'pobres'. Na verdade, o sistema escolar daquela época era tão seletivo que é difícil, muito difícil, admitir que alguém verdadeiramente pobre terminasse os estudos secundários e ingressasse no ensino superior. (DIAS, 2002, p. 129)

A crença na idiosincrasia de que mulheres não foram feitas para pensar⁶⁰ não deve persistir, mesmo e, principalmente, de maneira subliminar. O fato de não se verbalizar um pensamento não faz com que a crença tenha sido banida.

[...] a concepção iluminista explicitamente negava que as mulheres possuíssem a racionalidade e a capacidade de observação desapaixonada e objetiva exigidas pelo pensamento científico. As mulheres podiam ser objeto da razão e da observação masculinas, mas nunca seus sujeitos jamais poderiam ser mentes humanas reflexivas e universalizantes. Somente os homens eram vistos como formuladores ideais de conhecimento; e entre eles, apenas os que pertenciam à classe, raça e cultura corretas eram vistos como detentores de capacidade inata para o raciocínio e a observação socialmente transcendentais. As finalidades e propósitos de tal

⁶⁰ Excerto de Sílvia Federici do livro **Mulheres e a caça as bruxas** ratifica essa ideia preconcebida: "A violência contra as mulheres também incluía o uso generalizado nos anos 1950, da lobotomia [...] sendo que esse tipo de cirurgia era considerado ideal para mulheres destinadas ao trabalho doméstico, **função que supostamente não requeria cérebro.**" (2019a, p. 93) (grifo nosso)

ciência se revelaram tudo menos libertadoras. (HARDING, 1993, p. 11)

Digressões à parte, se, por um lado, elas estiveram em maioria no corpo discente, o mesmo não ocorria no corpo docente. No início da FF, época de Professor Isaias Alves, a maioria era composta de homens e umas poucas mulheres oriundas da elite. De modo que, de 1941 a 1951:

A distribuição dos cargos e das áreas do conhecimento por sexo é percebida no corpo docente da faculdade, durante a sua primeira década de atuação, vez que estava composto por 41 professores catedráticos, dos quais, apenas 4 mulheres: Gabriela Leal de Sá Pereira, que ensinava a disciplina Língua e Literatura Alemã; Guiomar Carvalho Florense, com Filosofia e História da Educação; Maria Luigia Magnavita Galeffi, responsável pela cadeira de Língua e Literatura Italiana; e Edith Mendes da Gama e Abreu, com a cadeira de Didática Geral e Especial. A destinação das professoras ao ensino de disciplinas da área de letras é explicável, se considerarmos que o estudo de uma língua estrangeira sempre fez parte da formação das mulheres de camadas alta e média da sociedade. Ela compunha com o canto, o desenho e a pintura a receita básica do currículo de uma mulher 'bem' educada, e não por acaso. (PASSOS, 1999, p. 48)

Assim, com a fundação do Instituto de Matemática da UFBA as mulheres revolucionaram um padrão para a época, deixando um expressivo legado de transformação institucional e científica da matemática, e também por protagonizarem a história, que foram capazes de vislumbrar e realizar.

[...] a participação efetiva das mulheres ocorreu devido às oportunidades favoráveis que estavam começando a aparecer no cenário baiano. A nossa sociedade 'era' conservadora nas suas tradições: 'lugar das mulheres' era nos cursos da escola 'Normal' e dos homens nos cursos das escolas de Engenharia, Medicina e Direito. (MENEZES, 2019, p. 112)

Os primeiros tempos foram marcados pelo protagonismo masculino nas atividades de formação e pesquisa – eram, na grande maioria, oriundos do curso superior de engenharia ou militares. Culturalmente se tinha a crença de que mulheres não tinham afinidade com números, o que obviamente é apenas uma

construção social conveniente, não a verdade. Mas as mulheres que fazem carreira nessas áreas sujeitam-se a duras provas de adaptação (SCHOLZ, 2017, p. 34)

[...] as mulheres, ávidas por se inserirem e alcançarem algumas mudanças nas estruturas do seu cotidiano começaram a ingressar, através das 'brechas' deixadas no sistema educacional, nos cursos de formação superior da FF, e aos poucos se tornaram maioria. A participação das mulheres nos cursos superiores deveu-se a uma história de lutas, reivindicações, coragem e determinação das próprias mulheres, através dos movimentos feministas. (MENEZES, 2019, p. 114-115)

Romper com ideias cristalizadas não é tarefa fácil. Empreitada para mulheres determinadas, missão para as mulheres da matemática. Teriam que ser arrojadas o bastante para enfrentar preconceitos, mas em nada deixando a dever em feminilidade para manterem-se aceitas. O mundo as queria assim.

O controle do pensamento, a serviço do poder político, e o recuo para interpretações simples, relativistas, do mundo não serão as duas faces da concepção iluminista e burguesa a que o feminismo se opõe? Não será verdadeiro, como todas essas teóricas alegam de diferentes maneiras, que os vários tipos de interação, realizadas por homens e mulheres, com a natureza e a vida social (os diferentes "trabalhos") conferem às mulheres pontos de vista epistemológicos e científicos privilegiados? Como pode o feminismo se dar ao luxo de abandonar o projeto de uma ciência alternativa se esta irá capacitar todas as mulheres em um mundo onde o conhecimento socialmente legitimado e o conseqüente poder político estão firmemente instalados nas mãos de homens brancos, ocidentais, burgueses, compulsoriamente heterossexuais? E, no entanto, como podemos deixar de desconfiar dos laços históricos entre conhecimento legitimado e poder político? (HARDING, 1993, p. 14)

Os homens queriam que a educação fosse para as mulheres algo acessório. Concediam esse avanço com intuito de que elas fossem instruídas para educar seus filhos, mas não para ganhar o mundo. Consoante lembrança da fala do professor Isaias Alves, diretor e fundador da FF, em um diálogo que à época, segundo a fonte, causou espanto: "eu espero que com o curso da faculdade elas se tornem melhores mães" (MC1, 88 anos, entrevista realizada em 01/03/2020), mas que hoje com o paternalismo (espaço público) e o machismo (esfera privada) estando intrinsecamente relacionados com a compreensão de que a lógica da democracia de

mercado – em sua essência dominadora e repressiva – exige outro devir, devendo causar em nós repulsa.

Nessa época, os professores que compunham o corpo docente não tinham a tradição de pesquisa. Eram “encaniçados oriundos do Colégio Central com formação em engenharia na sua grande maioria”. Com raras exceções, eles eram bem educados e articulados, mas “não eram matemáticos, tão pouco cientistas”. Salvador não era centro de produção de conhecimento, “dizia-se que, o que se tinha muito por aqui era vaidade temperada com mediocridade acadêmica masculina” (MC1, 88 anos, em entrevista realizada em 01/03/2020).

Diferentemente, São Paulo era desde essa época referência no desenvolvimento das ciências. O seu governador, Orlando Sales, importou professores da Europa, principalmente da Itália para fomentar pesquisa e produção de conhecimento na Faculdade de Filosofia, atualmente a Universidade de São Paulo (USP).

Entretanto, o jogo virou e as moças, que até então compunham o corpo docente, concluíram a licenciatura/bacharelado e foram sendo convidadas paulatinamente a compor o corpo docente da Instituição. Tiveram que enfrentar e vencer inúmeros obstáculos, entre eles o principal: o preconceito. Era um longo calvário até serem promovidas a professoras assistentes dos vaidosos professores titulares. Mas elas venceram cada um dos obstáculos e se tornaram maioria.

O “Instituto Feminino de Matemática”, como era chamado de forma jocosa, por ter sido reduto de mulheres foi um ponto fora da curva. Mas isso não quer dizer que foi enaltecido tal fato por serem as mulheres a maioria. Apenas era visto como circunstancialmente estranho. Não se reconhecia a busca pelo conhecimento que levou tantas mulheres a enfrentarem desafios para se tornarem cientistas.

Talvez seja preciso dizer com mais clareza que se trata, aqui, de pensar a produção científica e técnica para além dos laboratórios, das bancadas e do método hipotético-dedutivo da Ciência Moderna. E, assim, as **‘salas de aulas’ podem ser entendidas como lugar de produção de conhecimento e de resistência** a relações desiguais de poder nos territórios e hierarquias acadêmicas – a promoção de uma nova forma de subjetividade, talvez, como diz Foucault (1995), ‘através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos’ (p. 239). (CABRAL, 2020, p. 191) (grifo nosso)

As mulheres pesquisadoras fundadoras do Instituto de Matemática foram combativas e determinadas. Foram nove exaustivos anos de reforma, para que tais mulheres conquistassem seu espaço, por meio de um processo longo e difícil. Mas ao final fez-se a reforma com o apoio do reitor Roberto Santos, de modo que o IMF passou por uma transformação-chave: o seu desmembramento em institutos, entre eles o Instituto de Matemática e o Instituto de Física.

Toda grande conquista tem um alto preço. A grande maioria dessas mulheres era casada, e ter uma família demanda tempo e atenção. Seus filhos precisavam ser gestados, amamentados e cuidados. Como se desdobrar para serem bem sucedidas no ambiente universitário, sem comprometer o papel natural da mulher no lar? Precisavam contar umas com as outras e mais com outras mulheres que lhes dessem suporte. Não sem razão, ouvi no depoimento de MC1, 88 anos: “[...] **sem o “braço escravo”, não teria como nós mulheres termos carreira.** Os nossos maridos raramente compartilhavam atividades domésticas” (entrevista realizada em 01/03/2020) (grifo nosso).

Sempre tive boas empregadas, o que garantia que eu pudesse sair pra trabalhar. E eu criei meus filhos com muita independência, tiveram muita autonomia. Eu nunca fui uma mãe de cercar, nem de bajulação. Eu era da música também, então a parte social era intensa. **As empregadas garantiam essa minha liberdade.** (MC10. 83 anos, Entrevista realizada em 12/12/2020) (grifo nosso)

Por outro lado, negligenciar o papel primordial atribuído à mulher na sociedade, de esposa e mãe como vocação, para tornar-se profissional, uma cientista, era em certa medida morte anunciada de muitos casamentos, ou a escolha por abrir mão de constituir família.

Eu tinha dois diplomas de Matemática [...] Fui nomeada em março de 1957 [...] eu lecionava dezoito horas efetivas de aula por semana [...] E assim não sobrou tempo nem para a Música [...] nem para o ensino médio – disse adeus. **Estava casada com a Matemática.** (Depoimento de Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira – DIAS, 2002, p. 130) (grifo nosso)

A maioria das meninas do grupo, à época, era solteira. **Conciliar casamento e carreira era um malabarismo.** A tua mãe era uma das poucas que tinha família e era muito ligada na família. A maioria fez opção de retardar o casamento ou não tê-lo. (MC10. 83 anos, Entrevista realizada em 12/12/2020) (grifo nosso)

Muitas das mulheres desta geração tiveram que conviver com esse dilema moral. Empreender conquistas pessoais na esfera pública ou manter o *status* na esfera privada de ornar a vida dos homens no lar. Essa escolha não era apenas uma decisão sentimental, amorosa, implicava questões de ordem prática que continuam até hoje para muitas mulheres a pesar na balança, ao sopesar para definir sobre seus destinos. Nesse sentido, a reminiscência no depoimento de MC1, 88 anos, é incomensurável: “[...] muitas de nós permaneciam no casamento, que havia há muito terminado. Nós nos acostumamos a abrir mão dos nossos desejos pessoais. O comum mesmo era manter o marido para termos segurança financeira e garantir a família”.

O matrimônio e o amor não possuem nada em comum; estão tão longe entre si como dois pólos, inclusive, antagônicos. [...] O matrimônio é antes de tudo um acordo econômico, um seguro que só se diferencia dos seguros de vida correntes no que é mais vinculador e rigoroso. (GOLDMAN, 2012, p. 122)

Essa geração de mulheres-matemáticas abriu caminho para outras formas de conciliar o público e o privado, as obrigações domésticas e as atividades profissionais acadêmicas. A união e cooperação entre elas foi facilitadora dessa interface de múltiplas jornadas. A missão desse grupo talvez tenha sido revelar pra nós de outra geração a importância da sororidade, uma ética social feminista alternativa promovida através do resgate do *gossip*.

A nossa resistência é a saída para realizarmos a missão civilizatória de não nos perdermos na segregação da particularidade ou na diluição na universalidade, parafraseando o poeta Aimé Césaire. Encontrar o ponto de equilíbrio do respeito e concretização de direitos difusos, preservando valores individuais, é uma meta a ser perseguida por um feminismo almejado do presente que projeta o futuro. O *gossip* foi uma experiência real para essas mulheres e serve de lição para nós. A prof.^a Nilza Rocha personificava a lição.

Enquanto **os diversos papéis** que ocupavam nas nossas vidas **tentavam nos separar**, Nilza idealizava e realizava encontros sociais todas as segundas quartas-feiras de cada mês. As participantes eram professoras aposentadas, ex-colegas e admiradoras. Eram escolhidos locais agradáveis que nos oferecessem um bom almoço. O seu **poder aglutinador era**

mensurado não só pelo carisma, mas também pela fidelidade dos seus participantes durante muitos anos. **Esses encontros eram a vida em discussão.** Era a alegria por sermos longevas em atividade, o prazer de ainda sermos úteis.

A sabedoria da mulher /mãe / profissional /amiga **foi absorvida por todos que com ela conviveram.** Sua fé dava o tom da sua paz e a sua ressignificação de atitudes anulava a resignação (vencer o machismo do marido sem se subjugar, aliando-se como companheira). Procurar espaços onde as exigências eram maiores assumia riscos e novos desafios sem titubear, era uma constante na sua vida, ela se empenhava para cuidar que seus filhos tivessem o melhor, por vezes acima das necessidades. **Não sei se ela esperava o mundo se tornar melhor, mas sei que atuava no seu entorno, colocando as questões humanas como prioritárias.** (MC1, 88 anos, em entrevista realizada em 01/03/2020) (grifo nosso).

A essa altura das pesquisas e escrita desta tese surge a pergunta: se seria prof.^a Nilza Rocha uma feminista. A resposta vem através dos seus atos. Afinal é na prática que encontramos o sentido político do feminismo. É sempre promover mudanças individuais para que com isso se possa alcançar e promover mudanças individuais para que com isso se possa alcançar e promover transformações coletivas. Ela fazia isso com maestria. “atuar no seu entorno colocando as questões humanas como prioritárias” (MC1, 88 anos, em entrevista realizada em 01/03/2020).

Ela, com seu exemplo de resistência e superação, incentivou outras mulheres a ter a ousadia de desafiar a ordem patriarcal imposta de submissão, de acreditar em seus sonhos e investir na sua autonomia e independência como prioridade. Ganhar espaço, ter voz, visibilidade e reconhecimento não são privilégios. Direito inato é não se dobrar, não aceitar ser subjugada. É exercer o poder do espírito feminino aprendido de sua ancestralidade para manter seu espírito forte, para protegê-lo dos ataques para que ele “vergue, mas não quebre”. E assim vencer sendo tudo que quis: mulher e professora, plena e reverenciada. Como costumava afirmar essa era uma escolha nesta e para outras vidas. Ter consciência do que se quer ser e tornar-se esse “ser” almejado é libertador.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é mero gesto de palavras vazias; é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta. (HOOKS, 2019, p. 39)

Não foi fácil enfrentar as inúmeras dificuldades para não abrir mão do sonho acalentado por muitas, se impor para fazer valer a vontade de ser. Tampouco foi menos custoso para as mães dessas mulheres protagonistas serem espelho para suas filhas, dando o exemplo de como vencer as inúmeras distopias vivenciadas na sua vida íntima. São histórias e histórias que mais se aproximam de tragédias gregas, embora sejam crônicas do cotidiano e universo feminino (que o digam Antígona, Prosérpina, Eurídice, Cassandra, Mileva Maric e tantas mais).

A vida imita a arte ou será que a vida segue sendo compreendida através da arte? As narrativas de vida de mulheres tão fortemente (in)visibilizadas e apagadas da nossa história oficial, é um indicio e demonstra que esse “não existir” de relatos sobre nós cumpre um propósito. Mas o questionamento persiste, a irresignação com esse estado de coisas cria em nós o sentimento de resistir.

Formada em Matemática, com mestrado em Matemática, minha estrutura mental era cartesiana. Não via, não idealizava, não imaginava outra área de estudo. Estava fechada dentro dos muros das exatas. Mas a não possibilidade de sair do Estado para estudar não me agradava, mas eu não tinha ideia das construções sociais que demarcavam o espaço feminino profissional. Ao contrário, essas construções estavam tão dentro de mim, e eu me culpava por desejar prosseguir. Eu pensava: Por que todos os colegas homens estão saindo para fazer cursos em outros Estados, mesmo os casados e, todas as mulheres continuam aqui, satisfeitas com a conclusão do mestrado? Era uma pergunta até então sem resposta, mas que meu olhar e meu sentimento percebiam. ((MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

A sororidade entre essas mulheres cientistas não foi algo natural para o enfrentamento dessas violências cotidianas. Foi uma conquista, uma estratégia de sobrevivência e um exercício de inteligência emocional compartilhada entre elas.

Agora tenho consciência, a estrutura cultural, social, histórica é construída com amarras, com propósitos definidos. Precisamos e estamos desconstruindo. Também levando vários companheiros a começar a pensar e desatar os nós desta corda. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

Vivenciar a sororidade resignificando o *gossip* exigiu de prof.^a Nilza Rocha e suas amigas compreensão dos fenômenos e resistência ao etos coletivo.

Juntas elas exerceram o poder performativo de reivindicar o público de uma maneira ainda não codificada em lei e que nunca poderá ser completamente codificada em lei. E essa proatividade não é apenas a fala, mas também as reivindicações da ação corporal, do gesto, do movimento, da congregação, da persistência e da exposição à possível violência. (BUTLER, 2018, p. 84).

Consolidar a tradição dos encontros entre as mulheres matemáticas foi algo que a prof.^a Nilza Rocha promoveu ao organizar o grupo das “amigas” e conseguiu manter para além de sua existência.

Numa segunda quarta-feira, a do mês de junho de 2015, Nilza não mais estava conosco. No grupo havia um audível silêncio (todas queriam falar, mas se mantiveram caladas), mas ficou um eco que reverberava palavras de amor. Ela se havia encantado! (MC1, 88 anos, em entrevista realizada em 01/03/2020).

Com a sua morte, em 30 de maio de 2015, as amigas de prof.^a Nilza Rocha continuaram a se encontrar motivadas e homenageando essa mulher que conseguiu fazer esse grupo entender (talvez inconscientemente) que tais encontros poderiam ser a base do exercício político, do reivindicar liberdade e lutar por direitos a ter direitos. Em outras palavras, a busca por (re)significar o *gossip*, promovendo sororidade.

É o que tentarei demonstrar na sequência dos capítulos. O aprendizado está intrinsecamente vinculado ao passado, ao reconhecimento de nossa ancestralidade. E nós mulheres, como “tecelãs da memória”, devemos manter viva a sabedoria ancestral.

Cada uma destas mulheres matemáticas traz consigo o testemunho da história de vida de suas predecessoras. São a continuidade dessa linhagem e precisam honrá-la. É o que preconiza essa cantiga ritualística: “Eu vim do corpo da minha mãe / Ela me deu semente boa / Nutriu meu corpo / Espalhou bênçãos / Sou Plantadeira de semente boa”⁶¹.

Desse modo, para narrar a história de prof.^a Nilza Rocha é preciso um esforço de volta ao começo, sua origem. É preciso conhecer a sua mãe: Dona Rita, essa plantadeira de semente boa!

⁶¹ É com esta cantiga ritualística, que se iniciam os encontros do Som das Binha, coletivo que propõe uma rede de circulação e empoderamento de mulheres artistas em Salvador.

3.2 APRENDENDO COM A ANCESTRALIDADE FEMININA A SER MULHER QUE CORRE COM OS LOBOS

Começar de novo/E contar comigo/Vai valer a pena/Ter amanhecido
 Ter me rebelado/Ter me debatido/Ter me machucado/Ter sobrevivido
 Ter virado a mesa/Ter me conhecido/Ter virado o barco/Ter me socorrido
 Começar de novo/E contar comigo/Vai valer a pena/Ter amanhecido
 Sem as tuas garras/Sempre tão seguras/Sem o teu fantasma/Sem tua moldura
 Sem tuas escoras/Sem o teu domínio/Sem tuas esporas/Sem o teu fascínio
 Começar de novo/E contar comigo/Vai valer a pena/Ter amanhecido

Ivan Lins e Vitor Martins. Começar de Novo.
 1979

Muitas histórias de mulheres comumente são tragédias anunciadas desde o primeiro ato, outras só a prenunciam ao final. O certo é que em geral a mulher brasileira vem ganhando know-how de sobrevivente há muitas gerações e essa competência é algo imprescindível para sua integridade e razão de ser de superação.

A história de prof.^a Nilza Rocha tem origem em um folhetim típico da sociedade brasileira de cariz machista. Poderia ter sido uma tragédia, mas graças a força e a valentia, típicos da mulher nordestina, não o foi. E contrariando todos os prognósticos deu muito certo. É que Rita (mãe de Nilza) que amava João (pai de Nilza), que “amava” muitas outras mulheres, mas que paradoxalmente não amava Rita nem nenhuma das outras com lealdade e respeito que elas mereciam e desejavam.

No entanto, isso era conduta comum, mulheres amarem homens que se amavam demais. Relações de deslealdade e infidelidade sempre foram toleradas pela sociedade e exaltadas por seus pares. De modo que, naquele tempo, restava às esposas fechar os olhos e se subjugarem. Sublimar todo tipo de jugo até um dia morrer de tristeza.

O casamento, essa instituição jurídica, está longe de garantir o propósito de proteção da mulher e da prole dele decorrente. Porque (des)conhece à mulher como sujeito, na sua individualidade. O casamento como instituição limitou, tolheu e matou muitas mulheres. Tornou-as, em muitos casos, “[...] uma parasita, uma dependente absoluta. Incapacita-a para a luta da vida, aniquila sua consciência social, paralisa

sua imaginação, daí impõe sua graciosa proteção que na realidade é um ardil, travestido a caráter humano. (GOLDMAN, 2012, p. 126)

E se ainda hoje muitas mulheres se submetem aos maus tratos e infidelidade contumaz de seus maridos, imagina há 100 ou 150 anos. E sabemos exatamente onde uma relação abusiva costuma levar: violência doméstica múltiplas, chegando ao feminicídio. Mas essa história teve final diferente, ou melhor, destino diferente porque ela ainda está em curso.

Nilza Rocha (Medrado) Santos, fruto desse casamento, veio ao mundo em 29 de maio de 1926, mulher, nordestina, nascida no menor estado do país (Sergipe), financeiramente desprovida de recursos, criada em uma família que se tornou, em razão da separação de seus pais, monoparental. Desde muito cedo assumiu, de forma muito própria de seu caráter, a responsabilidade em ajudar no sustento da família, dando aulas particulares para colegas do colégio.

A sua mãe, Rita Dantas da Rocha, era filha de um português, rico e poderoso proprietário de terras no norte do país, cuja atividade produtiva era exploração, através de extrativismo vegetal, do látex das seringueiras, ou seja, produção de borracha, aventura essa empreendida juntamente com seu único filho homem. Seu avô e tio morreram na região amazônica em decorrência de malária, doença que comumente acometia os indivíduos nesse sítio. A propriedade se perdeu em meio à floresta. Não havia ninguém para retomar os negócios depois da morte súbita e trágica do pai e irmão de Rita. A fortuna, desse modo, perdeu-se por descuido, falta de existir um “homem” que pudesse estar à frente dos negócios da família, uma vez que as herdeiras eram todas mulheres, e estas à época eram legalmente⁶² tolhidas de assumir a direção de negócios, ademais as condições adversas da região eram impeditivas para tal empreitada.

Órfã, de sua mãe pré-morta e agora de seu pai, sem a proteção de seu único irmão homem, dona Rita e suas irmãs tiveram que ficar sob a responsabilidade dos únicos homens na família, os maridos das irmãs mais velhas. Destino único possível em um tempo em que as mulheres não se governavam. Sem recurso financeiro e sem estudo não tinham autonomia e nem a possibilidade de escolha. Rita teve que ser criada ora na casa de uma irmã, ora na casa de outra. Afinal mulher solteira e

⁶² O fundamento jurídico é o Código Civil de 1916: “[...] mulheres casadas não podiam, legalmente, adquirir ou possuir propriedade própria”, o que se manteve até 1962.

honesto nessa época necessariamente precisava da tutela de um homem (pai, irmão ou marido), os cunhados faziam, às vezes, de guardião.

Desse modo, a mãe de Nilza, Dona Rita, como era chamada, aprendeu a cozinhar, costurar, bordar, tricotar, mas não a ser letrada. Entretanto, isso não a impediu de ter a natureza ativa, um senso ético apurado e dignidade para não se submeter a maus tratos, infidelidade ou deslealdade. Sonhava, como toda jovem, em se tornar esposa, mãe, ter sua casa, sua família, um lar pra chamar de seu. Viveu em Aracaju na sua infância e juventude, e posteriormente também no Rio de Janeiro, onde chegou a trabalhar. Um dos relatos feitos por ela, dessa época, para seus filhos e netos, dá conta de que o tempo entre uma jornada e outra de trabalho era tão exíguo que para resolver tal ironia costumava dormir vestida, para ganhar algumas horas a mais de descanso.

Mas logo retornou a Aracaju, seguindo com a sua vida, ajudando nos afazeres domésticos na casa de uma das irmãs, Estefânia. Até conhecer aquele com quem iria se casar e constituir família: Sr. Joãozinho. Casaram-se e viveram felizes por um tempo. Mas logo o sonho foi se transformando em pesadelo. O frescor da juventude e a energia do novo projeto de vida foram sendo substituídos e as cores do quadro foram esmaecendo e perdendo o brilho do começo. A responsabilidade com o sustento e a atenção demandada pelos inúmeros filhos roubou seu sono. Mas por mais perturbador que essa realidade pudesse parecer, e parece, Dona Rita tinha traçado planos para aquela família. E os iria cumprir. Assim quando o pai de Nilza resolveu fazer incursões extraconjugais, esta não pensou duas vezes e mandou-o ir embora.

Tais quais as crônicas de Nelson Rodrigues, ao descobrir a infidelidade, considerando seu Joãozinho pessoa malquista, Dona Rita furou os olhos dele em todas as fotografias existentes na sua casa e decretou que, daquele dia em diante, não se falaria mais o nome daquela pessoa. Embora a reação tenha sido válida para acalmar sua dor, não resolvia o problema advindo dessa decisão corajosa. Como uma mulher sozinha daria conta do sustento de seis filhos?

Dona Rita Buscou orientação jurídica, e descobriu que teria direito a uma pensão. Como seu marido era militar, de pronto foi buscar seu direito no comando do quartel onde ele servia. Para sua surpresa e indignação, obteve como resposta do comandante que, para atendimento à sua reivindicação, haveria duas condições:

permitir o convívio de seus filhos com o pai e que este deliberasse sobre a sua educação. A mesma declinou na hora da oferta.

Dona Rita teve que aprender a fazer uso de sua criatividade para obtenção dos recursos necessários ao sustento dos seus seis filhos e, mais ainda, manter sua autoridade e destemor para criar e educá-los dentro dos mais rigorosos padrões ético-morais. Essa família tinha tudo pra dar errado, contudo estava predestinada a vencer.

Dias depois o comandante chamou aquela jovem senhora, destemida, de volta ao quartel e lhe ofereceu trabalho. Perguntou-lhe se sabia manusear uma máquina de costura. Ela com toda honestidade respondeu-lhe que não, mas que iria aprender se disso dependesse a vida de seus filhos. O comandante então lhe atribuiu a reponsabilidade da confecção do fardamento dos soldados do batalhão. Tarefa aceita, missão dada, missão cumprida. Com a colaboração do marido de sua irmã Estefânia, comprou a máquina de costura e aprendeu a costurar. Foi o começo da trajetória de desafios e obstinação que pôs comida na mesa e deu autonomia e independência à vida de Dona Rita.

Essa matriarca pode não ter tido educação formal escolar, mas nasceu com um senso de ordem e controle fora do comum, foi uma estrategista nata, uma sobrevivente contumaz, uma mulher cuja capacidade de se relacionar e cuja inteligência emocional a fizeram superar sua condição de possível quase indigência, para ser formadora de uma *network* fantástica: ela tornou-se amiga da família do governador do estado de Sergipe, do procurador Geral da República e do Interventor Federal, apenas sendo ela.

Assim, Dona Rita, uma mulher analfabeta, pôde formar todos os seus filhos em uma realidade na qual educação era privilégio da elite⁶³. São eles: dois engenheiros, um advogado, duas médicas, além de Nilza, a matemática. Isso tudo sozinha, entre as décadas de 1920 e 1960, tempo que as mulheres ainda lutavam por voto⁶⁴ e voz.

⁶³ Latifundiários, a classe oligárquica majoritária na ascendente república tupiniquim, formavam seu filhos bacharéis e doutores na Europa ou nas poucas e cerradas faculdades do país. A relação de classe era ampliada às questões de gênero. Para ampliar o debate, vale consultar: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, n. 4, Ribeirão Preto, Fevereiro/Julho de 1993, pp. 15-30. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>.

⁶⁴ Relevante destacar que o direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado apenas em 1932, por meio do Decreto 21.076, na Era Vargas, em uma onda sufragista universal.

A educação feminina ocorreu de forma tardia. As poucas mulheres que ousaram infringir as regras e romper as barreiras faziam parte de uma elite que possuía condições econômicas e, por certo, capital social para tramitar nos cursos superiores. (MENEZES, 2019, p. 104)

Arrisco-me aqui a fazer uma análise semelhante à feita por Virginia Woolf, em sua obra *Um teto todo seu* (2014), em que descreve o cenário desencorajador estabelecido pelo patriarcado para as mulheres tornarem-se escritoras de literatura. Expõe a sujeição e indiferença que uma mulher talentosa e capacitada precisa vencer para ser reconhecida como tal. Desse modo: Como poderia uma mulher tornar-se uma matemática respeitada?

No depoimento pessoal da prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos, ela acaba por esclarecer em parte suas escolhas. Combinando as suas necessidades financeiras e a sua aptidão para a matemática, traçou sua trajetória de vida em função das oportunidades, incentivos e apoios concedidos pelos seus professores:

Nasci em Sergipe de uma família pobre e logo cedo percebi ser necessário fazer algo para melhorar nosso nível de vida, economicamente. Aos doze anos, cursando o segundo ano ginasial (...) constatei a grande dificuldade que os meus colegas sentiam na aprendizagem de Matemática. Eu não sentia. Tinha prazer em estudar a disciplina e me realizava vencendo os desafios, tornando-me a primeira aluna do Colégio Estadual de Sergipe, onde fiz o meu curso médio [curso ginasial e curso científico]. Na terceira série ginasial formava equipes para dar aulas particulares, sem ônus para os meus colegas e cobrando pequena quantia para alunos de outras turmas e depois de outros colégios. Quando cursava o primeiro ano científico, o meu professor de Matemática, Dr. Gentil Tavares, meu maior incentivador e orientador, foi convidado para vice-governador do Estado de Sergipe e me deixou lecionando as suas turmas de terceira e quarta série ginasiais. A minha responsabilidade aumentou muito e me esforcei bastante para fazer jus à confiança em mim depositada. Passei a ensinar para concursos, além de continuar ensinando no colégio em que estudava, agora, substituindo também Dr. José Rollemberg Leite e Dr. José Fontes Cardoso. Uma das minhas alunas, ela na terceira série ginasial e eu no segundo ano científico, foi Arlete Cerqueira Lima. Ao terminar o terceiro ano científico o Dr. Gentil Tavares e o professor Joaquim Vieira Sobral, a quem devo muito na minha formação, pela confiança, estímulo, amizade, oportunidades, como diretor do Colégio Estadual de Sergipe, ofereceram-me uma bolsa de estudos para cursar a Universidade em Salvador. Aqui me inscrevi para o vestibular, para o curso de Matemática.⁶⁵

⁶⁵ História oral, narrativa da própria prof.^a Nilza Rocha – Relatos para família, compõem os registros de entrevista obtida para a composição da tese doutoral de André Mattedi Dias (USP).

A caminhada de Nilza, portanto, não foi nada fácil. Mas acrescida da genética favorável ao embate, ela nunca se deteve com os inúmeros obstáculos surgidos à sua frente. Logo cedo percebeu que teria que ser ela mesma a fazer algo para transformar seus sonhos em realidade e pôs mãos à obra. Aos 12 anos, estudando o segundo ano ginásial no tradicional Colégio Estadual Atheneu Sergipense (fundado em 1870), vencendo todas as dificuldades, tornou-se a melhor aluna. Sempre generosa, ao perceber que seus colegas tinham grande dificuldade para aprendizagem da matemática, diferente dela que sentia prazer em estudar a disciplina, resolveu formar equipes para dar aulas particulares, sem ônus para seus colegas e cobrando pequenas quantias para os estudantes das outras turmas e, posteriormente, também de outros colégios. Assim prosseguiu durante todo curso ginásial. Ela era simplesmente excepcional na sua genialidade da didática nata e da lógica intuitiva, além da generosa disposição para fazer seus alunos compreenderem as demonstrações dedutivas e saber ouvir, essa foram algumas das características que se tornaram marca de sua personalidade.

Quando cursava ainda o 1º científico, seu professor de matemática, Dr. Gentil Tavares, ao ser convidado para ser vice-governador do estado de Sergipe, não titubeou em indicar sua brilhante aluna para substituí-lo, lecionando para suas turmas de terceira e quarta série ginásial, indicação está de pronto aceita pelo então diretor do colégio, Professor Joaquim Sobral, que estava em busca de outro professor consagrado para assumir as turmas. Dessa forma, Nilza foi guindada a professora. Conforme comprova depoimento respectivamente da Prof.^a Nilza Rocha Medrado e prof.^a Arlete Cerqueira Lima constante para tese doutoral de André Mattedi Dias: “Uma das minhas alunas, ela na terceira série ginásial e eu no segundo ano científico, foi Arlete Cerqueira Lima”. (DIAS, 2002, p. 138). “No ginásio [...] a coisa mais deslumbrante dessa época foi o estudo da Geometria; aluna de uma professora bastante rigorosa [...] exigia dos pupilos a demonstração de todos os teoremas que integravam o programa. (ibidem, p. 139).

Mas ilude-se quem precipitadamente inferir que a vida dessa moça foi glamorosa e feita só de alegrias. Foram muitos sacrifícios e dificuldades dribladas com muita criatividade e destemor. Os cadernos da escola eram confeccionados com papel do pacote do pão, costurados com barbante. Ela e sua irmã Maria de Lourdes, muitas vezes, tiveram que partilhar o único par de sapatos, porque não havia dinheiro para compra de dois pares. Como faziam isso? Dona Rita

determinava que enfaixassem com gaze o outro pé de forma que uma calçava o pé direito e a outra o esquerdo. E assim iam para a escola, as duas de pés doentes trocados. Ouvi essa história não como um relato de vitimização ou de pobreza, mas sim como um relato de superação e vitória ante as dificuldades e vicissitudes da vida⁶⁶.

Ter uma visão de mundo alargada pode nos tornar alvo de críticas, mas ser uma pessoa diferenciada pode nos tornar referência, alvo de admiração. Assim era a prof.^a Nilza Rocha, querida e admirada, porque não poupou esforços, com rigor e dedicação, para realizar seus sonhos, superando a penúria original que se abateu sobre sua família após a abrupta separação de seus pais, bem como para ajudar àqueles ao seu redor no que estivesse ao seu alcance.

Retomando a trajetória, é importante entender como essa menina veio parar em Salvador. Ao terminar o curso colegial, o diretor do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Professor Joaquim Vieira Sobral, juntamente com o vice-governador Dr. Gentil Tavares, seu antigo professor e seu maior incentivador/orientador, lhe ofereceram uma bolsa de estudos para cursar a Universidade da Bahia, em Salvador. O destino estava dando as asas que essa moça precisava para voar.

Vindo para Salvador, inscreveu-se no vestibular para o curso de Matemática. Acontece que ela foi a única candidata para o referido curso, o que inviabilizava o certame, uma vez que a Universidade teria que manter cinco professores para um só aluno, aluna em realidade, caso fosse aprovada. A congregação da Faculdade de Filosofia não era favorável à realização do concurso nessas condições.

Após muitas reuniões, o impasse foi superado graças à intervenção de Dr. Aristides Gomes, emérito professor da Faculdade de Filosofia. Decidiu-se pela realização do vestibular de maneira excepcional. Nilza iria realizar o processo avaliativo submetendo-se às provas de português e francês com os candidatos ao curso de Línguas Neolatinas; à prova de física com os candidatos ao curso de Física e à de matemática, sozinha. O resultado foi surpreendente, não para ela, pois estava segura de sua competência e aptidões: não só foi aprovada, mas obteve a maior nota em português: 9,5.

⁶⁶ História oral, narrativa da própria prof.^a Nilza Rocha – Relatos para família, compõem os registros de entrevistas obtidas pela professora Márcia Menezes no decorrer de suas pesquisas para desenvolvimento da tese doutoral (NEIM/UFBA).

Aluna única, um privilégio obviamente acompanhado de seu ônus: cobrança cerrada por altos escores. Ela não deixou a desejar. Muito pelo contrário, no quarto ano, quando fazia o curso de Licenciatura recebeu o convite de dois grandes mestres, do Dr. Elísio Lisboa e Dr. Eloiwaldo Chagas, para ser sua assistente na disciplina que ministrava. Com muita coerência, optou pela disciplina “Crítica aos Princípios da Matemática”, ministrada pelo Dr. Eloiwaldo Chagas, por ser aquela com a qual mais se identificava. Com o mesmo mestre já tivera a oportunidade de ter realizado um trabalho sobre “geometrias não euclidianas” que lhe despertou grande interesse.

Concluindo a Licenciatura no final de 1949, com mais um ano de estudos bacharelou-se em Matemática, colando grau em 13 de dezembro de 1950. Logo em seguida, tornou-se professora da Faculdade de Filosofia e posteriormente do Instituto de Matemática, uma de suas fundadoras⁶⁷.

Paralelamente à sua carreira profissional que ia decolando, desenvolvia-se sua vida pessoal. Vivia em Salvador com seus dois irmãos, Maria de Lourdes e Jorge, que respectivamente cursavam medicina e engenharia. Namorou, noivou e em 5 de janeiro de 1957, casou-se com Augusto Medrado Vaz Santos, ótimo partido, bonito, educado, estudante de engenharia, vindo de família tradicional de proprietários de terras e políticos.

⁶⁷ Como professora da UFBA ministrou os seguintes cursos: Fundamentos de Matemática Elementar, Complementos de Geometria, Geometria Superior, Cálculo Numérico, Crítica aos Princípios da Matemática, Cálculo I e II, Introdução à Álgebra Moderna, Didática Especial e Prática de Ensino. (BURGOS, 2006)

Figura 3 – Nilza e Augusto – (1950)



Fonte: Acervo pessoal da prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos

Nutria o sonho desde sempre de ser mãe e agora poderia realizá-lo.

Durante mais de cem anos, a velha forma de matrimônio, baseada na Bíblia, “até que a morte os separe”, tem sido denunciada como uma instituição que mantém a dominação do homem sobre as mulheres, de sua completa submissão a seus caprichos e determinações, e a absoluta dependência de seu nome e manutenção. Sistemáticamente tem sido provado de forma conclusiva que o antigo modelo de relação matrimonial restringe as mulheres a um papel subserviente do homem e mãe de seus filhos. Não obstante, encontraremos muitas mulheres emancipadas, que preferem o casamento, com todas as suas deficiências, às limitações de uma vida de solteira: restrita e insuportável devido às cadeias de moralidade e preconceito social que dificultam e estreitam sua natureza. (GOLDMAN, 2010, p. 88-89)⁶⁸ (Tradução própria)

⁶⁸ Durante más de cien años, la vieja forma de matrimonio, basado en la Biblia, “hasta que la muerte los separe”, ha sido denunciado como una institución que mantiene la soberanía del hombre sobre la mujer, de su completa sumisión a sus caprichos y órdenes, y la absoluta dependencia de su nombre y manutención. Una y otra vez ha sido demostrado de manera concluyente que la antigua relación matrimonial restringe a las mujeres a un papel de sirviente del hombre y portadora de sus hijos. Y, no obstante, todavía encontraremos a muchas mujeres emancipadas quienes prefieren el matrimonio, con todas sus deficiencias, a las limitaciones de una vida de soltera: restringida e insoportable debido a las cadenas de la moral y los prejuicios sociales que pone trabas y ciñe su naturaleza (GOLDMAN, 2010, p. 88-89)

Conciliar vida profissional com casamento e filhos passou a ser o novo desafio. Agora começava a mais difícil e certa batalha para todas as mulheres que desejam constituir família e ser mães. Dividir-se entre as diversas jornadas e manter o ânimo é coisa pra mulher, não pra qualquer um.

A opção da maternidade sem o casamento nos nossos dias ainda é penosa; em tempos pretéritos era impensável. Como sentenciou Emma Goldman (2012, p. 126), “ela e sua prole são condenadas ao ostracismo social”.

Além do Instituto de Matemática e, posteriormente, também na UNIFACS, prof.^a Nilza Rocha lecionou em vários outros estabelecimentos de ensino, sendo referência de qualidade. Não seguiu, entretanto, os estudos posteriores formais (mestrado e doutorado), fazendo uma escolha conciliatória – a sua pós-graduação foi a maternidade, embora até o final mantivesse seu interesse pelo novo no campo da ciência matemática⁶⁹.

Mas o fato de não ter formalmente o título de Mestre não a impediu de orientar inúmeros alunos do Curso de Mestrado em Matemática e Tirocínio Docente. Seu valor era materialmente reconhecido para além das formalidades exigidas atualmente. Tanto assim que foi convidada pela professora Lolita Carneiro de Campos Dantas para Chefe de Departamento de Matemática, quando houve o desdobramento do IMFUBA nos atuais Instituto de Matemática da UFBA e Instituto de Física da UFBA. Declinou do convite para ceder lugar ao professor Omar Catunda, quem até então orientava e dirigia os cursos de Matemática do IMFUBA, porque entendia ser mais justo.

Justa, pouco afeita a vaidades, não gostava de holofotes. Foi Diretora do serviço de Seleção, Orientação e Avaliação Acadêmica da Reitoria da UFBA. Mas ao invés de ver tal cargo como instrumento de visibilidade que o compunha, via-o com a importância da responsabilidade que o acompanhava. Tanto que logo que viu a missão cumprida tratou de disponibilizar o cargo para alguém mais afeito a aparições midiáticas. Voltou-se então à docência, o que a realizava profissionalmente, acumulando apenas com a coordenação da cadeira Cálculo I (UFBA) como atividade de gestão.

⁶⁹ Manteve um grupo de pesquisa, composto pelas mesmas amigas que foram as companheiras do Instituto de Matemática da UFBA, que realizavam encontros semanais para estudar e debater os fenômenos matemáticos em seus distintos ramos.

Além de matemática, mãe, esposa, filha, amiga, ela escreveu alguns livros importantes para o desenvolvimento do ensino da matemática. Como por exemplo, os livros intitulados: “Aritmética”, “Álgebra” e “Geometria”, escritos juntamente com as professoras Martha Dantas e Eliana Nogueira. Assim como a obra: “Módulos em Introdução Programada – Matemática”, a convite da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em coautoria com as professoras Maria Augusta de Araújo Moreno e Maria Auxiliadora Sampaio Araújo. Em 1980, como coordenadora da disciplina Cálculo I, na Universidade Federal da Bahia, encabeçou um trabalho de pesquisa sobre Cálculo Diferencial, visando a elaboração de material didático em formato de apostila para ser aplicado em sala de aula, escrito em conjunto com as professoras Arlete Cerqueira Lima, Adarcy Penna Costa, Vera Lucia Vasconcelos, Marylene Maria Silveira publicado com sucesso e usado com grande aceitação na UFBA e UNIFACS.

Desde o início até depois da conclusão de cada um dos respectivos projetos/livros a prof.^a Nilza Rocha com essas várias mulheres-cientistas citadas desenvolveu e manteve núcleo de pesquisa em temas de interesse conjunto. Deste modo, sempre estiveram juntas, alimentando a alma e a amizade reciprocamente com o que as motivava, a matemática.

Figura 4 – Membros do Grupo de Pesquisa do Instituto de Matemática



⁶⁵Fonte: Acervo pessoal de Maria Helena Lanat. 2005

Encabeçou a formação da equipe de matemática na então Escola de Administração de empresas da Bahia e Escola de Processamento de dados da Bahia (atual UNIFACS), emprestando seus títulos e prestígio para a aprovação e reconhecimento dos cursos de administração de empresas e processamento de dados desta instituição, junto ao MEC. Foi titular da cadeira das várias matemáticas dos cursos desta Faculdade, que por muito tempo foi referência de qualidade diferenciada para sociedade baiana.

Como reconhecimento de excelência, em 1998 a reitoria da UNIFACS decidiu nomear o Prêmio do Melhor Professor do Ano da instituição como “Prêmio Professora Nilza Rocha Medrado Santos”. Não obstante, em homenagem ao seu valioso contributo para a educação superior no estado da Bahia, em 2013, a UNIFACS outorgou-lhe o título de professora emérita (figura 5). Vale destacar que essas homenagens ocorreram em Vida, para alegria de todos e em especial do “grupo de amigas da prof.^a Nilza Rocha”. A sororidade para além da abstração.

Uma homenagem como aquela foi um reconhecimento merecido a Nilza. E o melhor é sempre que aconteça em vida, e isso nem sempre se dá. Afinal a família e os filhos, em geral, não fazem ideia do que um título dessa magnitude representa, e tão pouco entendem a dimensão e impacto tal qual a própria pessoa que o recebe. Um título como este é o reconhecimento de seus pares, da sociedade acadêmica e da Instituição, é o símbolo de uma justa homenagem por sua trajetória de vida profissional. **Desse modo, essa foi uma noite memorável e marcante para todas nós! Cada uma de nós, mulheres – cientista, matemáticas, foi ali representada, em prestígio e valor.** (MC1, 88 anos, depoimento em 27/12/2020) (grifo nosso)

Figura 5 – Entrega do Título de Professora Emérita (UNIFACS) – (2013)



Legenda: Prof.ª. Nilza e o Reitor da UNIFACS, Professor Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Fonte: Acervo pessoal prof.ª Nilza Rocha Medrado Santos (2013)

Figura 6 – Confraternização – Título de Professora Emérita (UNIFACS) – (2013)



Legenda: Ao centro prof.ª Nilza Rocha. A sua esquerda Adarcy Penna Costa, Lula, Verinha Vasconcelos, Sandra Gonzaga, Adelmo Jesus. A sua direita Miriam, Carlos Costa, Renata Becker, Violeta Freire de Carvalho.

Fonte: Acervo pessoal prof.ª Nilza Rocha (2013).

A trajetória de vida de prof.ª Nilza Rocha foi tecida entrelaçando muitas vidas. São histórias de várias mulheres-cientistas, algumas citadas e muitas outras que não constam aqui, mas não menos importantes, que compõem esse coletivo de

“amigas” que souberam superar as dificuldades contando umas com as outras, compartilhando experiências, dividindo saberes, apoiando-se mutuamente. Redescobrir como ser mulher que corre com os lobos é a única maneira de sobrevivermos nesse mundo de barbárie.

Resgatar a mulher selvagem que vive em cada uma de nós adormecida, embernando, é a melhor maneira desde tempos imemoriais de resistir ao sistema patriarcal e ao modelo machista de sociedade. É preciso lançar mão dos nossos saberes ancestrais, da nossa intuição alimentada no âmago da alma de cada uma de nós e que acha terreno fértil para florescer em meio à amizade recíproca. Assim, podemos deixar vir à tona a intuição, reaprendendo com nossa ancestralidade feminina a ser mulher que corre com os lobos, tal qual Nilza aprendeu com Rita e eu com elas.

Porque, neste mundo moderno onde a paz é forjada no processo de dominação do outro e são muitos os “outros” excluídos pelo não reconhecimento, é preciso que sejamos capazes de nos aceitarmos e nos cuidarmos com afeto e acolhimento para nos mantermos sãs.

4. CAPÍTULO 3 – RANÇOS E AVANÇOS DE UMA PAZ FORJADA NO PROCESSO DE DOMINAÇÃO

Lute por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo. A acumulação do capital. 1913.

Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela “justiça”, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna privilégio.

Rosa Luxemburgo, A Revolução Russa. 1921.

Se a história se repete, como afirmam o duo Hegel/Marx, temos a oportunidade de fazer diferente, de corrigir seu curso e buscar compreender os fenômenos que nos cercam. Para tanto, é necessário questionar o etos coletivo que, por intermédio do Estado nacional, sustenta o atual sistema de produção social de mercadorias. Por exemplo, a categoria liberdade, que assume uma orientação econômica para consolidar a propriedade, não condiz com a sua ação que é primordialmente política. Neste contexto, o direito de liberdade, assim como as demais conquistas sociais, é uma tautologia àqueles/as que estão inseridos no processo de produção e consumo, mas vazio para uma parcela incomensurável da sociedade que luta por direitos a ter direitos: os sujeitos da precariedade, consoante Butler (2018), na qual estão inseridas as mulheres⁷⁰.

Na Constituição brasileira, entretanto, tal paradoxo surge como um elemento-chave para garantia dos direitos fundamentais, uma “falsa imediatez”, como enfatizou Adorno ao descrever a impossibilidade em apreender a liberdade sem suplantando o processo de acumulação de capital como um fim em si mesmo. Cenário

⁷⁰ Vale ressaltar que o trabalho abstrato é o cerne do sistema de acumulação vigente, deste modo, com base em três pilares (masculino, branco e ocidental), tudo o mais que não se refere a esses pilares não será reconhecido (forma mercadoria e jurídica). “A isso se vincula uma desvalorização das mulheres, às quais foram delegados todos os momentos da reprodução social apartados do “trabalho”, não reduzidos a ele” (KURZ, 2005, p. 01).

persistente desde a década de 90, muito bem descrito por Kurz (2005) no excerto que se segue:

O colapso de economias nacionais inteiras desde o começo dos anos 90, o estouro das bolhas financeiras na Ásia e as crises financeiras em muitos países deixaram para trás "terra queimada" no aspecto social. Não obstante, a economia simuladora do capital fictício parecia poder florescer ainda nas metrópoles; na Europa continental ainda havia a sensação de segurança devido ao Estado de Bem-Estar; e em toda parte as camadas qualificadas, em especial nos ramos da tecnologia da informação e da high-tech, iludiam-se no lado seguro. A miséria dos "outros" não era mais que um "filme" para a consciência pós-moderna. Mas o estouro da bolha formada pela "new economy" arruinou um grande número de "sabidos" pós-modernos, desvalorizando seu saber. Propagando-se pelas metrópoles, a crise vai devorando o Estado de Bem-Estar europeu com velocidade incrível. A nova classe média decai; de repente há um filme queimado na própria vida real de muitos. Os simuladores de si próprios são confrontados com o fato de o dinheiro não crescer em árvores e de não se poder baixar maná da Internet. (p. 3)

Vivemos, portanto, um momento bem interessante e desafiador. Embates de cunho ideológico ou partidário, discursos homofóbicos e misóginos disseminam-se em meio a uma constante batalha midiática, que tem por objetivo manter a estabilidade em um sistema que dialeticamente se depara com suas contradições. Enquanto políticos corruptos e inescrupulosos insistem em dividir o mundo em direita e esquerda, como estratégia de manipulação, não se vislumbra um caminho nem a oportunidade de transmutar a realidade de caos instalada.

Corrupção, impunidade, hostilidade, misoginia, machismo, censura, falácias, entre outros, estão na gênese da *Terra Brasilis*. A extrema direita tem no machismo uma das bases do seu *modus operandi*⁷¹. Alguns estudiosos entendem que houve estelionato eleitoral nas eleições de 2018 no Brasil, mas outros já começam a perceber que, de fato, não houve estelionato. O atual presidente está atuando como já havia dado mostras do que faria durante toda a sua vida de atuação política. Os imbróglios, as aparições públicas desastrosas e falas constrangedoras são a marca do atual (des)governo, acrescidos da estratégia dos ataques à imprensa, comum em muitos países governados pela extrema direita. Desse modo, o país tem

⁷¹ A História do Brasil justifica a assertiva, e Schwarcz e Satarling ratificam em seu livro: **Brasil uma Biografia** (2015).

presenciado cenas de mau gosto e falta de digna postura nas interlocuções do presidente e seus familiares. E nada disso deveria nos espantar.

Como se não bastassem os inúmeros episódios protagonizados pelo presidente Jair Bolsonaro, na terça-feira, 18 de fevereiro de 2020, empreendeu mais uma fala desrespeitosa contra uma mulher. Dessa vez o alvo foi a jornalista do jornal Folha de S. Paulo, a repórter Patrícia Campos Mello, cujo trabalho é internacionalmente reconhecido e cuja reputação e credibilidade interessaria este agente público macular, uma vez que ela mesma investiga questões com muita proximidade ao presidente.

O cenário que se vislumbra ao olhar mais atentamente a massa é de dominação, cujo alvo é quase sempre eleito em razão de sua utilidade/valor para o “sistema patriarcal e capitalista”. Essa dominação masculina tem seus efeitos alternados por marolas progressivas e criativas de mulheres que desafiam a ordem e rompem o silêncio imposto.

[...] esclarecemos que, ao falar de dominação masculina, não queremos dizer obviamente que o homem se poste ao lado da mulher constantemente de chicote em punho, para fazer valer sua vontade. No sentido aventado aqui, o domínio baseia-se essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade. (SCHOLZ, 1996, p. 17)

O mesmo sistema normativo que deveria garantir os direitos legalmente vigentes das mulheres não opera milagres, não altera a realidade ou concretiza justiça. A normativa valora conduta, mas o agir está a cargo dos indivíduos, e a escolha de como agir está inserido no campo do livre arbítrio, das relações privadas, da família, em que o Estado tem pouca ou nenhuma ingerência como garantidor, mas tem total interferência através de instrumento regularizador político e jurídico. É nesse âmbito que se desenrola a violência contra as mulheres na sua grande maioria. Nesse cenário (res)guardado no âmbito privado e de (in)tolerância na esfera pública,

Se existe um corpo na esfera pública, presume-se que seja masculino e que não esteja apoiado em nada, sendo presumivelmente, livre para criar, mas sem ter sido criado. E o corpo na esfera privada é feminino, envelhecido, estrangeiro ou infantil, e sempre pré-político (BUTLER, 2018, p. 85).

As “mulheres-matemáticas” sabiam disso. A prof.^a Nilza Rocha e suas amigas tiveram que driblar a realidade de violência institucional velada do mundo acadêmico, cujo espaço não acolhia reserva de lugar para mulheres. Mas elas foram paulatinamente invadindo e tomando acento nos postos da cátedra até então titularizados pelos homens das ciências exatas. Tais conquistas se devem a decisões pessoais dessas mulheres e a cooperação e apoio recíproco da congregação das “mulheres-matemáticas” reunidas pelo afeto e amizade, solidarizando-se, estabelecendo o possível equilíbrio entre as esferas pública e privada que cerceava a ilusão emancipatória.

Lembro-me de termos que **conciliar o papel de filha, esposa, mãe e professora**. Não era fácil. Contar com as colegas era muito valioso. Sabe, o Instituto de Matemática, antigamente, ficava em um prédio cercado de árvores e contávamos com pessoal muito prestativo e com **colegas que eram muito mais do que colegas**. De modo que me sentia à vontade para, vez por outra, quando minhas filhas demandavam minha presença e eu tinha que cumprir a carga horária de 40 horas, lançar mão de uma solução “criativa” que era levá-las para o trabalho. Elas se sentiam em casa com o pessoal de lá. Às vezes, aprontavam, mas nada que causasse prejuízo ao serviço, de modo que resultaram em boas lembranças: como uma vez que uma delas tirou cópia da própria mão na máquina xérox, com o consentimento do funcionário que supervisionava o serviço. (MC12, 75 anos, depoimento em 15/06/2020) (grifo nosso)

Lembro-me que resolvi me submeter ao vestibular de matemática por sugestão de um irmão. Eu tinha como **propósito ser independente** e vislumbrei neste curso a possibilidade de concretizar tal desiderato uma vez que poderia assumir como professora universitária. Alcancei meu objetivo e pude contar com amigas inestimáveis ao longo dessa jornada. **Nilza sem dúvida é a principal delas**. Ela sempre foi generosa com todos. Por isso entendo que nossas conquistas foram resultado de esforço pessoal **aliado a apoio mútuo**. **Sem dúvida tudo teria sido mais difícil sem a nossa amizade**. (MC3, 88 anos, depoimento em 15/04/2020). (grifo nosso)

As conquistas e os avanços foram significativos em termos de normativas e políticas públicas, mas não o suficiente. Principalmente porque sempre há o recrudescimento das violências contra as mulheres como reação às conquistas. De modo que não se pode esmorecer.

Na América Latina tivemos exemplos de sucesso, que deixam uma lição:

O avanço se dá de forma transversal, incluindo diferentes feminismos (negro, indígena, LGBTI+, popular, acadêmico e até mesmo liberal) e campos sociopolíticos. E elas nos ensinam ainda que a evolução dos direitos políticos passa por primeiro garantir que mais mulheres – diversas e com consciência política de gênero – cheguem ao poder. O aborto não seria descriminalizado na Argentina se elas não ocupassem 40% do Congresso. O Brasil, por outro lado, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a ONU Mulheres, ocupa a antepenúltima colocação do ranking da participação feminina na política da América Latina. (DELLA COSTA, 2021, p. 1)

Desnudar tal cenário é buscar compreender como é possível promover a ação política (sob o viés de reconhecimento na forma político-jurídica de gênero), sem romper com o moderno sistema produtor de mercadorias. Ou seja, não é possível compactuar com algumas aparentes melhorias, sob o critério de deterioração da rentabilidade abstrata (KURZ, 2020), e aceitar acriticamente o recrudescer da barbárie que caracteriza o Estado democrático de direito. Principalmente para o movimento de luta das mulheres.

Nós, mulheres, compomos cerca de 52% do eleitorado do país (TSE, 2018)⁷², mas estamos minimamente representadas na maioria das casas parlamentares. O que acontece igualmente nos outros poderes do Estado. Mas temos a nosso favor a Constituição de 1988, Leis, Tratados e especificamente a Convenção Internacional de Belém do Pará. Não seria este o momento oportuno para se reivindicar respeito e marcar a efetividade de avanços e conquistas com uma cláusula de não retrocesso?

Em tempos de ditadura, na década de 1960 e 1970, quando ainda não era possível o florescer da primavera feminista, já nesse período nós mulheres buscávamos espaço e tempo para lutar por nossos direitos. Se não fossem as nossas predecessoras, não estaríamos hoje tendo a possibilidade de sermos ouvidas e experimentarmos a quarta onda feminista.

Vivíamos um período conturbado na universidade e na sociedade como um todo. Em plena ditadura, com forte repressão política, censura nos meios de comunicação, **prisão e tortura, sobretudo de professores**, estudantes e jornalistas. Foram os chamados “anos de chumbo”. **Esse contexto exercia forte influência no nosso dia a**

⁷² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 23 fev. 20.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>. Acesso em: 23 fev. 20.

dia no IM. Trabalhávamos sob tensão e inseguros, temerosos de cometer qualquer “deslize” que pudesse acarretar punição. Não faltavam exemplos de prisões e torturas de colegas e de estudantes. (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020). (grifo nosso).

As mulheres que vieram antes de nós prepararam o nosso terreno. É preciso entender a importância dessas mulheres que nos antecederam, elas lutaram e morreram, muitas no anonimato, para que pudéssemos ter espaço, tempo e voz. Parafraçando Virginia Woolf (2014, p. 158), eu diria: Ela está viva em você e em mim, e em muitas outras mulheres [...] ela está viva, pois as grandes mulheres nunca morrem, são presenças duradouras, precisam apenas de uma oportunidade para andar entre nós em carne e osso. Elas são cada uma de nós renascidas.

Mas o pretérito mais que presente do Estado de Exceção insiste em sistematicamente nos visitar, é um fenômeno que vai além das nossas fronteiras, é uma anomalia naturalizada em muitos países, e sua marca é uma violência silenciada pela prática contínua de uma combinação de violência e impunidade. O medo sempre nos ronda e, por vezes, nos paralisa, mas o futuro só depende de nós e da nossa disposição para exercitar nossa liberdade, afastando os grilhões.

Não havia na época discussões sobre gênero em geral, mas era claro o domínio da mentalidade machista e preconceituosa. [...] Não obstante, o departamento de matemática vivia um clima de **relativa harmonia** entre seus componentes no que tange ao aspecto profissional. Certamente existiam algumas diferenças políticas, ideológicas ou de outra natureza, mas ao contrário de outras unidades da UFBA os problemas eram contornados internamente. (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020). (grifo nosso).

A percepção da falta de discussões sobre um cenário de violência existente era claro sinal de outra violência velada e silenciada, a institucional.

[...] a harmonia que reinava no IM era motivada em parte, penso eu, pelo temor do momento político. As pautas das reuniões departamentais eram preparadas de modo a não provocar discussões com viés político ou ideológico. O IM era conhecido pela sua natureza neutra em relação à política. (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020).

Seguramente sabemos o que fazer e sabemos porque trazemos no nosso DNA as marcas dessas violências de longa data. A solidariedade e sororidade têm sido os instrumentos hábeis para superarmos esse cenário. Precisamos usá-las mais. Mas para isso acontecer é preciso que tenhamos consciência da força desse unguento.

Seu exemplo e ensinamentos me ajudaram muito na Valorização da Mulher que Sou, libertando-me do “olhar externo” que julga e aprisiona (crenças, preconceitos...). Duas Mulheres, Nilza e sua irmã Maria de Lourdes, Guerreiras e Belas, que trazem em si as energias das Deusas Atena e Afrodite, na Vanguarda da Mulher Atuante, que desempenha a Sua Missão, desbravando Caminhos, mas mantendo, sempre, a Doçura, a Graça e a Beleza do Feminino - excelentes Representantes da Mulher Brasileira (a minha reverência e aplausos)! Preciso ressaltar que todas estas qualidades parecem pertencer às integrantes dessa família! Ela foi uma Mestra como professora de Matemática, mas principalmente uma Regente da sua Orquestra, incluindo Parceiro, filhos, netos, toda a família, amigos, colaboradores, em uma Sinfonia inigualável. Sempre presenteando amorosamente com o que tinha de melhor! Honrando, com muito orgulho, leveza e lealdade, o sobrenome “Rocha”! (MC9, 61 anos, depoimento em 01/03/2020).

O que me faltava até então era a coragem de assumir posições mais arrojadas, como ser independente, não depender de um homem, possuir uma vida profissional. Numa analogia com o Mágico de Oz, lembrem-se do Leão que desejava possuir Coragem? Isso me faltava e **foi graças a uma sala de aula de Matemática que descobri que também possuía a força para ir mais longe e começar a realizar os sonhos esquecidos** da mocinha de 16 anos!! (MC2, 77 anos, depoimento em 11/02/2020) (grifo nosso)

Prof.^a Nilza Rocha sabia bem como fazer dessa prática de sororidade uma constante em sua vida. Para além de divergências políticas e ideológicas, ela prezava a cooperação, aliança e amizade. Como é possível inferir:

Nilza tinha a grande qualidade de saber conviver com o contrário e respeitar as posições das pessoas, evitando situações desagradáveis. Lembro-me bem que, durante a ditadura militar, em uma das minhas viagens, encontrei-me com ela e alguns de seus familiares no então Aeroporto do Galeão. Dentre esses familiares um seu irmão que era militar. Conhecendo-me bem e sabendo o quanto andava irritada com os militares, o que sempre demonstrava, mas ela respeitava, assim me apresentou a esse seu irmão: “apresento-lhe o meu irmão militar”. Com isso, tinha a certeza da minha discrição. (MC4. 88 anos, Depoimento via e-mail, 02/08/2020)

O período histórico em destaque foi muito duro pra todos em geral, especialmente na América Latina e em território ibérico (Portugal e Espanha). Entretanto, o que a história atesta é que nos momentos de forte opressão, creiam, é sempre pior para as mulheres. Por isso nossa união é alvo de tão forte oposição da sociedade.

4.1 SORORIDADE OU (MAIS) BARBÁRIE: A EMANCIPAÇÃO É RELATIVA

Todas as dores podem ser suportadas se você as puser numa história ou contar uma história sobre elas. “A história revela o sentido daquilo que do contrário, permaneceria como uma sequência intolerável de puros acontecimentos.”

Hannah Arendt. Homens em tempos Sombrios. 2010

Toda grande conquista tem um alto preço. Mal sabia eu, o que me esperava. No dia da entrevista para seleção do mestrado, experimentando um misto de expectativa, apreensão e alegria, fui cumprimentada pela banca composta de professoras-doutoras, mulheres de meia idade, que logo trataram de me alertar acerca do preço que comumente as mulheres pagam para seguirem carreira acadêmica de pesquisadoras. E uma delas, disparou: Você está disposta a abdicar de lazer, vida pessoal e arriscar pagar com o possível desfazimento do seu casamento?

À época achei curioso e recebi com certo assombro aqueles alertas de perigo. Respondi prontamente que não havia risco. Pois minha família me apoiava incondicionalmente. Inclusive, eu tinha a vivência pessoal de minha mãe, prof.^a Nilza Rocha, como baliza a me guiar e seu total incentivo. Quanto ao meu marido, na ocasião, ele se sentia vaidoso dessa conquista de “sua mulher”.

A banca estava composta por mulheres que a exemplo da Prof.^a Mary Castro, eu olhava com admiração e reverência. Elas talvez não entendessem, mas eu, na minha apetência pelo saber, não iria me deixar esmorecer por nenhum daqueles alertas. Eu também desconhecia quão real eram aqueles perigos que me foram

apresentados. Todos, perigos paradoxalmente assustadores e aparentemente surreais, até quando os experienciei. Mas embora vivê-los tenha me causado medo, tristeza e dor, valeu ainda assim pelo resultado.

A prof.^a Nilza Rocha, minha mãe, me disse que eu não precisaria escolher, que era perfeitamente possível conciliar. Não foi, embora pudesse ter sido. Mas eu não me arrependo. Foi-se o que não tinha valor ou substrato e conquistei o mundo do saber. Parafraseando Vinícius de Moraes, no samba da benção: A vida é mesmo a arte do encontro, embora haja tanto desencontro na vida. Eu precisei me perder de mim mesma para me encontrar comigo mesma, a partir da minha ancestralidade, e seguir a cada dia reinventando-me.

Definitivamente nós mulheres somos seres místicos comprometidos com o suplantar desta angústia, que é o esclarecimento humano – sob os auspícios do atual “campo” histórico⁷³. Trazemos conosco todo instrumental para cumprir nossa jornada dessa aventura humana. No entanto, parece-me que temos ao longo dos tempos nos perdidos de nós mesmas, dessa essência que seria o arcabouço para viabilizar o transcurso da jornada. Adoecemos pela perda de contato com o nosso eixo central, falta de referência da ancestralidade feminina, abandono do nosso primeiro amor, o de mãe e a dor de não saber lidar com tudo isso. É preciso construir uma ponte para que de fato consigamos nos reconectar à nossa essência feminina, ao amor primordial, que nos cura e nos salva.

Por vários lados, as feministas passavam a feminizar-se valorizando a linguagem feminina, os atributos e os temas femininos, o que significava mais do que um simples retorno aos seus valores próprios, um alargamento do campo conceitual, através do qual teciam suas críticas à sociedade patriarcal capitalista, revelando suas armadilhas e limitações. Mais do que nunca, passaram a pensar em si mesmas sob uma ótica própria, dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusado, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminista em contato com o mundo masculino. Tratava-se então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu ainda por forçar um alargamento e uma democratização desse mesmo espaço. (RAGO, 2003, p. 06)

⁷³ Presente está o cerne da dialética do esclarecimento em Adorno/Horkheimer. O que leva ao questionar da razão iluminista como legítima representação da emancipação humana.

Em tempos pretéritos, rezam as lendas, que meninas eram preparadas num processo de transição para transformarem-se em mulheres, mulheres selvagens, aquelas que intuem e são capazes de prover a estrutura de vida, com as vicissitudes nos seus variados matizes e estações. Esses rituais de passagem perderam-se. Abruptamente somos lançadas entre os dois mundos de Perséfone, entre verões de alegria e leveza para invernos do profundo mundo abissal, sem que saibamos como lidar com tais oscilações. Nos tempos modernos, somos preparadas a lidar com máquinas e a elas nos assemelharmos. Mas somos seres altamente complexos para além da tecnologia e do visível.

Farei uso de um conto russo da Vasalisa como alegoria, auxiliando na compressão da passagem de menina para mulher, no mapeamento da psique feminina e da experiência de sororidade primeira, que é aquela que se dá entre mãe e filha.

Sendo os contos de fadas **figuras poliédricas** são capazes de suscitar diversos olhares e muitas formas de apreensão. Assim, a interpretação destes seguirá sempre uma via de mão dupla, sendo passíveis de inúmeras posturas interpretativas, sejam elas filosóficas, sociais e antropológicas ou psicanalíticas. (CAVALCANTI, 2002, p. 261)

A história de Vasalisa é cheia de simbologia, rica em significado, o que nos possibilita caminhar por um terreno da fantasia, do “não-dito”, do para além do real, que desnuda o que não poderia ser expresso objetivamente, mas representado nos personagens “desvela” as várias faces das figuras poliédricas dos contos de fada, da verdade de cada um.

O campo da arte, por conseguinte o da literatura é o da intersubjetividade e a obra deverá ser sempre o lugar da emergência de vários sujeitos, garantia do “mais-além” que ultrapassa o devaneio do autor para ser desvelação do “não-dito” de cada leitor, pois ‘O que estrutura essa relação intersubjetiva é tudo o que se tece em torno do que é visto, e que remete ao essencial: o que não está ali’. (CAVALCANTI, op. cit., p. 262)

A redenção e o unguento ganham força curativa no amor, são constituídos de puro afeto. A mágica da cura se perfaz através dessa misteriosa e tortuosa disposição para partilhar bênçãos diretamente de coração para coração, de alma

para alma. Somos seres gregários. A interação com o outro é um espelhamento que enche de significado nossas vidas. Faz-nos perceber quem somos e o que queremos ser.

Encontrar significado e dar sentido à existência, talvez seja o maior desafio que temos de enfrentar enquanto sujeitos do desejo, enquanto meninos e meninas, homens e mulheres. Todos os dias, buscamos ressignificar a vida para que nela o mundo seja preenchido de sentido. (Ibidem, 2002, p. 263)

O conto russo de Vasalisa é uma alegoria poderosa, que fala da transmissão de saberes ancestrais que possibilitam redenção e unguento simbolizados nas bênçãos, transmitidas de mãe para filha, representadas por uma bonequinha presenteada pela mãe no momento da morte para sua filha e que será instrumento de proteção e guiança.

[...] um dia a mãe ficou muito doente. Deitada em sua cama, à beira da morte, a mãe chamou Vasalisa e lhe deu uma bonequinha bem pequenina.

- Fique com esta boneca e cuide bem dela – disse a mãe de Vasalisa – não conte a ninguém que tem a boneca. Se algum dia você estiver perdida, ou se precisar de ajuda, dê de comer à boneca e ouça o que ela diz. Ela vai ajudá-la durante toda a sua vida. – Então a mãe de Vasalisa tocou a cabeça da garotinha, deu-lhe uma benção e morreu. (FITZPATRICK, 1998, p. 38)

Para que a menina resgate a vida feliz terá de ser capaz de enfrentar os perigos da existência, conquistando maturidade para superar os conflitos impostos pela vida, pois somente se sabe viver quando se é forte para compreender a morte, o fim que existe em tudo. (CAVALCANTI, 2002, p. 52)

Vasalisa é convidada a experimentar os desafios, tristezas, medos e dores da vida adulta após a “separação” ou “perda” da mãe, mas existe a boneca para ela presenteada, que é um tesouro-sabedoria herdado, o unguento que a ajudará nos momentos difíceis. Assim, “Enquanto Vasalisa seguir as instruções de sua mãe – enquanto ela cuidar da boneca e ouvir seus conselhos –, ela terá quem a conforte e a ajude sempre que precisar. A boneca é uma dádiva espiritual”. (FITZPATRICK, 1998, p. 44)

O texto literário tem o condão de transformar, através da simbologia, dores e perdas, traduzindo-os em aprendizado. Porque a dor na vida real descolore e desmotiva e a depender da intensidade resulta em uma total falta de significado para seguir com a vida. A violência física causa dor e mata, mas a violência psicológica causa dores que deixam uma cicatriz tão fortemente impressa na alma, que parece esvaziar a vida de um sentido qualquer. A dor, portanto,

(...) em si mesma não tem nenhum sentido. Em si a dor não tem nenhum valor nem significado. Ela está ali, feita de carne e ou pedra, e, no entanto, para acalmá-la, temos que destacá-la do real, transformando-a em símbolo. Atribuir um valor simbólico a uma dor que é em si puro real, emoção brutal, hostil e estranha, é enfim o único gesto terapêutico que a torna suportável (...). (NASIO, 1997, p. 17)

Se o sofrimento nos conduz ao inferno da dor, ele também nos faz sentir com maior capacidade para buscar saídas. Nele encontramos a ambivalência entre o negativo e o positivo. (CAVALCANTI, 2002, p. 57)

“(...) **a dor**, no coração do nosso ser, é um sinal, incontestável da passagem de uma prova. Quando uma dor aparece, podemos acreditar, estamos atravessando um limiar, passamos por uma prova decisiva. Que prova? A prova de uma separação, da singular separação de um objeto que nos deixa súbita e definitivamente, nos transtorna e **nos obriga a reconstituir-nos**. (NASIO, 1997, p. 18) (grifo nosso)

A violência imposta às mulheres vai além da física, gera dor decorrente da violência psicológica que desestrutura a psique da mulher alvo, objeto da violência. Chão, abrigo e caminho estão ausentes nesta dicotomia tempo/espço. Simplesmente desconhecem a si mesmas. Mulheres, sem perspectiva ou rumo, convivem com a angústia e o desespero até então nunca sentidos, uma dor dilacerante que neste “campo” histórico não cicatriza.

Do ponto de vista humano, buscar auxílio jurídico é uma alternativa. Contudo, inviável/irracional se as estruturas patriarcais – vigentes no Estado e suas instituições – não forem modificadas. Como uma mulher que tem sua psique em frangalho poderia enfrentar o acréscimo de uma violência institucional travestida de paternalismo de políticas públicas? Como suportar as críticas, chacotas e julgamentos impregnados de masculinidade tóxica?

Muito embora defensoras públicas, juízas e promotoras não meçam esforços para implementar ações garantidoras de uma tutela jurídica digna às mulheres, tal desiderato está longe de se cumprir.

O grande problema até então enfrentado pelas estudiosas da área jurídica quanto ao tema violência psicológica contra mulheres se restringe a dificuldade de prova do dano psíquico. Mas não veem que mesmo que usem de artifícios complexos se apropriando do instrumento legal do laudo pericial como se o dano psíquico fosse crime de lesão corporal⁷⁴, enfrentando todo tipo de resistência por parte dos julgadores, ainda assim este está longe de ser o grande desafio ou de ser a solução.

[...] a lesão à saúde psíquica se insere na definição do crime de lesão corporal, previsto no artigo 129 do Código Penal, e que por deixar vestígios obriga a realização de exame pericial, poder-se-á analisar a perícia psicológica como instrumento de provas da materialidade do crime de lesão corporal com dano psíquico. (RAMOS, 2017, p. 119)

Afinal satisfeitos os requisitos para que se admita ação, estará aí começando a lide no tribunal e distante estará à solução para aquela, que já há muito é objeto de múltiplas violências. Como ter força pra provar que foi ferida de morte na alma, quando não acha força para estar viva?

Pois hoje sabemos que o **matar está longe de ser o pior que o homem pode infligir ao homem** e que, por outro lado, a morte não é de forma alguma aquilo que **o homem** mais teme. A morte não é “a quintessência de todo o aterrorizante”, e infelizmente podem existir penas muito mais severas que a pena de morte. A frase “Se não houvesse morte, não haveria medo na terra” pode ser alterada, para dar lugar **à dor insuportável, ao lado da morte**. Além disso, **não fosse a morte, tal dor seria ainda mais insuportável para o homem**. O horror das punições eternas do inferno consiste exatamente nisso, e não teriam sido inventadas se não correspondessem a uma ameaça maior que a morte eterna. À luz de nossas experiências, pode ter chegado o momento para **se investigar a dignidade filosófica da experiência da dor**, que a filosofia atual encara com o mesmo desdém secreto com que a filosofia acadêmica de trinta ou quarenta anos atrás encarou a experiência da morte. (ARENDR, 2010, p. 138). (grifo nosso)

⁷⁴ Para maior esclarecimento consultar “Dano Psíquico como crime de Lesão” (2017).

A barbárie sempre ronda cada uma de nós pela simples possibilidade de sermos a próxima a estar em posição de objeto de tal violência. Compreender tal fenômeno não é fácil, mas é necessário. A cegueira da sociedade impede que nos coloquemos no lugar da Outra⁷⁵.

Enxergamos a realidade a partir das nossas próprias vivências. De modo que, se torna improvável compreender o que realmente sentem essas mulheres, sem que se tenha sentido na alma os abusos. Só quem já viveu essa dor sabe.

A dor vivenciada por essas mulheres é tão intensa que a morte chega a ser desejada como solução. Pode parecer absurda tal afirmação, mas é real⁷⁶. Porque a dor do desamor é tão grande que ninguém sabe como deter. E o “descaso” institucional gera um agravamento do sentimento de desamparo e impossibilidade das mulheres exercerem o direito à vida. Em outras palavras, a eliminação de alguém para ser o responsável pela violência recorrente.

Essa realidade pode parecer incompreensível para aquelas que nunca viveram uma relação abusiva e nunca sofreram o horror e impacto desse fenômeno nas suas vidas. É como um câncer que silenciosamente corrói sua autoestima, sua autonomia e promove um isolamento abissal, de modo que um dia nos damos conta que nada restou. Aí é flagrada sem nada pra sentir, nada restou, nem mesmo o seu amor próprio. Só há medo, tristeza e solidão. A ferida da violência psicológica permanece como uma chaga aberta, invisível e intratável, que a cada pequeno sinal de repetição das violências se inflama feito chama incandescente que consome o próprio ser.

Defendo, não obstante, que a experiência herdada e compartilhada através da sororidade pode ser curativa. E valho-me agora da alegoria do conto de Vasalisa para atestar sua veracidade. A sororidade é poder e fonte de força de superação. De

⁷⁵ Estou a seguir as proposições da ética do cuidar em Levinas. O mesmo, apesar de singelo de minha parte, percurso teórico/histórico que Judith Butler abarca em “Vida Precária” (2011).

⁷⁶ Dor emocional pode efetivamente gerar consequências graves. “Esse sofrimento que pode surgir após uma situação de intenso estresse emocional tem um nome e pode ser grave o suficiente para levar o paciente ao óbito. Trata-se da **síndrome do coração partido**, um problema cardíaco causado por uma emoção negativa muito forte, como o término de um casamento, a descoberta de uma traição, [...]. Apesar de rara, a síndrome ocorre com muito mais frequência em **mulheres**. A síndrome do coração partido também é conhecida como Síndrome de Takotsubo ou, ainda, cardiomiopatia induzida por estresse [...]”. Alguns gatilhos conhecidos da cardiomiopatia de Takotsubo são: notícias de uma morte inesperada de um ente querido; **violência doméstica**; divórcio; entre outras situações de grande estresse. Para maior esclarecimento acessar Portal Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Publicado em 28 janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.conass.org.br/sindrome-do-coracao-partido-quando-a-dor-emocional-causa-sintomas-semelhantes-aos-do-infarto/>.

modo que, as mulheres são combatidas quando o exercitam, porque quando unidas elas são mais sábias e mais plenas.

Parece-me que somente será possível superar a barbárie (re)significando o *gossip* como o elemento constituinte da sororidade e, deste modo, suplantar a cruenta situação do domínio masculino que compõe a moldura do atual “campo” histórico. Sob os auspícios da Vasalisa...

Dona Nilza era de uma generosidade ímpar, ter sua amizade era sinônimo de amparo. Ela dizia as coisas, em um olhar, tamanha era sua força. Seu gesto era sempre pleno de significado. Lembro-me que certa ocasião em meio aos tumultos da minha separação entre choro, tristeza, decepção e dor, ela me deu seu braço e disse: Vamos minha filha, vamos seguir em frente. E eu entendi para além das palavras, que podia contar com ela, com seu apoio incondicional. (MC7, 69 anos, depoimento em 26/10/2020).

Estou certa de que a força aglutinadora das mulheres vivenciada na cooperação amizade e sororidade possibilita a cura de relações abusivas e encoraja o enfrentamento e rompimento do ciclo de violência. É através do exemplo que isso acontece. Compreenderemos esta lição na medida em que formos capazes de ter consciência da violência como um elemento constitutivo do atual “campo” histórico. Não podemos compactuar com o silêncio sobre a violência. Devemos expor as barbáries que se propagam nesta sociedade com base na mercantilização da vida.

Por exemplo, no capítulo 2, seção 3.2, dissertei sobre a vida de Dona Rita, mãe da prof.^a Nilza Rocha, mas nada falei sobre sua sogra. Entendo que a ancestralidade feminina da prof.^a Nilza Rocha, carece de ser completada. Pois bem, farei isto agora discorrendo sobre Dona Auta, sua sogra.

O papel da sogra em nossa sociedade é muito importante, tanto que o valor afetivo da sogra corresponde ao de uma mãe, por afinidade, portanto, com vínculo permanente. O valor é tamanho que se teve necessidade de positivá-lo no Código Civil de 2002, em seu art. 1595. De modo que, me ocuparei a partir daqui a totalizar as referências ancestrais femininas da prof.^a Nilza Rocha.

Auta Rosa de Moura Medrado nasceu em 08 de setembro de 1889. Viveu uma vida comum de uma mulher da elite, em uma sociedade machista e hipócrita, tendo que se submeter às limitações e imposições próprias da época e conviver com o dilema da infidelidade naturalizado pela sociedade, de modo silencioso.

Figura 7 – Auta Rosa (1955)

Fonte: Acervo de José Medrado

Mulher altiva, herdeira de terras⁷⁷, poderia ter feito ou sido o que quisesse se tivesse tido a “sorte” de ter nascido homem. Porque como mulher você é vista sempre como inadequada: jovem demais, velha demais, bonita demais, muito brava, muito calma, parece que tudo sobra e então só falta mesmo é ser homem. Uma vez que, como mulher lhe falta o direito, o direito a ter direitos.

Auta, como era mulher, teve seu destino decidido pelos outros – primeiro seu pai e, posteriormente, por seu marido. Assim o que lhe coube foi subjugar-se a um casamento arranjado, que lhe pareceu a princípio bom negócio.

Se ela fosse uma moça independente (financeira e emocionalmente), ainda assim a época não teria como tocar a fazenda sem se casar. Não seria aceitável, então os pais pactuaram esse casamento. O acordo feito entre as famílias foi equilibrado. Garantia o casamento do jovem Misael Vaz Santos, dez anos mais jovem, com Auta, uma mulher talvez madura para os padrões casadouros da época,

⁷⁷ Direito este que sob “orientação” do Código Civil brasileiro de 1916 somente poderia ser exercido com a autorização do marido. A mudança relativa a Situação Jurídica de “Mulher Casada” e seus respectivos direitos mudam a partir de 1962, com a Lei nº 4.121 de 27/08/1962.

mas com a vantagem de ter posses. Casaram em 31 de julho de 1920 (ele tinha 21 anos, ela 31 anos).

Tudo transcorreu muito bem como era de se esperar. Durante cerca de 30 anos eles formaram um casal dos mais felizes. Ela era uma mulher forte, determinada, agregadora e apaixonada, fazia de tudo para manter a família unida. O casal e seus dez filhos viviam entre a casa na cidade e a fazenda. Ela era a dona, a senhora, ditava as regras desse lar, tinha uma legião de empregados e sua vontade era respeitada por todos, em seus domínios.

Volto no tempo e a vejo andando pelos corredores da Estiva ou a bater a manteiga, ou ainda fazendo bolinho de comida que enfeitava o prato pra ficar mais divertido comer. [...] lá ela era feliz. Reinava, comandando tudo na casa da fazenda, com sua penca de chaves sempre pendurada na cintura. (Relatos dos netos – conversas em família, 28/09/2020)

Figura 1 – Dona Auta e família.



Fonte: Acervo José Medrado

A família era tão importante que ela “fechava os olhos” para as incursões extraconjugais de Misael. O conto de fadas, na realidade de Dona Auta Rosa, era outro. De forma muito própria desenvolveu um modo de existir e resistir às violências contumazes, ignorando o entorno.

Foi “feliz” assim, sob as brumas da fazenda. Lá ela se sentia a dona da casa, iludia-se com a atenção recebida que a cativava, acreditando ter o coração do seu amor, seu marido e realizava-se sendo senhora de seu lar. Entre a crua realidade e o encantamento da ilusão, o segundo era mais do que um artifício.

“Sem dúvida nossa vida seria pior sem o nosso espantoso talento para a ilusão” (WOOLF, 2003, p. 105).

Quando ela estava na Estiva, se transformava. Era a dona do pedaço. Ficava mais feliz, mais risonha. Sempre ia na frente pra arrumar a casa. Quando todos chagavam a casa estava impecável. Lembro que ela colocava a toalha de banho de cada um na cabeceira da cama. Tinha um séquito de empregadas, que cuidavam de tudo e ela as comandava. Trancava todos os armários e vivia com a penca das chaves presa na cintura.

Ela gostava de fartura. Muita comida.

Naquela época nem tinha luz na Estiva. Não sei como se virava. Mas não faltava nada. Adorava fazer os doces. De leite, de banana, de caju, que as ajudantes ficavam mexendo nos tachos de cobre. Eu amava os doces. Fazia coalhada nos potes enormes, que a criançada comia a toda hora.

Fazia manteiga e até queijo numa batedeira manual, onde colocava a nata do leite e ficava girando uma manivela.

Não gostava de cortar o cabelo. Enorme, ficava sempre preso. Ela usava as “peinetas”, presilhas pente feitas com casco de tartaruga, como complemento de um coque.

Usava o tempo todo meias finas até o joelho e estava sempre bem vestida e cheirosa. Lembro-me do cheiro do sabonete dela. Não sei a marca, mas era sempre o mesmo. Ganhava muitos de presente. Gostava também de talco e pó de arroz. Dentro de casa, estava sempre arrumada. Era mesmo uma lady.

Era, aparentemente, tranquila. Falava baixo, mas firme. Não gostava de briga, nem de gritaria. Tenho a impressão que **tia Nilza** era assim também. Daí a identificação, **era a nora preferida**. (Relatos dos netos - conversas em família, 28/09/2020) (grifo nosso)

Mas esse amor enorme deixou de ter correspondência, desencontrou-se de seu destinatário e foi ficando solitário, danoso e voraz. Esse amor devorou-a vagarosamente, adoeceu-a e matou-a silenciosamente.

Sem dúvida ela sofreu no último ano de vida uma violência psicológica imensa. Primeiro porque o marido tinha muitos relacionamentos fortuitos que geraram muitos filhos fora do casamento. Fazia parte da cultura da época dos Coronéis. Diziam que ele era conhecido como o homem da capa preta. Andava com essa capa no lombo do cavalo e onde encontrasse alguém interessante, era só abrir a capa no chão e deitar-se. A quantidade de tios que temos por aí é enorme.

Mas acho que até aí, minha vó aceitava essa situação e continuava vivendo com ele. É o conceito do homem à época. A permissividade com relação aos "deslizes", mas a cobrança excessiva da virgindade e "honestidade" das mulheres. A coisa pegou quando ele se apaixonou. Quando ele montou uma casa pra afilhada dela em ST aí a situação ficou insustentável. Imagino que ela tenha se sentido envergonhada, ultrajada, magoada demais. Tanto que saiu da cidade às pressas.

Ela era, também, muito forte. Ela abandonou a Casa Grande de Santa Teresinha depois que soube do caso do avô Misael. Foi uma afronta. Anos depois a acompanhei quando resolveu visitar a casa. Havia até escova de dente com pasta, alguns tapetes enrolados e colocados em cima dos guarda-roupas se desfaziam ao puxá-los. As roupas de cama e vestuário, metade comidos pelas traças. Pratos, panelas e outros utensílios domésticos, envoltos em teias de aranha. Alguns colchões apodrecidos por goteiras ou comidos por ratos. O piano, metade comido pelos cupins. Um ambiente desolador. Ela, altiva, **não derramou uma lágrima**. Pegou algumas coisas e fomos embora, **sem que ela demonstrasse o menor sentimento. Era o sangue, o orgulho, a altivez dos Medrados**. Nunca me esqueço. Tenho o coração mole, mas quando preciso demonstrar firmeza, lembro-me do exemplo da minha avó Auta. Ao mesmo tempo tinha um coração generoso. Todos nós devemos ter orgulho dela. (Relatos dos netos - conversas em família, 28/09/2020) (grifo nosso).

Provavelmente ela foi surpreendida com o duro e duplo golpe de deslealdade. Estava acostumada com a violência sutil das incursões extraconjugais, naturalizadas como conduta própria de homens. Isso fazia parte de um núcleo de costumes, considerado aceitável das relações matrimoniais. Eram as prerrogativas do marido e que em nada afetava a honra da esposa. Afinal essas incursões eram discretas, embora notórias, e com mulheres que não ofereciam qualquer risco, pois jamais poderiam ocupar a posição de esposa, não serviam pra casar, eram desclassificadas e tais relações em regra não envolviam sentimento, eram meramente carnais. As moçoilas casaduras deviam ser compressivas e aprender desde cedo a fazer vista grossa.

Um dia a infidelidade invadiu sua casa. Entrou porta adentro. Mas o que fazer? Negou, fugiu, deprimiu. Somatizou as emoções em severos processos

alérgicos. Mas não havia como escapar da dor na alma, e ela emergia após, tal qual vulcão em erupção e sua larva incandescente, correspondia a cada negação a que continuamente se submetia. Mas esse processo não foi suficiente para fazer frente ao silenciamento. Sua dor e seu pranto buscaram outros caminhos e fendas para serem escoados, novamente tornaram-se físicos, materializaram-se em câncer de intestino.

Ela nunca se separou daquele que foi seu único e grande amor. Fez a opção de sucumbir aos costumes e preservar a aparência até a morte. Ou talvez tenha acreditado não suportar a sua ausência permanente. Então, ficou com as migalhas e lampejos do que seria miragem de presença nas aparições convenientes. Tê-lo assim era melhor que a certeza de perdê-lo. Sua vida foi se desenvolvendo em torno dele e dos filhos; da política e dos eventos sociais. Ela sozinha não era nada, foi o que incutiram e a fizeram acreditar. De modo que, aceitar sua partida definitiva representaria a perda de seu mundo, dela mesma. Então não havia alternativa. Era encarar sua infelicidade com altivez. Como que autorizasse esse modo de viverem.

Você sabe que ela quando “separou” veio morar na nossa casa. Por isso a nossa convivência era total. Meu pai a adorava e se davam muito bem.

Ela sofria muito com a separação e a traição. (Não sei se você sabe que a mulher com quem nosso avô se relacionava paralelamente era afilhada dela e convivia em casa antes da traição) Mas **mantinha a figura de esposa** em todos os eventos familiares, casamentos, formaturas etc. **Entrava de braço dado com ele. Nessas ocasiões ela estressava tanto que empolava o corpo todo.** Tinha crises de dermatite alérgica. Meu pai tratava com antialérgicos.

Ela sentia muita falta da casa de Santa Terezinha, que ela fechou com tudo dentro e veio embora pra Salvador. Nunca mais entrou lá. **Dizia que quando ele morresse, ela voltaria. Mas morreu antes dele.**

A Estiva era onde ela ficava mais feliz, onde conseguia reunir os filhos e netos.

Quando estávamos lá, **ele ia todos os dias. Passava o dia, mas não dormia.** Dava muita assistência aos netos, do jeito meio fechado dele. Providenciava os cavalos para os passeios. Deixava os empregados sempre às nossas ordens para o que precisássemos.

Providenciava comida, mandava matar boi, carneiro, porco, aquela comilança toda.

Ela cuidava dele através das filhas. Ficava o tempo todo mandando as filhas verem o que ele queria como ele estava. Impressionante, né? Não era de fazer muito carinho, ou de ser melosa, era mais de atitude. Era uma pessoa meio amargurada. Dura. Não era chegada a beijos e abraços. Fazia tudo pelos filhos,

mas não tinha aquela doçura. (Relatos dos netos – conversas em família, 28/09/2020) (grifo nosso)

Como julgar uma mulher por não ser capaz de se livrar de seu algoz? Como criticar alguém que se sente sem rumo, e não é capaz de achar saída nesse labirinto que é um relacionamento abusivo? Uma vez que nunca experimentou autonomia e amor próprio. As mulheres à época eram ensinadas a serem dóceis, submissas e se subjugarem à vontade do seu homem (pai, irmão, marido...), desconhecendo seu próprio direito. Em troca de terem a garantia e segurança de seu sustento ser provido. Dinheiro nunca faltou a Dona Auta. Seu marido garantia uma polpuda mesada e serviços, “o braço” para eventos sociais, era seu par para o mundo exterior. Mas entre as quatro paredes do quarto do casal ele já não mais coabitava. Manter essa aparência drenou as forças dessa mulher, que lutou até o fim.

A grande questão não é sobre a violência em si, mas o que fazemos uma vez que ela aconteça. Esse é o aspecto que dista as vidas das duas mulheres que compõem a ancestralidade feminina da prof.^a Nilza Rocha. Dona Rita exerceu com destemor e valentia, sua liberdade e amor próprio. Mandou às favas seu marido infiel. Dona Auta ficou presa às convenções e decidiu manter a aparência de família feliz, corajosamente, mas às custas de sua própria vida.

Duas histórias heroicas e trágicas, que servem de baliza para estimarmos o valor da nossa sanidade em troca de um amor não correspondido. Na lição de Freud (1996, p. 148): “nada na vida é mais caro quanto a doença e a estupidez”.

Prof.^a Nilza Rocha aprendeu a ser mulher com essas que compunham sua história. De maneira firme, digna e altiva pautou-se na sua conduta com muita humildade, mas sem nunca se curvar a ninguém, porque era muito consciente de seu valor. Buscou desde cedo independência financeira para ter autonomia. Cercou-se de boas amigas e as valorizou por toda a sua vida dedicando tempo, afeto e tudo mais que dispusesse para servir sempre. Entendeu que a vida se faz mais completa na experiência generosa de compartilhar, dar o que se tem e encontrar mais adiante quem retribua.

Desde mocinha que prof.^a Nilza Rocha tinha a sensibilidade para enxergar o outro e exercia com desenvoltura esse sentimento de cuidar do outro. Levou esse modo de ser pra toda vida.

Lembro que nas noites de Natal não tendo presentes para os irmãos pequenos, Nilza fazia barquinhos de papel, os enfeitava, enchia com amendoins confeitados. Punha os barquinhos embaixo das suas camas, na noite de 24 para 25 de dezembro, e pela manhã, ficava feliz com a alegria deles ao encontrarem os deliciosos presentes recheados de puro amor naqueles simples confeitados. (BURGOS, 2006, p. 18-19)

[...] passava todas as férias na fazenda Estiva. Teve uma excelente sogra. Dava-lhe toda liberdade para realizar seus projetos festivos e assistenciais como se a fazenda fosse sua. [...] Festejava lá o Natal. Com a receita amalhada em cursos particulares que dava durante o ano comprava toda sorte de brinquedos para distribuir com a meninada numa festança sem igual. Vinha gente que nem sei de onde saíam. Certa vez, uma senhora, já bastante idosa lhe disse: D. Nilza, vou subir esta ladeira, (a casa da sede da fazenda ficava bem no alto de uma Serra) só para conhecer o Velhinho, Papai Noel, de quem tanto falam. Neste ano ela vestiu a babá dos seus filhos de Papai Noel, que nem seu filho mais velho a reconheceu e, montada num cavalo, a tarde, com um saco de presentes, distribuiu a meninada; dois foram especiais um para velhinha e outro, uma boneca grande que falava papai e mamãe, pedido de outra senhora idosa, que chorou a recebê-la. [...] Os seus filhos recebiam dos mesmos presentes que eram distribuídos, entre os meninos da roça. (BURGOS, 2006, p. 21)

Nilza era admirável; ela distribuía cobertores no São João, peixe na Semana Santa e brinquedos no Natal. Sua generosidade não se restringia aos familiares e amigos, nem tão pouco às ocasiões festivas. Era assim com todos indistintamente sempre atenta às necessidades das pessoas no seu entorno.

Trazia pra sua casa, em Salvador, as pessoas doentes, para que eu e Jair (sua irmã e cunhado – médicos) ajudássemos a tratar, no Hospital das Clínicas, onde trabalhávamos.

Era uma legião de indigentes que ela atendia na sede da fazenda, cuidando, tratando e orientando sobre higiene pessoal básica. Nós separávamos sacos e sacos de amostra grátis de medicamentos para ela atender essas pessoas, indicando o uso de cada um dos medicamentos. Tudo para minimizar a penúria de muitos desses indivíduos. Tudo isso e muitos outros casos, sempre com o apoio de Medrado (seu esposo) que lhe ajudava sem recriminação. (BURGOS, 2006, p. 21)

Conheci Nilza em 1956 na Faculdade de Filosofia. Ela foi minha professora quando eu cursava o primeiro ano do Curso de Matemática. Ela era excelente! E ao longo do curso fui me tornando mais próxima. Em 1958 eu dava aula no colégio Central enquanto ainda era aluna do curso de matemática. **Quando tinha dificuldade recorria a ela. Ajudava-me no preparo das aulas, orientava e ensinava didática, tirava minhas dúvidas na resolução de questões** que iria apresentar a minha classe de alunos. [...] Ela era tão generosa e amiga! Tinha os filhos, marido, cheia de afazeres, mas **se preocupava com todas, indistintamente**, em nos ajudar. (MC3, 88 anos, depoimento em 15/04/2020). (grifo nosso).

Nesta investigação, é perceptível que a protagonista mescla as dimensões entre a mulher da ciência (esfera pública) e a mulher do lar (na esfera privada), pois esses dois polos se atraem e se excluem mutuamente. Entretanto, tal como constatamos, não foi distinta da luta diária de inúmeras mulheres que conviveram e testemunharam a superação da violência sutil no espaço do poder no meio acadêmico e as práticas de empoderamento feminino através da cooperação e do exemplo do verdadeiro significado do *gossip*.

De fato, em recente levantamento sobre a presença da mulher nas universidades das regiões norte e nordeste, seus autores obtiveram como tendência geral que as mulheres continuam destinando-se às profissões de menor valor social, com menores possibilidades econômicas, compatíveis com os papéis de mãe e de esposa, voltadas para a educação, para o cuidar e para o servir, sem rompimentos com a mentalidade coletiva a respeito dos papéis e ocupações femininas. Eles confirmaram resultados de outras pesquisas, que apontam como redutos femininos os cursos de serviço social, nutrição, enfermagem, pedagogia, psicologia, letras e história, enquanto que cursos como as engenharias, física, **matemática**, agronomia, veterinária, economia e direito, dentre outros, continuam caracterizando-se como **redutos masculinos**. (PASSOS, 1997, p. 7). (grifo nosso)

Aqui, o que mais importa é a contribuição da matemática para essa situação. Segundo uma explicação apresentada, os homens predominam nas áreas onde a matemática ocupa uma posição importante porque, desde a sétima série escolar, as meninas já manifestam menor habilidade para a matemática que os meninos, em decorrência dos processos de socialização onde estão ausentes modelos apropriados para serem adotados pelas meninas. Em outras palavras, as expectativas e atitudes dos pais e professores têm função relevante para motivar os meninos, mas não as meninas, para a **matemática**, que passa a ser vista **como algo apropriado para os meninos e conflitante com a identidade sexual das meninas**, tornando-se mais difícil e menos útil para elas. (VELHO; LEÓN, 1998, p. 312). (grifo nosso)

Mulheres, mito de menos inteligentes que os homens, sair-se bem no conhecimento matemático, abstrato carente de muito raciocínio, algo fora do normal, excepcional. Assim, a mulher que demonstrava esta competência era e, talvez, ainda é admirada, reverenciada. Em nossa realidade, sobressaíram-se, por seus temperamentos, mais sociáveis, as professoras **Nilza**, **Martha**, **Arlete**. **Estas não abandonaram aquelas** que ao lado delas zelaram pelo bem do ensino de Matemática, não permitindo que ficasse estático, nos moldes de passado. (MC5, 82 anos, depoimento em 11/04/2020) (grifo nosso)

O futuro dificilmente acontecerá com completude sem a compreensão do passado. Acredito, como dito anteriormente, que a primeira vivência de sororidade experimentada por uma mulher se dá na relação entre avó, mãe e filha. Esse entendimento da vida e sua dinâmica apreendida através do modelo vivenciado nas relações com nossa ancestralidade nos preparam para o enfrentamento dos obstáculos e violências cotidianas e servem de modelo para replicarmos nas relações com outras mulheres e compor o coletivo do “Nós”, respeitando o “tu” radicado no “eu”.

4.2 AS DAMAS DA TÁVOLA REDONDA – AS AMIGAS ONTEM E HOJE

[...] viver é um rasgar-se e remendar-se.

João Guimarães Rosa, “Tutaméia: Terceiras estórias”. 2009.

Só somos felizes, verdadeiramente felizes, quando é para sempre, mas só as crianças habitam esse tempo no qual todas as coisas duram para sempre.

José Eduardo Agualusa, O Vendedor de Passados. 2004.

Saudade é privilégio de quem pôde viver ótimos momentos para ter boas lembranças! Então sou mesmo privilegiada e orgulhosa da minha ancestralidade singular. Tenho lindas lembrança desses laços de amor incondicional e amizade que não se desfazem com a ausência física. Minha ancestralidade feminina faz morada em minhas células e vive em mim florescendo feito bordado nessa colcha de retalhos que tenho descoberto e apresentado com alegria aqui. Sei que nem tudo são flores. E que a felicidade pode ser uma constante, mesmo que não seja “para sempre”. Mas o melhor é que estou segura que não estou sozinha nessa minha jornada. A minha bonequinha herdada (Vasalisa) está sendo alimentada.

Estou a defender que todas as mulheres precisam fortalecer essa intuição, resgatar a sabedoria ancestral como instrumental para resistência e ação libertária

de corpos em constante movimento. Não podemos negligenciar as violências naturalizadas, tampouco minimizar o seu impacto sobre a concepção dos direitos e sob os dilemas humanos.

Então, embora a precarização teoricamente não devesse fazer distinção de seu destinatário, porque sempre bate a nossa porta, o que de certa forma exemplifica que, independentemente das origens sociais, ou orientação sexual, credo, raça, etc., alguma violência, mais cedo ou mais tarde, é experimentada em maior ou menor medida por todos e todas. Mas a realidade tem se mostrado diversa quando somos nós, mulheres, que dela sofremos maior incidência e impacto nas nossas vidas.

Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do "homem" universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmáticos das teorias não feministas, começamos a duvidar da utilidade de uma análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal - como agente ou como matéria do pensamento. Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher. As teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão-somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais. (HARDING, 1993, p. 2-3)

De modo que, as “minorias” precisam enxergar que a luta pela inserção social, como inclusão em um sistema que as expurga é uma ilusão, uma quimera que as devorará:

A pós-modernidade está no fim. De qualquer modo, o conceito foi desde sempre um embrulho enganador [...] Mas afinal de contas **o núcleo duro do capitalismo não pode ser amolecido** com simulações. É central nesse sistema a categoria do "trabalho", que por suas raízes é determinado como "masculino, branco e ocidental". **A isso se vincula uma desvalorização das mulheres, às quais foram delegados todos os momentos da reprodução social apartados do "trabalho", não reduzidos a ele.** [...] Por esse motivo, já desde a época da filosofia das Luzes, **o sexismo**, o racismo e o antissemitismo **são transmitidos** juntamente com a positivação do trabalho, o qual forma a substância no processo de valorização do capital e não representa nada mais que o "trabalho abstrato", apreendido negativamente por Marx. Todas as outras categorias da sociedade moderna produtora de mercadorias (mercado, Estado, nação, política etc.) são determinados por essa

relação essencial. Ao se limitar a uma "**luta por reconhecimento**" no interior da "jaula de ferro" (Max Weber) constituída por essas categorias, o marxismo tradicional acabou por reconhecer, de sua parte, o "trabalho abstrato" e seu disciplinamento, sobrelevando-o ideologicamente em uma "ontologia do trabalho" trans-histórica. (KURZ, 2005, p. 3) (grifo nosso)

Controlar os corpos das mulheres tem sido mecanismo hábil para controlar e determinar as formas de nos relacionarmos. A determinação das formas de composição das famílias é, em última instância, a forma mais eficaz de controlar a reprodução social da vida consoante o objetivo primacial do atual "campo" histórico: a transformação contínua de trabalho abstrato em mais dinheiro (KURZ, 1997).

A vivência e a troca de experiências em comunidade, com destaque para redes gestadas (direta ou indiretamente por mulheres), podem auxiliar a compreender o cerne da precariedade e, por conseguinte, na superação deste círculo. A violência, em seus distintos matizes, é um processo retroalimentado de forma constante e sistêmica. Não é um ato estanque, mas histórico, de modo que a construção de soluções, da "cura" da doença social do machismo/paternalismo, é algo que perpassa cada um dos aspectos político-culturais que compõem a sociedade.

Resistir e coexistir são os meios a empregar nesta empreitada, compactuando com a experiência (leia-se *gossip*/sororidade) como guia. "Não soltaremos as mãos".

[...] Para terminar, fica mais uma vez o apelo para que não soltemos a mão de ninguém, pois a solidariedade, o afeto e a criatividade são fundamentais nesses momentos de crise e de redefinições. As mãos dadas nos ajudam a continuar, tanto pelo apoio concreto que proporcionam, principalmente ao atravessar obstáculos, mas também porque nos trazem segurança, coragem e uma sensação muito boa por estarmos unidas. Continuemos juntas. (WOLFF; LAGO; MINELLA; RAMOS, 2019, p. 01)

Foi assim que mulheres aprenderam a caminhar com suas dores emocionais – foi fundamental a união, a cooperação em um ambiente seguro, onde fossem acolhidas e ouvidas sem julgamento.

Isso, para resgatarmos o cerne desta investigação, aconteceu no Instituto de Matemática. Ação primordialmente política que foi perpetuada e, apesar dos distintos matizes históricos, acredito que prossegue para além das gerações das suas precursoras.

Figura 9 – Corpo Docente do Instituto de Matemática (2014)



⁷⁸ Fonte: Acervo pessoal de prof.^o Adelmo

As ex-alunas do IM transformaram-se em professoras, reuniram-se às suas mestras e nessa união fizeram despontar uma força singular e – contra todas as probabilidades do universo acadêmico masculino – tornaram-se a maioria.

Os dois Departamentos (Matemática Pura e Matemática Geral) eram dominados por mulheres, professoras, e eram as mais envolvidas com o Curso e com a formação dos futuros professores da disciplina (MH2, 70 anos, depoimento em 06/09/2020).

A razão dessa predominância era que a maioria dos docentes era oriunda da antiga faculdade de filosofia e na época, “magistério era coisa para mulher”. (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020).

⁷⁸ Professoras do Grupo Do Instituto de Matemática – da esquerda pra direita, em pé: Jolandia, Lula, Miriam, Zé Fernandes, **Nilza**, Elinalva, Celina, Adelmo e Enaldo. Sentadas: Adarcy e Verinha.

Na vida pública experimentaram a sororidade para fazer frente aos desafios da vida privada. Unidas representavam a si mesmas sendo elas: “Encontrei um ambiente com forte predominância feminina” (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020). “Sempre dissemos lá que nosso departamento era um matriarcado [...]”. (MH2, 70 anos, depoimento em 06/09/2020).

Foi a forma que encontraram para resistir à influência opressora da masculinidade tóxica que (ainda) impregna a atmosfera universitária. Apoiaram-se umas às outras, todas por todas, como uma grande irmandade (“sisterhood”).

Figura 10 – Grupo do Instituto de Matemática (1961)



⁷⁹ Fonte: Acervo pessoal de prof.^a Nilza Rocha

Destarte, buscamos, através dos depoimentos dessa irmandade, resgatar a prática da sororidade vivenciadas nas relações da prof.^a Nilza Rocha e (re)significar o *gossip* em uma experiência real, de cooperação e união entre mulheres neste processo de compreensão, superação e realização de outro devir histórico.

⁷⁹ Encontro de Amigas – Professoras do Grupo Do Instituto de Matemática, para conhecer o apartamento novo de prof.^a Nilza Rocha – da esquerda pra direita: Renata Becker com Sergio (seu filho no colo), Neide, Norma Coelho, **Nilza**, Eunice e Eliana.

A atual “caça às bruxas” nada mais é do que uma revitalização histórica da perseguição empreendida contra as mulheres. O propósito, (quase) orquestrado, permanece (em essência) o mesmo: dominar e submeter economicamente e impossibilitar o exercício do poder político. A violência contra mulheres – em seus distintos matizes – é algo visceral e sistêmico.

Portanto, foi preciso muita habilidade para desenvolver estratégias de enfrentamento – sutis e impregnadas de sagacidade – como de seus opositores para serem respeitadas, vistas e ouvidas. Isto, eu estou segura, de que sem uma perspectiva crível para suplantar o fetichismo da sociedade produtora de mercadorias. O “campo” histórico aqui se refere ao elemento molecular: a dicotomia Universidade (esfera pública) / Casa (espaço privado) sob orientação reformista.

A seguir compartilhamos, de forma dialética, como esses “dilemas humanos” eram parte do tecido social do IM.

Lembro muito bem de um episódio, onde D. Nilza e eu fizemos parte de uma banca de concurso para Prof. Auxiliar de Ensino. Eram 6 candidatas, todas elas já Professoras Substitutas do I.M., mas que só havia uma vaga a ser preenchida. Uma tarefa difícil, pois todas elas eram colegas de trabalho, além de nossas amigas. Pois bem, nessa época eu já sabia que **a personalidade de D. Nilza era forte, e que tinha opiniões** já formadas sobre vários assuntos. Seria difícil para eu fazer valer, ou mesmo mostrar minha opinião sobre a dissertação das candidatas, pois eu era muito mais jovem que ela. E foi o que aconteceu.

Depois de examinarmos as dissertações das candidatas, ficamos inicialmente com três delas para decidirmos. Mas, no decorrer das ponderações, reduzimos a tarefa de escolher uma das duas candidatas que (digamos assim) foram as melhores. O impasse aí surgiu porque tínhamos opiniões diferentes. D. Nilza apoiava mais uma das candidatas e eu, a outra! Mas, no final a decisão foi unânime, e pude daí **perceber o espírito conciliador de D. Nilza, sabendo valer sua opinião e nos convencendo das suas ideias.** (MH2, 70 anos, depoimento em 06/09/2020). (grifo nosso)

[...] lembro-me que duas atitudes raras lhe eram constantes: o diálogo e a valorização do erro (pois o diálogo sempre traz à superfície possíveis equívocos de entendimento; desse modo importante o valor de ambos para os devidos esclarecimentos). (MC1, 88 anos, depoimento em 01/03/2020).

A **prof.^a Nilza** era um **ícone do IM**. Professora muito conceituada pelo seu desempenho profissional e **pelo rigor matemático**. Mas, **era como pessoa sua maior virtude**. Bom humor era o seu forte. Muito querida pelos seus pares, pelos funcionários e pelos seus alunos, sempre alegre e disponível para todos. Não fazia a menor distinção entre eles. Logo tornei-me um admirador da prof.^a Nilza.

Um fato que me marcou sobremaneira: certo dia, ao dirigir-me para dar aula encontrei a prof.^a Nilza na porta da sala. Ela perguntou qual seria o assunto do dia, respondi que iria dar o conceito de limite (Cálculo I) para uma turma de engenharia. Ela, então, perguntou-me se eu permitiria que ela assistisse a aula. Levei um susto e a princípio pensei tratar-se de uma espécie de “inspeção” por parte do departamento, visto que eu era um novato. Diante da minha surpresa, ela então, explicou que o motivo era que ela tinha alguma dificuldade para fazer com que os alunos absorvessem o conceito abstrato de limite e que gostaria de ver como eu abordava esse assunto com meus alunos. Sentou-se lá no fundo da sala, provavelmente para não me inibir e assistiu à aula com a maior atenção. Ao final da aula veio me agradecer e elogiar minha aula. **Uma verdadeira e inesquecível lição de humildade.** (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020) (grifo nosso)

Em 1991, os cursos da FACS mudaram para o sistema anual. No curso de Administração houve a fusão das disciplinas MAT I, MAT II e MAT III (Matemática Financeira). Fui convidado para dividir turmas com prof.^a Nilza. Eu nunca havia lecionado Matemática Financeira, e tão pouco a disciplina compôs a grade curricular do meu curso na UFBA. Procurei ajuda da Professora. Dela ouvi: quem aprendeu matemática, aprende Matemática Financeira. **Vamos estudar.** No curso anual, lecionávamos a referida disciplina no segundo semestre. **A generosidade da professora é inesquecível. Ela por já está lecionando a disciplina, propôs que estudássemos juntos.** Encontrávamo-nos duas vezes semanalmente em sua residência, na Rua Rubem Berta. Tenho gratidão eterna, pela sua paciência e dedicação. (MH3, 62 anos, depoimento em 24/10/2020) (grifo nosso)

Conheci a **professora Nilza** no Instituto de Matemática, quando estudante do curso de Licenciatura em Matemática em 1975, mas ela não foi minha professora minha. O nosso convívio mais próximo se deu quando iniciei como professora do Instituto em 1978. Ela era **coordenadora da equipe de cálculo.** O que mais me marcou foi **vê-la transitar (passear) entre a firmeza, o rigor e exigência de um trabalho de qualidade e a afetividade e acolhimento com todos.** (MC6, 66 anos, depoimento em 13/09/2020) (grifo nosso)

Pois bem, prof.^a Nilza Rocha fez “escola” e “seguidoras” na vida pessoal e profissional. Seus preceitos estão a germinar não apenas em terreno acadêmico, mas por toda a parte. (Re)apropriados e (re)significados constituem o fermento para criação de outros rumos e caminhos. Quiçá (ainda) não possíveis de suplantar o atual “campo” histórico, mas, oxalá, passíveis para constituição de outra história.

Nilza Rocha Medrado não foi a única que veio de uma família “pobre”, que soube aproveitar suas aptidões matemáticas e certas situações favoráveis para melhorar o orçamento pessoal e familiar.

Arlete Cerqueira Lima também seguiu o mesmo caminho da sua professora, que se constituiu sem dúvida **num modelo feminino de sucesso para ser seguido**. (DIAS, 2002, p. 128-129) (grifo nosso)

O ano letivo termina e nossas vidas se separam, mas talvez ela não tivesse percebido que o seu entusiasmo pela Matemática me havia contaminado de modo irreversível. (MC1, 88 anos, depoimento em 01/03/2020).

Aos poucos, **o exemplo da professora Nilza**, mulher vibrante, que lutou e logrou ser vitoriosa na sua profissão, começou a impregnar o meu espírito. Foi ela que certamente despertou em mim a energia da mulher guerreira, aquela que sente que pode desbravar regiões desconhecidas. Graças a ela, senti-me rompendo as barreiras da mocinha submissa que sempre fui. [...] E assim, reconheço que devo muito a ela a incorporação de um novo modelo do feminino (é como se o meu feminino tivesse sido até então muito frágil, muito destituído de poder!). [...] A mulher forte e destemida que ela personificava teve intensa ressonância no meu desenvolvimento interno, que certamente teve repercussão nas decisões que tomei a partir de então. Nela conheci a firmeza com amor e isso foi decisivo para que eu construísse para mim mesma uma nova imagem de mulher – forte, mas sem abdicar da doçura. Adoro a Mitologia Grega e acredito nas Musas inspiradoras; a professora Nilza, sem sombra de dúvida, foi a Musa que faltava na minha vida! (MC2, 77, anos, depoimento em 11/02/2020) (grifo nosso)

Impressionava, há mais de 50 anos atrás, ver as **atitudes da prof.^a Nilza como mulher**. Dominava o auditório do IM com cerca de 100 alunos de engenharia, quase todos homens e muito rebeldes. Essa turma era temida pelos professores e professoras e poucos se arriscavam enfrentá-la. No entanto, a prof.^a Nilza, meiga e respeitosa com os alunos, mas muito rigorosa e corajosa quando necessário conduzia sua aula na mais absoluta normalidade. Não raro advertia alunos e até botava-os para fora da sala. Ainda assim era muito querida e, sobretudo respeitada por eles.

Nilza era querida e respeitada também na Trabuco. Alunos, docentes, diretores e funcionários tinham veneração pela professora. (MH1, 77 anos, depoimento em 22/07/2020) (grifo nosso)

De fato, buscamos nos apropriar de exemplos exitosos e assim reproduzir as práticas. Mas quando toda sociedade usa de artifícios, falácias e discurso sexista, que mais parecem armadilhas, fica difícil entender quais sinais seguir. Essa forma social – machista e narcisista – está impregnada por toda parte. Constitui valores e estruturas nas quais fundamentam todas as relações. É preciso resistir, reagir e questionar o etos coletivo se o objetivo for compreender a metamorfose da atividade social humana que “no decorrer de um longo processo, se tornaram autonomizadas,

como ‘segunda natureza’ de um sistema sem sujeito” (KURZ, 2020, p. 27). O que para prof.^a Nilza Rocha significava restabelecer o vínculo ético.

Se o **sujeito macho, branco e ocidental** não quer admitir ainda, em sua queda, que sua própria constituição é condicionada por formas sociais e pelo afastamento do feminino, e se, pelo contrário, os ‘eventos’ infundados devem ser postos pela política da verdade com o ‘raio da decisão’, então, na crise, apenas a determinação capitalista pode se reproduzir, e dolorosamente. Nos limites do sistema do ‘trabalho abstrato’, porém, já falta a força para a generalização social global. Enquanto a administração estatal da crise gerencia o nexos social, a sociedade fragmentada decai em uma ‘guerra civil molecular’⁸⁰ (Hans Magnus Enzensberger). Com suas mistificações, a teologização pós-moderna do capitalismo vai preparando a barbárie; ela se converte na vazia e destrutiva ‘vontade que quer a si mesma’ (Hegel). (KURZ, 2005, p. 3) (grifo nosso)

A violência está para além da física, mais do que a institucional. A violência opera como um câncer que debilita o SER mentalmente, até atingir e “quebrar” o espírito, espinha dorsal que nos move. Ou seja, a razão (com Kant ou para lá de Kant, como diria Arendt). Os elementos psíquicos são indissociáveis da irracionalidade deste sistema que tem por base o trabalho abstrato. Na raiz uma relação tripla: masculina, ocidental e branca. Portanto, tudo que não for reconhecido nesta estrutura será apartado, invisibilizado, violentado e submetido à barbárie.

A violência [...] elas ocorreram e ocorrem de forma sutil. Como falei anteriormente, o Instituto sempre teve uma predominância feminina favorecendo o convívio. Hoje o quadro mudou, o departamento de matemática tem uma predominância masculina. Nas reuniões esse percentual masculino é bem marcante, muitas vezes sua voz feminina não é ouvida, é preciso ser incisiva, pedir a palavra e argumentar com bastante dados para não ficar no vazio. De maneira sutil, os cargos de maior poder são disputados pelos homens, às vezes há uma dobradinha, homem na chefia e mulher na vice chefia. Na maioria das vezes os colegiados são assumidos pelas mulheres remetendo a concepção do cuidado dos/as alunos/as como função feminina. A chefia do departamento geralmente fica a cargo dos homens, assim como a direção do Instituto.

⁸⁰ Tal guerra potencializa a agressividade ao próximo, a intolerância para com o vizinho, a indisposição com o diferente e o desconhecido, sem que se evidencie qualquer fundamento consequente ou racional. O etos violento entranha-se nos poros da sociedade hodierna, canalizando a destruição e o estranho prazer autodestrutivo. **A guerra civil de Hans Magnus Enzensberger** GVCult 24/03/2015. Por Bernardo Buarque de Hollanda. Disponível em: <https://gvcult.blogosfera.uol.com.br/2015/03/24/a-guerra-civil-de-hans-magnus-enzensberger/>.

[...] Elas mantinham-se ativas no cenário do Instituto, nas participações dos Colóquios em Poços de Caldas, nos Congressos do IMPA, mas de certa forma não percebiam as conotações sexista como eram tratadas, a exemplo de serem recebidas nos outros Estados com a saudação: “Lá vem o harém de Catunda!”. Assumiam essa fala como uma ‘brincadeirainha’. Referenciavam a imagem do homem branco, intelectual, caucasiano na figura do mestre Catunda. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020).

A realidade se subverte nas brumas. As alteridades de gênero não são reconhecidas no atual “campo” histórico. Isto independente da esfera ser pública ou privada, pois a lógica irracional da valorização do valor ampliou as iniquidades e exasperou as desigualdades. Por exemplo, o percurso que uma mulher deve enfrentar no mundo dos “negócios” para galgar a mesma progressão na carreira é tão distinto, que choca.

Apesar de todas as modificações, a relação de dissociação sexual foi no essencial até hoje preservada, pois está inscrita nas próprias categorias capitalistas. Isso também se aplica aos vasos capilares do sistema jurídico e à sua contínua interpretação prática, na qual, apesar de todos os necessários momentos de igualdade no sentido do ‘trabalho abstrato’, as atribuições sexuais continuam a existir e são periodicamente revitalizadas, na medida em que estão ligadas aos momentos dissociados da reprodução. Nesse sentido também a instância politicamente sintetizadora do Estado, como garantia das formas jurídicas, permanece uma instância patriarcal, mesmo que a primitiva forma protomoderna de tal relação tenha sido modelada por momentos limitados de igualdade abstrata. O Leviatã, tal como as formas do capital com que está relacionado, também não pode despojar-se do seu carácter patriarcal. (KURZ, 2010, p. 8).

As oportunidades são delimitadas pelo gênero, sim senhor!

A não existência, na época, do curso de Doutorado em Matemática na Bahia demarcava o ponto final dos estudos formalizados *Stricto Sensu*.

[...] mas eu não tinha ideia das construções sociais que demarcavam o espaço feminino profissional. Ao contrário, essas construções estavam tão dentro de mim, eu me culpava por desejar prosseguir. Eu pensava: **Por que todos os colegas homens estão saindo para fazer cursos em outros Estados, mesmo os casados e, todas as mulheres continuam aqui, satisfeitas com a conclusão do mestrado?** Era uma pergunta até então, sem resposta, mas que meu olhar e meu sentimento percebiam.

Ao mesmo tempo, a vida privada cobrava atenção, eficiência, tempo, era a corda bamba entre o público e o privado. Corria, feito doida, para manter a organização da casa, criação das filhas, atenção familiar, reunião de escola, ensino, saúde, lazer. E o tempo foi passando deixando escondidas as sementes dos questionamentos de gênero: **Porque quando eu preciso participar de projetos que me levam a fazer viagens para promover aprendizagem/reciclagem de professores/as eu tenho que sozinha pensar, organizar, coordenar toda a vida das filhas, da casa para o período de ausência? E quando é o contrário, ou seja, quando o pai precisa viajar a trabalho, ele só precisa pegar a mala e dizer estou indo, beijos????** Por que essa diferença? Por que a naturalidade das viagens e ausências do pai ocorre sem nenhum estresse, sem nenhuma mudança no dia a dia dele? Por que só a mãe fica tão sobrecarregada, tão angustiada, tão cobrada? Ela tem que arcar com a dupla / tripla jornada de trabalho e ser eficiente em todas. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020) (grifo nosso)

Apesar dessa realidade escorchante MC11 no seu Depoimento (11/10/2020) diz: “Mas muitos homens retrucam: ‘ninguém está sendo contra ou está impedindo as mulheres de fazerem o que desejam’, mas ninguém viabiliza ou propõe solução para superar as dificuldades impostas para elas”. Esse é um desafio cotidiano de todas as mulheres e ele é atenuado através das constantes práticas de sororidade.

Éramos **quinze mulheres e três homens** na equipe do Departamento de Cálculo **sob a coordenação de prof.^a Nilza**. Nós mulheres éramos em geral muito **unidas e nos ajudávamos no dia-a-dia**. Também as vezes quando surgia uma emergência, a gente **dava aula no lugar da outra colega ou substituíamos nos plantões** de atendimento aos alunos. Essa reciprocidade era muito comum. **Sabíamos que podíamos contar umas com as outras**.

[...] A lembrança mais marcante que tenho da **amizade incondicional** foi da ocasião da falência da firma de meu marido, quando perdemos tudo. Eu entrei em depressão, fiquei em cima de uma cama sem ânimo para nada, sem saber o que fazer da vida. Quando ela apareceu em Feira, para nos dar força e coragem para sair daquela situação. Ela chegou a me ajudar a pagar a escola de meus filhos. **Professora Nilza foi como meu anjo da guarda**. Costuramos uma amizade que se tornou sólida e eterna. (MC8, 69 anos, Depoimento em 13/04/2020) (grifo nosso)

Eu vivenciei essa **força mútua**. [...] na época das viagens havia um combinado, uma **dobradinha**, ou seja, um grupo viajava de cada vez; as **amigas** que ficavam pegavam as crianças na escola e ficavam com elas até o pai poder buscar, depois o mesmo ocorria com o outro grupo. **Foi assim que conseguíamos realizar** e participar dos nossos projetos de extensão. Será que ocorria esse processo com os rapazes? Pode ter certeza que não. A viagem

deles, não abalava as estruturas organizacionais da casa e dos filhos. Tudo que estou descrevendo foi o que me aconteceu. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020) (grifo nosso)

E as mulheres-cientistas tiveram que driblar as dificuldades impostas pelo patriarcado e pelo sistema machista que lhes forçava uma condição de precariedade e subalternidade desafiadora, criando estratégias para conciliar as demandas da esfera pública sem comprometer a vida familiar do âmbito privado.

Foi possível perceber que essa solução evoluiu para uma cooperação entre todas ao invés de mulheres subjugarem e explorarem outras mulheres em condição de maior precariedade⁸¹. Vide depoimentos:

[...] sem o “braço escravo”, não teria como nós mulheres termos carreira. Os nossos maridos raramente compartilhavam atividades domésticas” (MC1. 88 anos. Entrevista realizada em 01/03/2020). (grifo nosso)

Sempre tive boas empregadas, o que garantia que eu pudesse sair pra trabalhar. E eu criei meus filhos com muita independência, tiveram muita autonomia. Eu nunca fui uma mãe de cercar nem de bajulação. Eu era da música também, então a parte social era intensa. **As empregadas garantiam essa minha liberdade.** (MC10. 83 anos. Entrevista realizada em 12/12/2020) (grifo nosso)

Como aludido, as atividades representativas à esfera privada foram submetidas às mulheres de forma “naturalizada”. O que denota uma divisão social do trabalho, entre o necessário para manutenção da Vida (a reprodução) e a criação constante de mais dinheiro (o trabalho abstrato).

Durante muito tempo, a relação de gênero foi tratada como contradição secundária. Mas não se pode simplesmente deixar de fora as atividades de metade da humanidade. Não basta esta situação ser integrada na crítica do capitalismo, pelo contrário, à dissociação mediada pela categoria gênero tem de ser dada uma

⁸¹ Para maior entendimento da condição sobre trabalho doméstico de mulheres negras no Brasil recomendo leitura: A mulher negra no mercado de trabalho – por Beatriz Nascimento. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>; Mulheres em movimento, por Sueli Carneiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>; Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, por Sueli Carneiro. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf.

nova qualidade na própria teoria, como princípio estrutural essencial do patriarcado produtor de mercadorias. (SHOLZ, 2017, p. 1)

A ditadura da perfeição que foi imposta a nós mulheres em nada facilita nossa vida. Não somos completas, nem perfeitas, somos caminhanças, nos fazendo ao longo do caminho. Mas nem sempre temos consciência disto. Por vezes é preciso um chamamento para promover um mergulho interior, que nos isente da culpa, da autocobrança de perfeição, da necessidade de controle do Outro e de nós mesmos e, finalmente, que nos liberte e faça o amor próprio florescer.

Relatos de colegas que foram fazer mestrado junto com seus respectivos maridos dando conta sobre a divisão do tempo para cuidar dos filhos comuns me causava espécie. Imagina que era para o homem o final de semana e para mulher a semana, e o homem ainda reclamar que essa divisão não estava dando certo! [...] Já presenciamos casais de docentes que a criança nasceu em um dia e no outro, o homem está no trabalho cedo como se nada tivesse acontecido, e a mulher em casa enfrentando todas as tarefas sozinhas. Homens chegam às reuniões arrumados, produzidos, enquanto mais tarde, chega a esposa cheia de sacolas, carregando o bebê e com a fisionomia de cansada. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

Enquanto não ouvirmos nossas inquietações continuaremos aprisionadas e aprisionando, em um processo contínuo de violência sistêmica. Ser mãe, esposa, mulher e ser amada: na ausência, no “não-servir”, no priorizar-se é algo novo.

As mulheres matemáticas de hoje estão saindo do casulo mesmo enfrentando a resistência da sociedade. As mulheres matemáticas de ontem lutaram para vencer as dicotomias impostas pelo patriarcado. E graças a elas, nomeadamente prof.^a Nilza Rocha e suas amigas, podemos hoje viver para além dos binômios: matemática ou esposa, racional ou subjetiva, santa ou não santa. Podemos ser uma coisa e/ou outra, estamos descobrindo que podemos ser o que quisermos.

Ressalto que, de forma silenciosa, nem sempre compreendida, a prof.^a Nilza Rocha questionou o sistema. Neste ribombar foi mulher, esposa, mãe e matemática. Ousou ser a melhor em um universo masculino, sem abrir mão de ser mulher, sem precisar de mimetismo, ser assexuada ou se subjugar.

[...] a Universidade da Bahia, atual UFBA, foi palco da inserção majoritária de mulheres no curso de matemática e posterior

predominância de mulheres no seu corpo docente. Algo bastante inusitado para a época de 40/50/60/70. Tradicionalmente a matemática não era um espaço considerado apropriado para as mulheres adentrarem como produtoras de conhecimento. Mas, a sociedade baiana inovou. Ainda há muito a se alcançar, pois nos espaços das pesquisas científicas o número de mulheres ainda é pequeno. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

Essa herança de prof.^a Nilza Rocha é mesmo como uma guia para as matemáticas de hoje, é a boneca de Vasalisa. Ela fez o que estava ao seu alcance para tornar a sua vida e a das pessoas ao seu redor melhor.

[...] Pensando na docência matemática atual, as mulheres que escolhem essa carreira, para atingirem uma maior ascensão acadêmica estão priorizando inicialmente os estudos, fazendo seus cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado e concursos para depois pensarem em constituir família. [...] Mas, essas escolhas ainda sofrem críticas da sociedade, particularmente quando a opção é um Não a maternidade, ou Não à formação de um núcleo familiar. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

De modo que no IM tem-se “duas vertentes” de mulheres: As “**solteiras**”, que fogem tanto a lógica do padrão social que são combatidas, e as “**em conflito**”. As últimas são assim denominadas porque precisam conciliar o inconciliável: a produção/publicação científica com a vida privada. E quando buscam espaço para reivindicar o seu “direito ao grito” são taxadas de surtadas, histéricas, loucas etc.

A nossa sociedade é culturalmente misógina, machista, sexista. Apesar dos estudos científicos apresentarem dados alarmantes sobre violência contra as mulheres, violência racial, violência homofóbica etc., há uma banalização dos fatos. Ainda escuto pessoas afirmando que: ‘Tudo isso acontece porque **vocês falam demais**, tudo agora é “mi mi mi” de gênero, de preto; ninguém pode “brincar”.

[...] As mulheres enfrentam na atualidade uma pressão emocional, psicológica muito grande em relação às cobranças do que se espera delas tanto na vida pública quanto na vida privada. Há uma expectativa de que cumpram muito bem os seus papéis no mercado de trabalho, mantenham-se belas, cultas e não desvirtuem das tarefas domésticas, mantendo o cuidado com a casa, com os filhos e a família. É a corda bamba da dupla / tripla jornada de trabalho para as mulheres. É a vida da **supermulher**. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020) (grifo nosso)

Será que deveríamos nos auto intitular de supermulheres? Ou a sociedade entenderá antes que não somos subumanas? Afinal a nós se impõe tantos deveres, subtraindo direitos – a efetividade daqueles direitos positivados – que falta dignidade e reconhecimento humano.

Por vivermos nesse cenário de precariedade e subalternidade, específicos da modernidade, que reputo a importância da sororidade. Os relatos das amigas de professora Nilza Rocha acerca da amizade, cooperação e apoio mútuo vivenciado por elas dá conta dessa afirmativa.

Compreender como esse processo se dá e aprender com elas é um privilégio de quem pode conviver com maior proximidade com essas mulheres multifacetadas, mulheres da ciência, na esfera pública e de riqueza subjetiva no privado.

Este grupo desenvolveu um jeito próprio de existir. Seus membros se relacionam sem hierarquia, com união e acolhimento que gera conforto. Curiosamente as mais velhas têm honrado a atribuição de transmissão das tradições e as mais novas estão se apercebendo que terão a responsabilidade de dar continuidade aos encontros, renovando o grupo. Infelizmente muitas existem e resistem, não mais presencialmente, mas através da memória das que estão vivas, mas o tempo está expirando para algumas delas.

Considero esses encontros de uma importância extrema para essas mulheres. É o momento de eternizar os laços de amizades. Momentos de relembrar, trocar informações, reviver fotografias, incentivar umas as outras. Elas relembram os feitos umas das outras, demonstrando orgulho, satisfação. Elas se nutrem com essa amizade. As conversas giram também em torno dos/as filhos/as, dos/as netos/as, de política, da UFBA, dos livros que estão lendo etc. [...] Na época de Pró Nilza, ela era a responsável por telefonar para todas na segunda-feira relembrando do encontro na quarta. Agora eu assumi essa função. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

Nenhuma pretensão de fazer deste mundo um lugar melhor pra se viver pode prescindir da presença e contribuição de cada uma das mulheres, em qualquer parte. Cada uma individualmente constrói de sua perspectiva o que é nosso mundo. Portanto, não faz sentido cindir ou hierarquizar quem quer que seja. Existem modos e modos de se expressar hierarquia entre membros de um grupo, mas também é

possível viver a ausência dela e descobrir a harmonia e união, que tal experiência pode proporcionar.

[...] o local escolhido era sempre conectado para saber se seria permitido levarmos as sobremesas, na verdade, sua mãe levar a sobremesa. Eram doces maravilhosos. Cada vez ela levava uma maravilha diferente feita na fazenda. Não tinha essa de servir em pratinhos não. Cada uma recebia uma colherzinha e a vasilha ia passando, rodando a mesa até o pote terminar. Era um deleite. Comíamos e conversávamos. Maravilha. Infelizmente, ela nos deixou e não tivemos condições de assumir essa função nas mesmas condições dela, impossível. Mas, mantemos a tradição deixada por ela.

Não há uma 'chefia' nem pautas determinadas, o encontro transcorre de acordo com o que cada uma traz no momento. Tenho plena certeza que esses encontros fazem muito bem a todas que participam. (MC11, 58 anos, Depoimento em 11/10/2020)

[...] nossos encontros sempre eram muito bons, **Nilza** era muito generosa, pensava muito nos outros. Lembro que nos nossos encontros ela sempre levava um docinho feito por ela, coisas deliciosas. Ela era muito boa na cozinha! E cuidava sempre de nos fazer surpresa com as melhores sobremesas que compartilhávamos alegremente! (MC 10. Depoimento em 12/12/2020) (grifo nosso)

O mundo será melhor quando todos nós pudermos ser e expressar toda nossa beleza e singularidade, sem um olhar crítico limitante ou julgamento que censure. Gentileza e acolhimento são imprescindíveis nesse processo de transformação, de sororidade.

A história da prof.^a Nilza Rocha, para além de um “conto de fadas”, não se restringe ao icônico “era uma vez”. Tal como a História, não se repete, mas surge como um alerta, um farol que se perpetua para sempre na vida de cada uma que teve a honra de com ela contracenar neste palco da Vida. Esse encantamento, a que os gregos denominavam como “criar como um Deus” e o poeta Lorca com o “enduendar” foi gerado na alma de cada uma dessas pessoas, que como magia, viverá para sempre eternizada na ação transformadora e na memória, feito luz!

Sentir que o universo individual dialeticamente contém o todo da história universal – tal qual a “mônada” de Leibniz ou o “tempo do agora” de Benjamim – é aprender uma perspectiva crítica para além de uma lógica própria, para além do indivíduo.

4.3 NÓS SOMOS FEITAS DE RETALHOS⁸²

[...] Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

Cris Pizzimenti, "Sou feita de retalhos". 2013.

Tantas vezes essas mulheres testemunharam sonhos roubados e asas cortadas que fizeram um pacto de forma tácita de se apoiarem mutuamente e se fortalecerem de modo a não presenciarem mais essas violências silentes. Essa foi a principal herança deixada por minha mãe, nesse coletivo de mulheres, amigas de prof.^a Nilza Rocha: suas lições de vida, exemplo de amizade, liberdade e respeito.

Partindo de meus próprios desafios de resgate da minha história, para confirmar minha hipótese de ressignificar o *gossip*, fui buscar meus pedacinhos de viver a sororidade. Eu precisava contar essas histórias para me (re)encontrar. Romper com a discricção e silêncio que são a regra sobre o que se passa no âmbito doméstico. Ter a ousadia de desafiar esse pacto de silêncio para poder escrever aqui a verdade, a minha verdade, a verdade dessas mulheres. Uma autobiografia é um relato de uma história de vida, mas quando essa história de vida passa a ser contada é sua também. Resgatar as lembranças dessas pessoas, eventos, cheiros, dores, sentimentos é algo entre o sublime e o profano.

O anseio de narrar uma história e o processo de contar são simbolicamente um gesto de desejo de recuperar o passado de modo que se experimente tanto uma sensação de reunião quanto de alívio. Foi o desejo do alívio que me levou a escrever, mas, ao mesmo tempo, foi a alegria da reunião que me permitiu ver o ato da escrita da autobiografia como uma maneira de me reencontrar com aquele aspecto do eu e da experiência que pode não ser mais uma parte da vida de fato, mas é memória viva moldando e explicando o presente. (HOOKS, 2019, p. 320)

As memórias trazem à tona verdades inquietantes, às vezes, incômodas que demandam de nós (re)arrumações. Mas a coragem para enfrentar esses nossos

⁸² Em homenagem ao poema (quase) homônimo da paulista Cris Pizzimenti ("Sou feita de retalhos"). Aqui a escrita, como base no duo *gossip/sororidade*, será sempre no plural.

demônios nos libertam de um auto encarceramento e nos libera para nos apropriarmos de nós mesmos.

Escrever a narrativa autobiográfica me permitiu olhar para o passado a partir de uma perspectiva diferente, e usar esse conhecimento como um meio de autocrescimento e mudança de uma forma prática. [...] Recordar era uma parte do ciclo de reconciliação, da junção de fragmentos, “os pedacinhos do meu coração” que a narrativa fez inteiro novamente. (HOOKS, 2019, p. 322)

Os encontros e resgates vividos na minha caminhada pela vida, mais conscientemente desde o planejamento e a realização do “Caminho de Santiago” (2018), têm sido para mim descobertas divinas, “bendiciones”. A feitura desta tese, igualmente me propiciou um presente, mágico e inesperado, o contato com as amigas da prof.^a Nilza Rocha (a minha mãe). Alguns desses encontros foram memoráveis. Não por acaso destaco o primeiro e o “último”, pois sob o alerta de Vínicius, em forma de soneto, que as verdadeiras amizades não sejam imortais, mas que as chamas da esperança sejam infinitas, enquanto durem.

Nada acontece por “acaso”. E prof.^a Nilza Rocha, minha mãe, justificava tal preceito neste dito popular: “casamento e mortalha, no céu se talha”. Mas quando nosso destino é capturado por um holocausto pessoal, nossas certezas sobre a sábia orquestração da vida caem por terra.

Foi assim pra mim. Dois eventos seguidos (morte de minha mãe e a abrupta interrupção de um “harmonioso” casamento), a força desafiadora de ambos, arrastaram-me e puseram-me a beira do precipício. Comumente nestas circunstâncias nos flagramos atordoadas com o desconhecido abismo que nos olha, como se fosse nos engolir, e reagimos de forma (às vezes ou aparentemente) impensada. O medo e a tristeza profunda nos paralisam, mas, paradoxalmente, também questionam a razão de tais eventos. Depararmo-nos com a falta de chão seguro e isso nos leva, no primeiro momento, a dar um passo atrás. Algo, concomitantemente, nos impele a ir à busca de respostas, de compreensão destes acontecimentos. Entre a naturalização e a orientação histórica, o desconhecido é uma catapulta que nos empurra para o desconhecido. Aqui o dilema se apresenta na mais perfeita dialética: vitalmente nos atiramos ou definhamos, literalmente até a morte, na beira do penhasco.

Quando a força da ancestralidade feminina atua é nosso instinto de sobrevivência que nos impulsiona a seguir em frente. Quando essa força – poderia dizer magia, mas mantenho essa especulação científico-temporal latente – é tão premente como foi em mim, as perguntas ecoam e nos motivam para uma jornada interior, para o salto e o voo.

Atravessei para além-mar e fui caminhando pelo “Campo das Estrelas”, recuperando pedacinhos de mim, reconhecendo os sinais da direção para onde seguir, em busca do resgate de minha luz, tal qual Vasalisa. Caminhei por estradas, montanhas e bosques, confiei na minha intuição herdada como guia. Enfrentei medos, dores, tristezas e as lembranças mais tenebrosas, mas a cada passo, a cada dia, vencia uma missão imposta em busca de uma genuína alegria: a alegria de viver. Voltei e pus os pés na minha terra, me apropriei do meu destino e entendi que, para além do “acaso”, a magia – quando constantemente alimentada – está aposta, feito a bonequinha de Vasalisa, para indicar “novos caminhos”, mesmo quando estivermos distraídas.

Precisava seguir meu caminho. Iniciei tateando em uma busca externa a mim, como uma investigação real, cheia de andanças e descaminhos. Vivendo, encontrando pessoas, doando e recebendo dádivas. E um dia o tal “acaso”, que nomeio agora de intuição, me levou de volta ao Instituto de Matemática, para que eu pudesse compreender que naquele sítio recomeçaria outra jornada, em busca da minha ancestralidade feminina.

Recebi o convite para o lançamento do livro: “**A Matemática das Mulheres**”, da prof.^a Márcia Barbosa, e pensei talvez encontre lá alguma resposta para as perguntas que ainda nem ousei fazer. Porque quando uma mãe morre, o que fazemos com essa presença da ausência que pulsa em nós? Senti que era chegada a hora de assumir e ousar as maiores perguntas, aquelas que a mãe idealizada não respondeu.

Busquei naquele lindo encontro, repleto de amigas de minha mãe, naquele seu ambiente, respirar a magia, o encantamento que ainda vive em mim e é surpreendentemente recorrente nas amigas da prof.^a Nilza Rocha. Pude sentir a presença dela na voz de Arlete, na admiração de Adelaide, na doçura de Verinha, no respeito de Marcia [...]. Ainda não estava claro, pra mim, naquele momento, a verdade que se desnudava ali. Ela estava viva nos pedacinhos deixados em cada uma de nós! Em cada uma vive a herança de uma vida que ainda pulsa.

Eu precisava mergulhar. O sobrevoo no horizonte dessas mulheres somente me aguçou para o que poderia vir a ser os muitos encontros. Visualizei ali uma fresta e encontrei algo sobre mim, eram as pistas. Foi ali, pactuando novos encontros, que comecei a escrever essa tese sem que nem tivesse consciência ainda disto. Era a colcha, que aqui apresentei, feita com pedacinhos de retalhos que compõem as histórias (ou estórias?) de minha mãe.

A vontade de saber mais sobre ela (ou sobre mim?) foi incontrolável. Os dias passaram e lá estava eu, continuamente admirada, encantada e eletrizada a pensar sobre as conversas, sobre cada fala dos diversos diálogos, sobre o que disseram acerca da prof.^a Nilza Rocha. Inúmeras indagações assaltaram a minha mente, roubando a quietude, denunciando o que não mais poderia adiar. Queria me revelar, queria desnudar os pequenos e grandes segredos que toda família tem, queria sentir-me inteira, plena. Precisava investigar, desmistificar a perfeição que sempre busquei espelhando-me nela, mas que ela me avisou que não deveria ser tomada como parâmetro absoluto, cuidando de me alertar para o fardo pesado que tal cobrança interna e externa representa nas nossas vidas.

Era uma filha interessada exatamente no que foi esquecido, silenciado, no que ficou pendente, ou que causou arrependimento, saudade, mágoa, ou ainda, para resgatar, a mulher. Quem ela era realmente para além do público e do privado, sem as máscaras que causam a metamorfose social. Querendo tornar visível e documentar esse secreto orgulho, propus apreender uma incursão de descobertas à luz da “autobiografia” desta mulher admiravelmente (im)perfeita.

Como disse anteriormente, duas das entrevistas, não por acaso, aconteceram presencialmente. Ambas nas casas das respectivas entrevistadas e cercadas de acolhimento e amor! Encontros “enduecidos”, cheios de encanto. Ambos tendo o mar como testemunha, o céu estonteantemente azul, de dias ensolarados, com as bênçãos de lemanjá, a mãe! Foram trocas de saberes, de confidências, foram cheios de revelação, emoção e lembranças.

A última entrevista foi realizada presencialmente, surpreendentemente, diante das circunstâncias limitadoras desses tempos de pandemia e isolamento social, em razão do pedido, quase exigência, que assim o fosse. Cerquei-me de todos os cuidados e protocolos de segurança para preservar ambas. No dia combinado, um sábado, me dirigi ao apartamento da minha entrevistada e ao chegar fui recepcionada pela minha anfitriã que me aguardava com a porta e coração abertos.

Ela estava ali parada a me olhar, com um sorriso explicitado por detrás da máscara, em um olhar cheio de significado, logo confirmado pela vibração da voz ao me dizer: “seja bem vinda!”.

Em seguida, deu um passo para trás e eu pude ver o cenário deslumbrante da praia da Paciência posto pra nós, como painel de fundo desse diálogo inicial. Admirada com tanta beleza e encantada com aquela vista linda do mar e céu azuis agradei por tudo. Não teria como escolher testemunha melhor para aquela conversa que eu supunha seria a “cereja do meu bolo”. Minha última entrevista (mais uma vez a dialética) presencial.

Parou por uns segundos e me fez uma solicitação das mais mágicas possíveis: que eu tirasse a máscara por um instantinho para que ela pudesse ver meu rosto. Concordei, sem olvidar do protocolo, ou seja, me afasto alguns passos para trás e mantenho o distanciamento seguro. Ao retirar a minha máscara, ela também retira a dela, em uma reação surpreendente, desnudando a verdade.

Eu lhe confesso que poderia ter feito o meu depoimento de outro modo. Poderia ter escrito, poderia ter gravado em áudio. Mas desde o dia que conversei com você por telefone que queria lhe conhecer. Por isso insisti que viesse até aqui. Eu, **na verdade, queria lhe ver!** Você é linda. **Você tem o jeitinho de sua mãe. Deu-me saudade.** (MC10, 83 anos, Entrevista realizada em 12/12/2020) (grifo nosso)

Rimos juntas. Já não havia nada mais que esconder. Despojadas das máscaras sociais passamos a exercitar o gossip, a troca de saberes, de sentimentos, vivências e lembranças. Tornávamos, em corpo e espírito, aquelas mulheres das irmandades, que nos eram tão caras à luz da História recente.

O encontro transcorreu em meio a uma atmosfera mágica composta de mobiliários herdados de sua mãe e que ornavam lindamente a sala daquele apartamento acolhedor. Foi um lindo encontro de duas mulheres, de duas gerações, que buscaram desvelar suas almas e pactuar ali um devir de outros encontros, motivados pela descoberta de identidades inusitadas, para além de nosso elo, minha mãe.

De cada um dos encontros saí com o sentimento de gratidão profunda. Sei que, para além das formalidades da colheita necessária de dados para compor esta tese, houve em cada um deles encontro de almas, resgates do que cada uma

entendia necessário retribuir não mais para minha mãe, mas agora para mim, herdeira de benção dela e por ela deixada.

Quando meu filho mais velho nasceu eu estava recém-chegada e não havia preparado um enxoval como vocês faziam aqui. Trouxe na mala umas poucas peças de roupa e todas de lã, inadequadas, portanto, para o clima daqui da Bahia.

Sua mãe, notando isso, me presenteou com o enxoval completo de seu irmão mais velho, Cláudio. Ela me deu tudo! Isso pra mim foi a coisa mais espetacular. Ela me recebeu como uma mãe!

Eu vim do Rio Grande do Sul, de uma sociedade fechada, não havia essa generosidade e acolhimento. Imagina, ela mal me conhecia. Minha família também ficou chocada.

O enxoval era maravilhoso, todo feito de cambraia de linho, todas as peças bordadas. Não conhecíamos isso lá no sul. Tinha o que vocês chamam de “camisolinha de pagão”, eram preciosas. Guardei por muito tempo, era uma joia.

Foi uma coisa incompreensível pra mim, a atitude de sua mãe. Acho que ela ficou com pena de mim. Não tinha parentes aqui. E sua mãe me recebeu como família. Isso me emociona até hoje, quando falo.

Minha mãe veio logo em seguida que Serginho nasceu, e ela ficou encantada, tínhamos até medo de usar porque era tão bonito, que dava pena vestir.

Eu queria fazer algo pra você que fosse especial. Sinto-me em dívida com sua mãe pela generosidade e pelo modo como ela me tratou desde o primeiro momento, como família. Foi um laço forte com ela. Ela sempre foi muito generosa! (MC10, 83 anos, Entrevista realizada em 12/12/2020)

O outro encontro, o primeiro, não foi menos encantador. Mas diferentemente foi desdobrado em muitos. Dois deles presenciais e muitos outros que se seguiram fazendo uso da tecnologia disponível empregada a nosso favor tiveram a possibilidade de abrir espaço para trocarmos reflexões e impressões acerca de vários aspectos tratados nesta tese.

Na primeira visita a conversa foi para mim uma espécie de catarse. Ela estava se restabelecendo de uma série de cirurgias, de modo que nos encontramos na casa de sua filha. Quando cheguei, ela estava a me aguardar sentada na sala de estar, sentia ainda muitas dores do processo de recuperação. Fui recebida afetuosamente, mas com certa reserva, cerimônia e protocolo de quem não sabe para que está sendo demandada.

Eu própria não sabia muito bem o que buscava, apenas sentia a necessidade premente de respostas, sem nem ainda ter formulado claramente as perguntas. Conversar com ela, compartilhar as inquietações pertencentes a mim e buscar

referenciais para minha ancestralidade marcaram o resgate de “Alice no espelho” com um significativo e (quase) silencioso acolhimento.

Apresentei-lhe meu projeto e disse-lhe de minhas intenções. Contei-lhe sobre minha vida, minhas dores, tristezas, alegrias, êxitos, fracassos, superação e aventuras. Apresentei-me literalmente sem máscara, simplesmente eu. Minha intuição pedia que o fizesse e assim o fiz.

Nosso segundo encontro foi no seu apartamento. Cheio de intimidade e afeto de velhas amigas e confidentes. Levou-me a cada cômodo, contou-me como estava exultante por ter de novo sua autonomia e estar de volta no aconchego de seu espaço. Como o apartamento é uma cobertura levou-me para ver a vista privilegiada do mar. Outra coisa que temos em comum: a reverência ao poder curativo da natureza. Ficamos ali respirando aquele ar puro e compartilhando aquela vista estonteante da imensidão azul no horizonte a nossa frente. Ao voltarmos fomos direto ao trabalho, convidou-me para ir até seu quarto onde fiz a leitura do seu depoimento escrito para mim. Conversamos e trocamos impressões sobre fatos e memórias, ali registradas e compartilhadas naquele documento. Abraçamo-nos, rimos e nos emocionamos. Definitivamente nada seria entre nós como antes. Havíamos deixado nossos melhores bordados, uma na alma da outra.

Ela foi e continua sendo uma das amigas mais presentes na criação desta tese, e assim a confirmação da própria TESE, ou seja, da importância da categoria *GOSSIP* atualizada na modernidade como SORORIDADE.

A história que nos apresenta à vida é àquela que nos alerta para os perigos do caminho. A morte não é o fim, e não deve ser temida.

Descobrir e descortinar quem somos é o processo, é o transcender. Recuperar a matriz da política como ação transformadora, está no “ser”, com toda a liberdade que nos é essencial. A magia própria das mulheres, de natureza mística é preciso ser resgatada. Quero manter vivo em mim e festejar novamente este diferencial, quero não negar a minha natureza numinosa, o valor de nós mesmas como feiticeiras, bruxas e revolucionárias. Ação primordialmente política que foi perpetuada e, apesar dos distintos matizes históricos, acredito que prossegue para além das gerações das suas precursoras.

Fui buscar na minha investigação a confirmação da minha hipótese para (re)significar o *gossip* como dimensão da sororidade tendo como base a experiência entre prof.^a Nilza Rocha, minha mãe, e suas amigas, muitas delas, a partir e para

além deste “tempo do agora”, minhas amigas também. E tive a grata surpresa de, ao longo da investigação, me ver enredada nas teias dessas “tecelãs da memória”. E mais, ao resgatar a memória da história da ancestralidade feminina da prof.^a Nilza Rocha para compor quem era ela e compreender sua trajetória, improvável seria não ser eu mesma filha/investigadora transformada, neste revisitar meu passado, minha própria história.

Mas como minha primeira entrevistada (MC1) diagnosticou em 27 de dezembro de 2020: tal qual uma cobra larguei a casca pelo caminho para além-mar, uma primeira vez e novamente agora na feitura desta tese.

Ao final, chego a este momento tendo que me reconhecer modificada, acrescida. Quero ser quem sou, descobrindo-me, desnudando-me de máscaras sociais limitantes, me fazer a cada passo, interagir com a natureza, ser parte integrante do todo, viver como mulher, criando com encantamento e magia a vida e vivendo-a com respeito ao eu e ao tu, para permitir a existência do nós. Que as nossas dores e alegrias compartilhadas na experiência original de irmandade do *gossip* nos projetem para um tempo/espço de futuro distinto, de um tempo pretérito mais que presente, que nos silenciou, subjuguou e a muitas de nós matou.

Ter empreendido essa investigação me encheu de novos bordados na alma. Saio deste projeto (re)composta, novas partituras enriquecem o canto da trilha sonora da minha vida, descobri novas métricas, arranjos primorosos elaborados enquanto debulhávamos nossos rosários. E de lembranças, choros e risos compusemos inspiração para novos encontros. Neles surge a harmonia de versos novos para contarmos e encantarmos as gerações que a elas, e agora a mim, irão suceder. Sou, somos: “Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.” (PIZZIMENTI, 2013, p. 01)

A cada depoimento colhido foi como se eu me recompusesse em uma linda obra de *patchwork*. Somos caminhantes, nunca estaremos prontas, acabadas, finalizadas. A cada encontro, fui acrescida de um novo retalho de cada uma dessas mulheres, e eu mesma deixei pedacinhos de mim nelas. Então somos uma obra coletiva, somos o eu e o tu, fundando esse imenso e lindo coletivo: nós. Somos feitas de retalhos de cada uma de nós. “E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados [...] Haverá sempre um retalho novo para adicionar a alma.” (ibidem, 2013, p. 01)

Por isso a vontade de novos encontros, da troca de experiência, reflexões e afetos. A certeza dessa natureza (im)permanente e rica nos preenche e nos permeia.

Tais pedacinhos, que trago em mim agora, foram generosamente ofertados através de vidas compartilhadas, verdades, memórias. Sou grata pela generosa confiança, por compartilharem suas intimidades, medos, incertezas, alegrias, êxitos e experiência de vida. “Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.” (Ibidem, 2013, p. 01)

Em cada encontro com essas mulheres, tive o privilégio de ouvir e ser ouvida, de vivenciar um acolhimento mútuo, de muitas vezes me emocionar e causar emoção pelo turbilhão de inevitáveis lembranças que minha investigação demandava de cada uma delas. A cada encontro não era só minha tese que ganhava conteúdo, páginas de relatos, era eu mesma que ia me tornando maior. Foram histórias de vida, lições compartilhadas, conselhos ofertados, reflexões trocadas, um carinho, uma saudade. “Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.” (PIZZIMENTI, 2013, p. 01)

Enxergar essas mulheres como heranças de minha mãe, ao reconhecer nelas pedacinho de minha mãe e ter no convívio com elas um resgate das lembranças de minha mãe. É como se a minha ligação com a minha mãe se perpetuasse nelas. Reconhecer semelhanças e identidades entre nós foi uma alegria. “E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também”. (ibidem, 2013, p. 01)

Eu expresso a minha gratidão a cada um que se dispôs a compartilhar suas memórias contribuindo para compor esta tese, traduzida nessa estrofe.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. (PIZZIMENTI, 2013, p. 01)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] há algo a nossa espera no início do bosque, e o nosso destino é ir ao seu encontro.

Clarissa Pinkola Estés, *Mulheres que Correm com os Lobos*. 2014

Ninguém te avisou que mulheres cujos pés foram impedidos de correr dariam luz a mulheres com asas.

Ijeoma Umebinyuo. Questions for Ada. 2015

Figura 11 – Minha ancestralidade Feminina e Eu



Fonte: Acervo pessoal

O número de feminicídios espelha a ineficácia protetiva trazida pelo sistema paternalista nas suas políticas públicas e normativas. Os índices crescentes desse tipo de homicídio são indícios de um modelo de Estado que flerta com a necropolítica quando decide quem pode viver e quem deve morrer.

Não obstante, os números e as estatísticas dessa violência física estarem em constante projeção, por todos os meios de comunicação social, não causam estranhamento. São, sob a ótica da sociedade da mercadoria, violências silenciadas e, portanto, sobrepostas.

Sendo assim a minha maior inquietação nessa investigação concentrou-se nas mortes de mulheres em vida, na compreensão da violência simbólica, e da condição de precariedade que conduz à alienação frente às políticas protetivas.

Essa pesquisa demonstra, através das histórias de vida de mulheres, que relataram nos depoimentos e entrevistas, o quão complexas são as violências contra as mulheres. São violências sutis vividas em contextos de intimidade do lar e entre pares. Portanto, uma tese precisa ser para além da academia, deve pensar em propostas de soluções como a abordada aqui. Esta tese cogita, a partir da compressão das singularidades das diversas mulheres, que ressignificar o *gossip* como mecanismo de força e poder pode gerar uma rede de ajuda que viabilize a coragem para romper o ciclo de violência vivido por muitas mulheres em relações abusivas. Afinal, a principal estratégia utilizada pelo autor/agente das violências (psicológica, emocional, moral, patrimonial, culminando com a física e se ultimando no feminicídio) é isolar a vítima, imobilizando-a. Essas mulheres se veem sozinhas, desacreditadas, sem ter a quem recorrer. Seu algoz a enreda em uma teia que lhe retira qualquer possibilidade de reação. De modo que, a sororidade pode ser uma estratégia eficaz para combater a letalidade machista de relações abusivas.

Comecei vislumbrando tal solução pensando em mim mesma, o eu, e estendi para o coletivo ao ouvir a narrativa de mulheres, portanto, o nós. Quando falamos em lutas feministas sempre se inicia com o eu, mas ao final somente há glória no nós.

Nesse contexto, no meu próprio reconhecimento como objeto das violências aludidas. Ou seja, tal qual Vasalisa foi preciso que eu passasse por inúmeras provas para poder chegar aqui hoje sendo quem eu sou. Não foi fácil, nem leve. Mas a certeza da presença da minha herança deixada pela minha ancestralidade feminina para me aconselhar e guiar fez e faz toda a diferença. E orgulho-me da mulher que me tornei.

Eu só pude entender o quanto a história se repete quando aconteceu comigo. E só pude dar uma guinada na minha vida, compreendo a minha história, conhecendo a trajetória de vida daquelas que me antecederam, deixando morrer a “mãe-boa-demais”, pra ter as bençãos, unguento e cura da psique intuitiva e para deixar meus talentos expressivos virem à tona. Honrar as lições de uma mãe real, imperfeita e sábia, é abrir mão da segurança e proteção quando a “mãe-boa-demais” nos convida a recuar. Assumir o compromisso de “ser” é enfrentar o medo fundado

em uma ilusão de conforto e proteção para permitir que nossa energia criativa, criadora, intuitiva e intensa floresça. É saber que podemos caminhar ou mesmo voar, basta começar. A nossa bonequinha estará sempre a auxiliar-nos, basta alimentá-la como disse a mãe de Vasalisa, no leito de morte.

A boneca de Vasalisa pertence às provisões da Velha Mãe Selvagem. As bonecas são um dos tesouros simbólicos da natureza instintiva. No caso de Vasalisa, a boneca representa *vidacita*, a pequena força da vida instintiva que tanto é feroz quanto resistente. Não importa o problema que estejamos enfrentando, ela leva uma vida oculta dentro de nós.

Dessa forma, a boneca representa o espírito interior das mulheres: a voz da razão, do conhecimento e da conscientização íntima. [...] é a ajuda que nem sempre está visível, mas está sempre disponível. (ESTÉS, 2014, p. 106-107)

Idealizamos as mulheres e as mães, particularmente, em um modelo de perfeição inalcançável. E por um tempo seguimos copiando esse padrão da “mãe-boa-demais”, até que algum episódio nos obriga a sair da sombra, dessa ilusão de proteção, para tornamo-nos mais fortes e mais sábias, inevitavelmente. Foi o que aconteceu com Vasalisa quando se aventurou pelo bosque em busca da chama, enfrentando os perigos e desafios, representados pela busca da chama e pelas tarefas impostas por Baba Yaga.

Desmistificar essa visão distorcida, de que nós mulheres somos indefesas, frágeis e precisamos de um “príncipe” para nos proteger e prover, atualmente pode ser o maior perigo a ser enfrentado por nós e nossa maior limitação.

Portanto, devemos deixar morrer a “mãe-boa-demais” e deixar que nosso instrumental de multitalentos aflore, mesmo que para isso, por vezes, tenhamos que passar por um vale de sombras.

Enfrentar os nossos medos resulta em aprendizado e compreensão, possibilita conviver com nossas imperfeições de maneira mais gentil e vivermos relações menos viciadas e romantizadas.

Neste estágio da intuição, a mulher vê-se acossada por exigências banais da sua psique que a exortam a atender qualquer desejo de qualquer um. A **obediência** provoca uma descoberta chocante que deve ser registrada por todas as mulheres. Ou seja, a de que **ser nós mesmas faz com que nos isolemos de muitos outros e, entretanto, ceder aos desejos dos outros faz com que nos**

isolemos de nós mesmas. É uma tensão angustiante e que precisa ser suportada, mas a escolha é clara. (ESTÊS, 2014, p. 103) (grifo nosso)

Entender que uma gaiola não é um ninho. Precisamos do voo para nos descobrir verdadeiramente livres de quaisquer amarras que tente nos sujeitar a abusos, tal passo é primordial para resgatar a intuição ancestral e para sermos verdadeiramente quem somos.

Vivemos um tempo em que estamos testemunhando a migração da força da ciência para o debate público, no qual dogmas são ressuscitados e questionados. Momento no qual se acirram os embates sobre valores retrógrados que submetem as mulheres a relações abusivas naturalizadas. Realidade em que o enfrentamento diante da persistente caminhada empreendida pelas mulheres fez vir à tona antigos padrões de violência sutil invisibilizado e que se recusa a voltar para o escondido mundo invernal privado do deus Hades.

Este é o cenário no qual mundos complementares se debatem como se antagonicos fossem, por intolerância e não reconhecimento da humanidade e valor intrínseco da outra pessoa, o “tu”. Mudar essa perspectiva demanda de nós mulheres união e confiança para não mais estarmos no mundo masculino público usando de mimetismo, mas sim aprofundando nossa feminilidade e aguçando nossas múltiplas capacidades de ser transitando do mundo privado e público de forma sábia, com a elegância e sutileza que nos é inerente. Como foi possível demonstrar nos inúmeros depoimentos, prof.^a Nilza Rocha fazia isto com maestria.

Deixar fluir o rio que represamos da força e bênção matrilinear da intuição ancestral é algo que precisamos fazer para que a exercitemos e restauraremos em sua plenitude a função intuitiva e protetora de sabedoria profunda que nos é inerente. Ter uma referência, um exemplo, encoraja outras mulheres a seguir essa trilha.

Somos tecelãs da memória! Isto é, “[...] aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão”. (FEDERICI, 2019a, p. 84)

A vida moderna nos privou da nossa essência numinosa, tremenda e fascinante, embotou nossa intuição e nos fez esquecer o quanto é primordial nossa

alegria e prazer de viver. Passamos a usar máscaras sociais, como proteção para nos relacionarmos e nos esquecermos de quem somos realmente. As ideias e valores acerca de nós mesmos vão se perdendo até que não conseguimos mais nos achar. Por isso é tão importante a sororidade para que mantenhamos nossa identidade, para que nos expussemos para o mundo e compartilhemos respeitosamente os saberes ancestrais.

O convívio com uma mulher, como prof.^a Nilza Rocha, que honra sua ancestralidade e que sabe seu valor, é uma demonstração genuína e verdadeira de poder que renova e revivifica nas outras mulheres ao seu redor valores que vão sendo flexibilizados com o tempo. Lembra-nos quem fomos e quem somos. Faz-nos rever as costuras desse tecido que – como tecelãs da memória – queremos produzir para nós e para as gerações futuras. Faz-nos espelhar nas nossas vidas atributos admirados.

Quando usei a história da Vasalisa (ÉSTES, 2014) o objetivo foi estabelecer uma alegoria em reciprocidade. Explico-me, demonstrar que as tarefas empreendidas por ela são passagens iniciáticas que, mais cedo ou mais tarde, cada uma de nós enfrentará para despertar de nossa consciência e tirar-nos do torpor. No caso das últimas tarefas é uma demonstração clara de que precisamos estar prontas para diferenciar e escolher, aprendendo a fazer distinções sutis, ao separar milho mofado do milho bom e a selecionar sementes de papoulas em meio ao estrume. Precisamos acessar e confiar no poder do inconsciente.

Nós, mulheres, somos feitas de uma massa de modelar diferente da dos homens. Para sermos fortes temos que nos unir, nos simplificar e nos aproximar mais dos sentimentos e acessar nosso poder sensorial, ao invés de racionalizar. Quando reaprendermos nas sutilezas a inteireza de sermos mulheres correremos menos riscos, estaremos atentas e observaremos os perigos que nos cercam. Ao antever nos protegeremos ou nos prepararemos para enfrentá-los e, quando for inevitável, teremos acesso à cura, porque já reaprendemos a usar os bálsamos, unguentos, infusões e cataplasmas das nossas antepassadas para suplantar o “campo” que nos contamina.

Ser rebelde é uma descrição de atributo feminino embotado em nós artificialmente. Enfrentamos em tempos pretéritos o poder masculino, o patriarcado e conjuntamente o poder da Igreja e do Estado, desafiamos ordens postas que nos cerceavam direitos a nós inerentes, porque nos negavam a humanidade. A

disposição para honrar todas as que foram queimadas nas fogueiras da inquisição deve ser simbolicamente a mesma. Porque absolutamente não há para nenhuma de nós: Alices ou Vasalissas, ou Perséfontes, ou para essa autora, caminho de volta.

Sua vó não imaginaria que quando seus pés foram impedidos de correr, daria à luz a Nilza, que com limitações ensaiou o voo, e muito menos que Nilza daria a luz a você, uma mulher definitivamente com asas, que voou! Parabéns pelo lindo bordado que construiu de sua tese. Estou encantada como soube arquitetar a busca e o encontro de sua luz! Não podemos perder a ousadia da esperança! Voe sempre, com a certeza de sua capacidade e autonomia! (MC1, 88 anos, depoimento em 27/12/20)

Parafrazeando Raul Seixas⁸³: Quero que todas as mulheres acreditem e confiem que têm dois pés pra cruzar a ponte. Basta serem sinceras e desejar profundo. Que serão capazes de sacudir o mundo. Porque é de batalha que se vive a vida. Portanto, tenham fé em Deus, Tenham fé na vida. E tentem outra vez, quantas vezes for preciso.

Os caminhos abrem-se a nossa frente, basta que caminhemos. A sororidade é um dar a mão a todas que encontrarmos no caminho! É criar laços fortes para além de mim, para além de minha mãe, para além de cada uma de nós!

Eu poderia passar o dia inteiro com você. Tanta coisa que quero saber, tanta coisa que queria perguntar. Nunca mais perderei você de vista. Continuaremos a nos encontrar, não é? Você virá mais vezes me ver e eu irei à sua casa lhe visitar. Nunca imaginei que eu e você pudéssemos ter tanto em comum. Gostei muito de conversar com você.

Eu sempre destoava dos pensamentos mais conservadores do grupo da matemática. Eu era meio revolucionária.

Mas sabe que quero lhe contar uma coisa. É que um dia sua mãe disse pra mim: “eu estou do seu lado também”! Então eu quero dizer pra você que eu estou do seu lado. Conte comigo! (MC10, 83 anos, Entrevista realizada em 12/12/2020)

Quando temos e damos oportunidade de ouvir umas às outras, tornamo-nos mais fortes. Vivenciamos um *gossip* atualizado na modernidade como experiência de sororidade. Sempre haverá um ponto de partida, o recomeço.

⁸³ Referência musical – **Tente outra Vez**. Raul seixas, Álbum: Novo Aeon, 1975. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/raul-seixas/tente-outra-vez.html>.

Consequentemente, devemos estar prontas para a viagem, livres e leves. Fazamos isso com a alegria genuína e a certeza que ninguém andar­á sozinha, pois não soltaremos as mãos. “E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de ‘nós’”. (PIZZIMENTI, 2013, p. 01)

Figura 12 – Elas e Eu



Fonte: Acervo pessoal

REFERÊNCIAS

Legislação

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 mai. 2016.

BRASIL. **Atlas da violência 2019**. Instituto o de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Lei da Violência Doméstica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Lei do Femicídio**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em 22 jun. 2019.

_____. Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 13 de jul. 2015.

CÓDIGO CIVIL. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 13 jan. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 26 mar. 2012.

PORTUGAL. **Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político**. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LeiParidade_Simples.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

Lei nº 4.121 de 27/08/1962. **Estatuto da Mulher Casada**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-norma-pl.html>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Livros e artigos

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. **Após 7 anos em queda, diferença salarial de homens e mulheres aumenta**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-03/apos-7-anos-em-queda-diferenca-salarial-de-homens-e-mulheres>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Liberdade para ser livre**. Trad. de Pedro Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

Atlas da Violência. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

_____. Sobre o conceito da história. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 9-20, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.

_____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, nº. 1, Janeiro/Junho de 2002, pp. 11-30.

BURGOS, Maria de Lourdes. **Cartilha da mulher**. Salvador. 2006.

BUTLER, Judith. Vidas Precárias. **Contemporânea, Dossiê Diferenças e Des (I)gualdades**, n. 1, pp. 13-33, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>. Acesso em: 07 abri. 2020.

_____. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: --- Autêntica, 2017.

_____. **Corpos em Aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de Assembleia.** (tradução de Fernanda Siqueira Miguens). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** (tradução de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CABRAL, Carla Giovana. Sobrenomes e (Re)nomes: Gênero, História e Ensino da Engenharia no Brasil. In: **Teoria feminista e produção de conhecimento situado**. [recurso eletrônico on-line]: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Miriam, P. G.; Caterina, A. R. (Organizadoras). 1ª ed. Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, Salvador (BA): Devires, pp. 185-200, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/Livro-Teoria-Feminista-versa%CC%83o-digital-julho-2020.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, pág. 117-133, dezembro de 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAVALCANTI, Joana D'arc de Mendonça. **Tese: "Dor-Amor": Leitura e Escrita dos Contos de Fadas.** UFPE, 2002.

CERIONI, Clara. 1 em cada 4 mulheres passou por violência no Brasil em 2018. **Revista Exame**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/1-em-cada-4-mulheres-passou-por-violencia-em-2018-no-brasil-diz-pesquisa>. Acesso em: 03 mar. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRENSHAW, Kimberlé W. **On Intersectionality: essential writings.** New York: The New Press, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social theory.** Durham: Duke University Press, 2019.

DELLA COSTA, Beatriz. Coluna Celina. 2020: um marco para as mulheres latino-americanas. **O Globo**. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/2020-um-marco-para-as-mulheres-latino-americanas-1-24864160>. Acesso em: 3 fev. 2021.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença.** Trad. Maria Beatriz M. N. da Silva. 3.ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

DIAS, André Luís Mattedi. **Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)**. 310f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. 4ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem**. Tradução de Waldéa Barcellos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

_____. **A ciranda das mulheres: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem**. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax, 2004.

_____. **Mulheres e a caça às Bruxas: Da idade média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: São Paulo, 2019b.

FITZPATRICK, Jean Grasso. **Era uma vez uma família**. Rio de Janeiro Objetiva, 1998.

FLORIOS, Daia. **Matrioska – Curiosidades, Origem e Significado Dessas Bonecas Russas**. Disponível em: <https://www.greenme.com.br/significados/5023-matrioska/>. Acesso em: 27 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Metafísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. “Sobre o início do tratamento” (1913). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, p.139-158, 1969.

GAMBA, Susana Beatriz. **Diccionario de estúdios de género y feminismos**. Buenos Aires: 2009.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 25, n. 3, Brasília jul./set. 2016. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742016000300451. Acesso em: 07 abr. 2020.

GLOBAL GENDER GAP REPORT 2020. **World Economic Forum**. 2019. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

GOLDMAN, Emma. **La palabra como arma**. 1ª ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2010.

GOLDMAN, Emma. Marriage and love. In: Anarchism and Other Essays. **The Anarchist Library**. 2012. p. 122-128. Disponível em:

<https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays.pdf>
/>. Acesso em: 20 jul. 2018. Tradução disponível em:
https://pt.protopia.at/wiki/Casamento_e_Amor. Acesso em: 11 mai. 2020.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Trajétórias**, Campos, v. 12, n. 1, pp. 09-29, 2011.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, pp. 7-33, 1993. Disponível em:
<http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HOOKS, bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Paradoxo dos Direitos Humanos: inclusão e exclusão na modernidade. **Folha de São Paulo**, 2003. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz116.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. O Estado de Exceção molecular. Consciência de crise e “theological turn” (por sua vez teológica) da pós-modernidade (Tradução Luís Repa). **Folha de S. Paulo**, 14 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz202.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. “Não há Leviatã que vós salve” - Teses para uma teoria crítica do Estado. **Primeira parte**, 2010. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>, Acesso em: 14 fev. 2020.

_____. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio** (tradução de Boaventura Antunes, Lumir Nahodil e André Villar Gomez). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

_____. **A democracia devora seus filhos** (tradução de Marcos Barreira). Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEAL, Tatiane. **A invenção da Sororidade – Sentimentos morais, feminismo e mídia**. UFRJ, 2019.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de História”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, pp. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MENEZES, Márcia Barbosa de. **A matemática das mulheres**. Salvador: EDUFBA, 2019.

MIGUEL, Luiz Felipe. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal. **Novos estud.** - CEBRAP [online], n. 98, pp.145-161, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n98/08.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MOURA, Tatiane. **Manual de promoção de igualdade de gênero e de masculinidades não violentas**. 2016. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/01/Manual-EQUIX.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

_____. Matéria e entrevista para Guilherme Nascimento Valadares. 2016 Disponível em: <https://papodehomem.com.br/documentario-precisamos-falar-com-os-homens/> Acesso em: 31 mar. 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Portal Geledés**. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NASIO, Juan-David. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n. 2, pp. 466-485, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2021.

PASSOS, Elizete Silva (org.). **Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

_____. **Palco e platéia: as representações de Gênero na Faculdade de Filosofia**. Salvador: EDUFBA, 1999.

PERES, Fernanda Menna Pinto. SORORIDADE EM PAUTA. A dominação da mulher e da natureza pelo patriarcado. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-dominacao-da-mulher-e-da-natureza-pela-patriarcado/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 18, pp. 9-18, 1989. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/michelleperrot.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PIZZIMENTI, Cris. **Sou Feita de Retalhos**. Uma pitada de encanto no Facebook. 2013. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/UmaPitadaDeEncantoByCrisPizzimenti>. Acesso em: 04 dez. 2020

RAGO, Margareth. "Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global". **Revista Estudos Feministas**, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RAMOS, Ana Luisa Schmidt. **Dano Psíquico como Crime de Lesão Corporal na Violência Doméstica**. Florianópolis: Emporio do Direito, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, José. A recolha de informação na construção de dados sociológicos. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, pp. 197-213, 2014.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, n. 4, Ribeirão Preto, pp. 15-30, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 44, pp. 125-141, 1995.

_____. "Participação feminina no mercado de trabalho". **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/participacao-feminina-no-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RICOEUR, P. **Temps et récit**. Paris: Seuil, 1983.

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **São Paulo: Novos Estudos - CEBRAP**, n. 5, pp. 15-36, 1996. Disponível em: <http://www.obeco-online.org>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. O ódio às mulheres está novamente a aumentar. (tradução de Boaventura Antunes). Publicado na revista **Konkret** em Março de 2017. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz26.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. 2019. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SINAM. Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <http://sinan.saude.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu: gênero, tecnologia e ciência**. Campinas, n. 10, p. 309-344, 1998.

WOOLF, Virginia. **O Quarto de Jacob**. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/O%20Quarto%20de%20Jacob%20-%20Virginia%20Woolf.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

_____. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

_____. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra**: Patriarcado e militarismo. Tomaz Tadeu (Tradutor). São Paulo: Autêntica, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe; LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Não soltaremos as mãos". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100100
Acesso em: 25 dez. 2020.

ZAMBRANO, María. **Horizonte del liberalismo**, Madrid, Ediciones Morata, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para as entrevistas

→ Seria possível relatar suas lembranças da prof.^a Nilza Rocha?

- Onde, Como e Quando conheceu a professora?
- Como foi a atuação de vocês no IM-UFBA?
- Poderia relatar sobre lembranças marcantes dela e sobre a convivência com ela?
- Teria alguma lembrança de dificuldades que ela teria tido que enfrentar profissionalmente pelo fato de ser mulher?
- Como conseguiam conciliar família e profissão?
- Houve algum episódio de violência institucional em razão de gênero presenciada por você ou de seu conhecimento no IM-UFBA?
- Havia diferença entre os homens – professores e as mulheres – professoras pelo fato de serem mães e esposas no lar, e tendo que conciliar com a cientista e professora no ambiente universitário?
- Como vê a relação entre as mulheres professoras e amigas e os encontros?
- Como avalia o impacto dessa amizade na vida dessas mulheres?
- Considera que o ambiente masculino universitário na Bahia teve gênero?
- Poderia descrever como se dava as relações entre os componentes do departamento de matemática na IM?
- Será que no espaço público das universidades as mulheres tinham a liberdade para ser, o que não existia no âmbito privado do lar?
- Existia rivalidade entre homens e mulheres nas matemáticas?
- Como foi a década de 60 e 70 na universidade (IM-UFBA)? Poderia descrever qual a atuação dessas matemáticas nesse período de implantação / criação da Universidade Federal da Bahia e IM? Quais as suas atividades?
- Quais as pautas a serem discutidas nas reuniões de colegiado e departamento de matemática?
- Como avalia a instituição casamento na vida dessas mulheres professores e dos homens-professores?
- Como descreveria a fraternidade entre os professores, o apoio mútuo?

APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária de uma pesquisa intitulada: “ELAS E EU – PEDACINHOS DE MIM: a importância da sororidade como resgate do *gossip* para combate às violências.” que será desenvolvida por Leila Rocha Medrado Santos, em investigação de Doutorado do curso de Pós-Graduação Interdisciplinar *Strictu Sensu* em Políticas Sociais e Cidadania.

O objetivo é contribuir à crítica de uma temática deveras relevante se considerar a atual realidade de violência contra mulher no Brasil e no mundo e, em particular, no contexto histórico e social no Brasil. Sua relevância se justifica pela divulgação de uma história de enfrentamento da violência cotidiana velada e invisível através da sororidade. Sua participação consistirá em ser entrevistada, com base em um roteiro que contém perguntas relacionadas ao tema-objeto estudado, de modo a revisitar a história da prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos.

Para garantir a proteção emocional e psicológica de participantes, haverá o cuidado em manter a privacidade no momento da entrevista e ofertar o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário, sendo encaminhado para o atendimento especializado da Universidade Federal da Bahia. Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, a senhora poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas;
2. As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos-acadêmicos e que sua identificação será feita de acordo com sua anuência e aprovação prévia (constante nesse Termo), assegurando-lhe total confidencialidade e sigilo quanto à identidade, processo e relações de intimidade (caso seja indicado);
3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus;
4. Essa pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP

Este documento contém duas vias, com a investigadora. Caso desista da entrevista, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de interromper e excluir os dados coletados até o momento da declaração de não anuência. O benefício de sua

participação consiste na ampliação do conhecimento sobre a história da prof.^a Nilza Rocha Medrado Santos.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Leila Medrado Santos – Telefone: (71) 99961-4349 ou leilamedrado@uol.com.br

Universidade Católica do Salvador – **Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Políticas Sociais e Cidadania** – Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902. Telefone (71) 3203.8968. Para melhores esclarecimentos caso necessário.

Eu, _____, Portadora do R.G. _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa e concordo em participar espontaneamente.

Salvador, ____/____/2020.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE C – Informações recebidas previamente pelas entrevistadas sobre danos, riscos e benefícios da pesquisa

Às entrevistadas será indicada possibilidade de desistência em qualquer momento. Na visita e na realização da entrevista serão observadas as normas e as regras de conduta para investigação. Serão consubstanciados os aspectos éticos referentes à pesquisa com seres humanos, conforme determina a Resolução n. 196/96 e a Declaração de Helsinque (1964).

Entre os riscos e os danos prováveis, não se enquadram os físicos, mas psicológicos e sociais mínimos, por conta da memória e da vivência de momentos de instabilidade individual e familiar. Pela acessibilidade e número de visitas, não haverá estabelecimento de relações que não sejam formais e estejam consubstanciadas por conduta cautelosa da investigadora, em espaço pré-determinado e de comum acordo entre pesquisadora e participantes voluntárias (concordantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, proposto, lido e assinado nos primeiros momentos de pesquisa e em contato direto com a pesquisadora responsável por este projeto de investigação em nível de doutorado).

A probabilidade de desconforto ocasionado pela entrevista e contato com familiares não é maior do que aquele vivenciado no cotidiano por esses sujeitos que já tiveram suas histórias de vida publicizada.

Deste modo, a adoção dessas posturas poderá diminuir impactos e danos possíveis, considerando a inclusão em estudos aleatórios, garantindo voluntariedade e livre consentimento. Ademais, pretende-se produzir resultados científico-acadêmicos em formato de tese e artigos, ampliando benefícios sociais a partir da difusão de conhecimento procedente da pesquisa.

Salvador, dia/mês/ano.

Assinatura e contatos da pesquisadora

APÊNDICE D – Declaração de compromisso de antiplágio

Eu, LEILA ROCHA MEDRADO SANTOS, matrícula nº. _____, estudante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC) da Universidade Católica do Salvador, declaro que o trabalho em versão impressa e digital apresentado é componente parcial da avaliação de (Doutorado), compondo-se de pesquisa original, ademais de confirmar que todas as citações e as referências, bem como uso de dados primários e secundários (quando existentes) estão corretamente identificadas. Tal procedimento indica autoria e responsabilidades para os devidos fins e efeitos, podendo ser incluído como prova junto à UCSAL.

Declaro que o material é original, resultado da investigação realizada por mim, e que a utilização de contribuições e/ou textos de autores alheios estão devidamente referenciados – obedecendo aos princípios e regras dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, sendo informadas no texto.

Salvador, 02 de Fevereiro de 2021.

Leila Rocha Medrado Santos